

Antonio Paim

BRASILIANA BREVE
Uma coleção para difundir
a historiografia nacional

2014

SUMÁRIO

NOTA INTRODUTÓRIA

I. AS PRINCIPAIS OBRAS DE VIAJANTES ESTRANGEIROS

1. VIAJANTES DOS PRIMEIROS SÉCULOS

- a) Informações sobre as comunidades indígenas
- b) As guerras holandesas

2. NATURALISTAS DO SÉCULO XIX

3. INDISPOSIÇÃO COM O MODELO DE ECONOMIA AGRO-EXPORTADORA

4. CONTRIBUIÇÕES A OUTROS TEMAS ESPECÍFICOS

5. A SINGULARIDADE DA OBRA DOS PINTORES DEBRET E RUGENDAS

6. COMO FIGURARIAM NA BRASILIANA BREVE

II. PRIMEIRAS HISTÓRIAS DO BRASIL

1. AS OBRAS DO PRIMEIRO SÉCULO E DO INÍCIO DO SÉCULO XVII

- a) Idéia geral dessas publicações
- b) Um traço essencial dos aborígenes nacionais
- c) A sobrevivência das tribos existentes em 1587

2. ROCHA PITTA

3. AS HISTÓRIAS DO BRASIL DE DOIS INGLESES

III. VARNHAGEN E O MODELO DE HISTÓRIA GERAL

APRESENTAÇÃO

1. DADOS BIOGRÁFICOS

2. O SENTIDO QUE DEU À SUA INVESTIGAÇÃO

3. O ESTILO DE TRABALHO DE VARNHAGEN

4. A CONTINUIDADE DA PESQUISA

5. A CONCEPÇÃO DO FORMATO ADEQUADO AO CARÁTER GERAL DA OBRA

6. O IMPERATIVO DE PRESERVARMOS A HERANÇA CULTURAL DE NOSSOS ANTEPASSADOS

ANEXO

NOTA SOBRE O LIVRO HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DO BRASIL

IV. OS CICLOS HISTÓRICOS DESTACADOS

- 1. A CONTRIBUIÇÃO DA BRASILIANA PARA DEFINÍ-LOS**
- 2. OS TRÊS PRIMEIROS SÉCULOS**
- 3. A INDEPENDÊNCIA E A INSTABILIDADE QUE SE SEGUIU**
- 4. SEGUNDO REINADO**
 - a) A conquista da estabilidade política**
 - b) O ambiente cultural**
 - c) Isolamento do trono e surgimento de facção militar com aspirações políticas**
 - d) O estudo de José Maria dos Santos**
- 5. PRIMEIRA REPÚBLICA**
- 6. A PRESERVAÇÃO DO ESPÍRITO E DA LETRA DA BRASILIANA**
 - a) Títulos que integrariam a coletânea**
 - b) Imperativo de complementá-la e como fazê-lo**

ANEXO

AMPLITUDE ASSUMIDA PELO TEMA DA ESCRAVIDÃO NO SÉCULO XIX

V. O RETRATO QUE ESTAMOS ESBOÇANDO DO BRASIL INDUSTRIAL

- 1. QUESTÕES CONSIDERADAS AS MAIS RELEVANTES DO PERÍODO**
- 2. LIVROS SELECIONADOS PARA CARACTERIZAR O PERÍODO**
 - a) Síntese da trajetória institucional da República brasileira**
 - b) Castilhismo: uma filosofia da República**
 - c) Estatização da economia**
 - d) A Frente Liberal e a democracia no Brasil**
 - e) O negro no espelho**

NOTA INTRODUTÓRIA

As Coleções Brasileiras desempenharam papel relevante na preservação do notável patrimônio representado pela historiografia nacional. Contendo em geral mais de duzentos títulos é evidente que não exerceram outra função que também é essencial: a difusão desse conhecimento, isto é, tornar popular e conhecido pelo menos o que se considerasse essencial e expressivo desse patrimônio. Propondo-nos examinar a questão de como atuar no sentido de efetivar essa função complementar, diante do surgimento e da difusão do computador, vindo a desembocar na digitalização de livros e no aparecimento dos chamados e-books, surge o problema adicional de como fazê-lo vislumbrando de modo simultâneo as duas hipóteses: o livro impresso e o livro digitalizado.

Em seu nascedouro, as Coleções Brasileiras eram basicamente coletâneas de livros sobre o Brasil. Posteriormente adquiriu maior amplitude, para incluir outros tipos de expressão da nacionalidade, como jornais, volantes, retratos, mapas, gravuras, pinturas, etc.

A pioneira **Coleção Brasileira**, da Companhia Editora Nacional, teve início nos anos trinta do século passado, presumivelmente em decorrência do surto nacionalista que vinha de assumir, com a Revolução de 30, um papel central na vida do país, ultrapassando de muito as dimensões de seus antecedentes mais notórios como o tenentismo, por sua vez herdeiro do republicanismo de inspiração militar. A Brasileira chegou a editar 204 títulos, sendo que o último anunciava uma nova série, denominada “grande formato” que não chegou a estruturar-se. Teve como sucedâneas as coleções **Documentos Brasileiros**, da Editora José Olímpio, e a **Reconquista do Brasil**, da Editora Itatiaia, que mantiveram a feição original, isto é, limitadas a coletâneas de livros. A **Reconquista do Brasil** editou 217 volumes, subdivididos em três séries, sendo que as duas últimas tiveram numeração autônoma.

Posteriormente, ao criar a sua Brasileira, a Biblioteca Nacional atribuiu-lhe a nova feição indicada, que tem sido secundada por instituições privadas e universidades. Contudo, a idéia original veio a ser assumida pelo Conselho Editorial do Senado, sob a competente direção de Joaquim Campelo. Tem o mérito de promover --além de primorosas edições não só das fontes mas igualmente dos textos representativos da melhor tradição da historiografia nacional-- a sua digitalização, o que, presumivelmente, lhe dará caráter definitivo.

Propondo-nos atribuir-lhe outro caráter --e para tanto denominando-a de **BRASILIANA BREVE**--, isto é, reduzi-la a proporções tais que lhe permita cumprir apenas o objetivo de difundir o essencial do patrimônio da historiografia nacional, teríamos que examinar, de per si, os grandes segmentos em que se subdivide. Estes seriam os seguintes:

- a) A obra dos viajantes estrangeiros
- b) Primeiras histórias do Brasil
- c) Varnhagen e o modelo de história geral
- d) Os ciclos históricos destacados
 - Os três primeiros séculos
 - O processo da Independência
 - O Segundo Reinado

- A República Velha
- O período contemporâneo

I. AS PRINCIPAIS OBRAS DE VIAJANTES ESTRANGEIROS

O número de viajantes estrangeiros presentes à **Brasiliana** é de 17, menos de dez por cento. Cinco desses livros são da autoria de Saint-Hilaire e dois de Martius, sem favor, os mais insignes naturalistas que realizaram pesquisas no Brasil, no século XIX. Na **Reconquista do Brasil** essa proporção é muito maior. Os títulos de autores estrangeiros totalizam 67, pouco menos de 30% do total. Dada a sua magnitude, não poderiam deixar de figurar numa coletânea com as características que nos propomos. Para estabelecer o melhor modo de dar conta de tal propósito, cabe naturalmente partir de suas especificidades.

Parecem-me --e tentarei demonstrá-lo-- que, em relação aos três primeiros séculos, dizem respeito sobretudo a questões limitadas, sem embargo da importância de que possam revestir-se.

No século XIX, por certo, adquirem outro caráter posto que se trata de naturalistas cuja vinda mais das vezes seria provocada pelas autoridades locais. De parte destas, tratava-se da expressão da nova mentalidade de buscar a riqueza, pela exploração dos recursos naturais, valendo-se da ciência. Coincidia com a espécie de “moda” surgida na Europa: a suposta incompatibilidade existente nos trópicos em relação ao tipo de civilização constituída no Ocidente,

Quanto aos casos particulares, também constantes das Brasilianas são, por certo, fonte para questões em geral objeto de especialistas.

Vamos seguir esse roteiro, a começar pelos viajantes dos primeiros séculos, para em seguida retirar a correspondente inferência..

No caso do século XVI, o primeiro da colonização, os depoimentos dizem respeito às tentativas de outras potências de ocupar parcelas do território, acabando por prevalecer a hegemonia portuguesa.

1. VIAJANTES DOS PRIMEIROS SÉCULOS

a) Informações sobre as comunidades indígenas

As obras incluídas nas Brasilianas, elaboradas nos começos da colonização, isto é, ainda no século XVI, seriam valorizadas pelas informações ali contidas relativas às comunidades indígenas.

As primeiras delas acham-se relacionadas à chamada “França Antártica”.

A importância atribuída aos livros relacionados a esse incidente, incluídos nas Brasilianas, advém sobretudo das informações acerca das comunidades indígenas. Os jesuítas, que tiveram com estas maior e mais prolongada convivência, não nos proporcionariam uma visão clara da sua cultura, porquanto nela visaram aqueles aspectos que poderiam facilitar ou dificultar a denominada catequese, destinada a converte-los ao cristianismo, que era de fato o objetivo maior.

A ocupação pelos franceses da baía de Guanabara durou de fins de 1555 a fins de 1559, aproximadamente quatro anos. Naquela época, ocorreu a aceitação, pelo Sacro Império, da conversão ao protestantismo --e o conseqüente desligamento de Roma--, de grande número de principados alemães, a que logo se seguiram países do Norte da

Europa. Encontrando-se a França entre aqueles que oscilavam em favor da Reforma, na descrição dessa tentativa de estabelecimento de uma colônia francesa, entre nós, destacou-se esse aspecto religioso. Contudo, não se observaram quaisquer reflexos desse fato na civilização em construção.

Para organizar uma expedição vitoriosa na expulsão dos franceses, o então governador geral, Mem de Sá, adotou o mesmo expediente de que se valeram os franceses para prolongar a sua permanência. Assim como aqueles aliaram-se aos índios Tamoios e os ajudaram a combater seus inimigos tradicionais (Tupinambás), Mem de Sá angariou o apoio dos últimos.

O principal desses livros é a obra de André Thevet (1502/1590), *Singularidades da França Antártica*.

André Thevet publicaria, em Paris, em 1575, uma obra intitulada *La Cosmographie Universelle*, em dois volumes, que inclui num deles texto sobre hábitos e costumes dos índios Tamoios, com mapas e ilustrações muito valiosas. A Biblioteca Nacional a possui no seu acervo de “obras raras”.

Thevet veio para o Brasil em 1555, acompanhando a expedição comandada por Nicolas Villegagnon, e permaneceu em terras brasileiras de novembro de 1555 a janeiro de 1556. Em que pese tenha sido reduzida essa permanência, sendo especialista competente, conseguiu produzir material de grande valor histórico.

Segundo se indicou, a obra de Thevet geralmente incluída na *Brasiliana*, *Singularidades da França Antártica*, foi publicada em Paris logo após o seu regresso. Daí que a denominação da fracassada aventura tenha vindo a consagrar-se. Por sua vez provocaria um outro título também incluído em tais coletâneas: *Viagem à terra do Brasil*, da autoria de Jean de Lery (1534/1613), obra publicada em Genebra (Suíça) em 1586.

No seu livro, Thevet responsabiliza os calvinistas franceses (chamados então de “huguenotes”) pelo malogro da expedição, acusação refutada por Lery..

Não tendo conseguido instalar-se junto aos ocupantes franceses, devido à sua condição de calvinista, Lery viveu dois meses em companhia dos índios Tupinambás. A descrição de seus costumes, que empreende, é que justificaria a sua inclusão na *Brasiliana*.

Outro autor valorizado também pela mesma razão, isto é, informações dizendo respeito aos aborígenes seria Hans Staden..

Hans Staden (1525/1579), marinheiro alemão, esteve em Pernambuco em 1547/48, regressando logo a seguir, em 1550, como membro de esquadra espanhola organizada com a intenção de implantar colônia na altura de Santa Catarina e outra na embocadura do Prata. Tendo o navio naufragado no litoral paulista, passou a viver em São Vicente.

Entre janeiro e outubro de 1554 esteve aprisionado pelos Tupinambás.

Em 1557, publicou o texto que, traduzido e editado no Brasil, costuma figurar nas *Brasilianas* com o título de *Duas viagens ao Brasil*.

Na Coleção **Reconquista do Brasil** (Ed. Itatiaia), os três autores correspondem, respectivamente, à 1ª. série, volumes 45 e 17 e, 2ª. série, volume 10

As descrições de André Thevet, Jean de Lery e Hans Staden contêm inclusive desenhos, facultando a reconstituição da maneira como se estruturavam os aldeamentos. A primeira conclusão é de que abrigavam no máximo quinhentas pessoas. As aldeias tinham forma arredondada, delimitado o seu perímetro por uma cerca de madeira (toros enfiados na terra com certo espaçamento, isto é, sem completa vedação). Estas, em geral, achavam-se localizadas ali onde fosse possível defender-se de incursões de

outras tribos. No interior do aldeamento, construíam cabanas coletivas, chamadas “ocas”.

Sendo nômades e vivendo basicamente da caça e pesca, precisavam dispor de distância relativamente grande de uma aldeia para outra. As incursões e conflitos provinham geralmente da redução da coleta, isto é, de uma situação de escassez determinando a violação de limites tacitamente estabelecidos. Os métodos de cultivo também determinavam o rápido esgotamento do solo fazendo com que a agricultura se praticasse de forma itinerante.

Nas descrições referidas estão indicados os tempos de viagem e as distâncias de uma aldeia para outra, permitindo supor que os aldeamentos requeriam 1,7 km² por índio (em torno de 85 km² por aldeia, tomando uniformemente 500 índios em cada uma delas). Usando essa espécie de critério, o eng^o. Mário da Silva Pinto estimou que, à época do descobrimento existiriam, no máximo, 500 mil índios (1). Na recente demarcação das terras dos índios ianomânis, no estado de Roraima, na Amazônia, a FUNAI estabeleceu que seriam necessários 3,2 km² por índio. Se fosse possível generalizar semelhante procedimento, as populações aborígenes seriam ainda mais reduzidas.

Assinale-se que o inventário das estimativas populacionais relativas à época do descobrimento --algumas delas inteiramente fantasiosas-- efetivado por Jorge Couto, na obra *A construção do Brasil* (Lisboa, Cosmos, 1995), permite constatar que, sempre que se adota o critério descrito, os números reduzem-se drasticamente.

No tocante aos valores da cultura indígena, lamentavelmente não se procedeu, na época oportuna, à identificação apropriada. Os religiosos que acompanharam os colonizadores estavam preocupados com a denominada “catequese”, isto é, a tentativa de convertê-los ao cristianismo. Assim, mesmo o registro das crenças, então efetivado, tinha o propósito de permitir aproximá-los dos ensinamentos cristãos. Devido à circunstância, o melhor documento de que se dispõe ainda é a obra *O selvagem*, do general Couto de Magalhães (1837/1898), publicado em 1875. Procurou catalogar as informações colhidas junto a remanescentes indígenas que preservaram alguns dos seus costumes. Embora sua preocupação principal consista nos aspectos lingüísticos, com vistas à gramática do tupi-guarani, que concluiu, conseguiu fixar alguns traços importantes. No que respeita à divindade escreveu o seguinte: “A idéia de um Deus todo poderoso e único não foi possuída pelos nossos selvagens ao tempo do descobrimento da América; e, pois, não era possível que sua língua tivesse uma palavra que a pudesse expressar. Há, entretanto, um princípio superior qualificado com o nome de Tupã, a quem parece que atribuíam maior poder que aos outros”.

A capacidade abstrativa refletida na língua era ínfima. Deste modo, acreditando que todos os seres tinham mãe, não dispunham de nenhum termo que exprimissem essa idéia geral. O sol era a mãe dos viventes; a lua dos vegetais e assim por diante.

Dos relatos de Couto de Magalhães não fica clara a noção de **pessoa**. Ao que parece, os aborígenes acreditavam que os mortos tinham algo equiparável à alma, que podia vir visitá-los, razão pela qual os enterravam nas próprias casas. Os costumes tampouco parecem hierarquizados para constituir algo de parecido ao código moral ocidental.

Traço essencial dos aborígenes brasileiros seria assinalado por Gabriel Soares de Souza, como indicaremos ao considerar outros textos do primeiro século (XVI) e início do seguinte.

NOTA

(1) O estudo do referido técnico (publicado na *Carta mensal*, órgão do Conselho Técnico da Confederação Nacional do comércio, nº. 429, dezembro, 1990), teve por objetivo subsidiar a demarcação de terras indígenas, tendo em vista que a Constituição brasileira lhes garante a posse de reservas onde possam preservar os seus costumes. Os índios podem explorar riquezas mineiras nesses territórios e o fazem em parceria com empresas. Nesses casos, dispõem de bastantes recursos, tendo acesso a toda sorte de equipamentos modernos. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) supervisiona essas comunidades, compostas atualmente de 220 mil índios, que apresentam diferentes graus de contato com a civilização. Segundo a FUNAI, “há tribos de índios isoladas, outras em vias de integração e, finalmente, os índios de contato permanente, também chamados de aculturados”. O curioso é que, com a generalização de reservas indígenas em diversos estados, as estatísticas passaram a registrar aumento desmedido do número de pessoas que passaram a considerar-se índios.

b) As guerras holandesas

As guerras holandesas correspondem a outro tema que veio a figurar nas Brasilianas, embora a fonte primordial para o estudo dessa relativamente longa ocupação tenha acabado por revelar-se como sendo os arquivos preservados na Holanda.

Depois de uma tentativa mal sucedida de ocupação da capital baiana, em 1624/25 --posto que sitiados e permanentemente fustigados pela tropa portuguesa--, os holandeses desembarcaram e permaneceram em Pernambuco por quase vinte anos, de 1630 a 1648. Deixaram muitas marcas dessa passagem, inclusive a fundação da cidade de Recife, em substituição à capital tradicional (Olinda).

O evento da expulsão desses ocupantes, notadamente a Batalha de Guararapes (1648), veio a ser crescentemente valorizado após a Independência. Teria sido uma primeira manifestação da nacionalidade. Constitui certamente um feito notável porquanto a organização da tropa que veio a ser vitoriosa teve lugar inteiramente no Brasil.

A razão das invasões holandesas advinha justamente da perda da independência de Portugal e sua reanexação à Espanha. Os então denominados Países Baixos – que deram origem à Holanda e à Bélgica-- também haviam sido anexados ao Reino Espanhol e, desde a morte de Carlos V e ascensão de Felipe II lutavam por separar-se da Espanha. Como essa disputa, de certa forma, mesclou-se à luta religiosa decorrente da Reforma e do empenho de crescente número de países de libertar-se da subordinação a Roma, provocou uma guerra sem quartel. Formalmente, a independência da Holanda proclamou-se em 1581. Contudo, o estado de beligerância com a Espanha só terminaria, de fato, com a chamada Paz de Versalhes em 1648, vale dizer, no ano em que se dava a Batalha de Guararapes.

Com a independência de Portugal, reconquistada em 1640, desapareciam os motivos que deram origem ao nosso envolvimento nas disputas dos Países Baixos com Espanha. Levando em conta a nova circunstância, D. João IV iniciou bem sucedidos entendimentos em prol da pacificação. Cabe destacar que se achavam instalados em Amsterdã os judeus expulsos de Portugal e que passaram a figurar entre os principais grupos financeiros europeus, tendo lhes cabido financiar o empreendimento açucareiro entre nós. Essa circunstância estava sendo levada em conta pelo padre Antonio Vieira

no apoio que buscava para novos empreendimentos comerciais no Brasil, por encargo do novo Rei.

Apesar da nova situação, o Príncipe de Nassau, que governava Pernambuco, relutava em desocupar o país, acabando por abandoná-lo em 1644. O prosseguimento da situação conflituosa devia-se a tal disposição, de que resultaria o desfecho de Guararapes.

Os livros incluídos nas *Brasilianas* acerca das guerras holandesas são aqueles para os quais Varnhagen havia chamado a atenção. Escreve no Tomo III da *História Geral do Brasil*: “O livro que deu à luz em Paris em 1651 o borgonhês Pierre Moreau e que no ano seguinte foi em Amsterdã publicado em holandês por Glazemaker é para apreciar bem os sucessos primeiros da restauração pernambucana, de muito auxílio, tendo-se presente igualmente a obra de João Nieuhoff, que estivera no Brasil desde 1640 a 1649 e que nesse livro reúne vários esclarecimentos e documentos importantes (bem que às vezes em pouca ordem) a respeito das tramas, dos princípios e do desenvolvimento da insurreição de 1645, alguns dos quais haviam sido na própria Holanda publicados antes em folhetos avulsos,” (edição da Itatiaia, 10ª edição integral, 1981, vol. 2, págs. 101-102).

Na Coleção *Reconquistado Brasil* (Itatiaia), o livro de Johan Nieuhoff corresponde ao vol. 35 da 2ª série. Intitula-se *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Como Pierre Moreau traduziu do holandês o livro de Roulox Baro sobre os Tapuias, ao seu texto foi anexado essa tradução, deste modo: *História das últimas lutas entre holandeses e portugueses e Relação da viagem ao país dos Tapuias* (Reconquista do Brasil, vol. 54 –1ª série; 1979).

Atribui-se geralmente a José Higino Duarte Pereira (1847/1901) ter estabelecido a praxe de valer-se dos arquivos holandeses para a reconstituição da fase de sua ocupação. José Higino tornou-se professor da tradicional Faculdade de Direito de Recife em 1876. Com a República, foi eleito deputado tendo participado da Assembléia Constituinte. No governo Floriano assumiu a Pasta da Justiça, passando em seguida a integrar o Supremo Tribunal Federal. Coligiu uma quantidade imensa de material sobre o domínio holandês no Brasil mas não lhe escreveu a história, levando seu contemporâneo Clóvis Bevilacqua a designá-lo como “o operário que moureja, se extenua, se sacrifica e não o arquiteto que traceja o plano do edifício e o levanta do solo.” A historiografia pernambucana subsequente supriu essa lacuna.

2. NATURALISTAS DO SÉCULO XIX

Como foi indicado, é deveras expressiva a presença de viajantes estrangeiros nas *Brasilianas* --notadamente na **Reconquistado Brasil**-- sobressaindo nesse conjunto os naturalistas. Seu afluxo dá-se, no século XIX, em decorrência sobretudo da nova orientação seguida pelo governo português, desde Pombal, no que respeita à riqueza nacional. Para tanto, entendeu-se, dever-se-ia proceder ao conhecimento das riquezas naturais com vistas à sua utilização econômica. Embora durante a chamada **Viradeira de d. Maria I** tivesse sido abandonado tal propósito, com a sua enfermidade e a Regência do futuro d. João VI passa a integrar o governo aquele que havia sido preparado para dar continuidade à obra pombalina., d. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares (1755/18712). Este inclusive tornou-se o chefe do primeiro governo organizado no Brasil com a mudança da Corte.

Expressivo dessa orientação é não só a obra científica de José Bonifácio, como a organização da viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira (1756/1815) com o propósito de inventariar o patrimônio do Norte do país em matéria de recursos naturais. Para dar

conta da tarefa, viajou para o Brasil em 1783 e permaneceu sete anos na Amazônia, procedendo ao inventário de minerais, plantas e animais, bem como averiguando as possibilidades de sua exploração. A obra desse eminente cientista denominou-se *Viagem filosófica pelas capitâneas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Tenha-se presente que, na época, filosofia natural era o nome pelo qual se designava a nova física (newtoniana) e denominava-se Faculdade de Filosofia Natural o novo instituto, criado por Pombal na reforma da Universidade, destinado a formar naturalistas.

Os mais eminentes naturalistas que estiveram no Brasil no mencionado período são Karl Friedrich Philipp von Martius (1794/1868); Johann Baptist von Spix (1781/1826), alemães, e o francês Auguste de Saint-Hilaire (1779/1853). Von Martius era botânico e Spix zoólogo. Integraram a missão científica enviada ao Brasil pelos governos bávaro e austríaco, iniciativa resultante dos acordos firmados por D. Pedro I em decorrência de seu casamento com d. Leopoldina, integrante da família Habsburgo, desde longa data a Casa Reinante nos países de língua alemã. Saint-Hilaire é acusado de pirataria e inclusive de haver-se apropriado de estudos devidos a Alexandre Rodrigues Ferreira, durante a ocupação francesa em Portugal. Contudo, em relação ao Brasil realizou uma obra monumental. Nada menos que nove livros de sua autoria figuram nas Brasilianas. Realizou viagens de estudos nas províncias de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul. Investigou as nascentes do rio São Francisco e fez uma incursão minuciosa no chamado Distrito Diamantino.

Martius empreendeu expedições científicas no Rio de Janeiro, depois em São Paulo, Minas Gerais, seguiu pelo sertão, tendo feito contato com índios antropófagos; prosseguiu pelo rio São Francisco, cruzou a Bahia e Pernambuco. Esteve no Piauí, no Maranhão e Belém do Pará, subindo o rio Amazonas. Dali mesmo embarcou de volta à Alemanha. Nessa viagem pelo interior do Brasil gastou três anos, tendo coletado 6.500 espécies de plantas, além de rico material etnográfico e filológico. Iniciou a *Flora Brasiliense*, em 1840, obra monumental que se concluiu em 1906, tendo contado com a participação de outros 75 pesquisadores após a sua morte, uma obra de 44 volumes, com 20.773 páginas e 3.811 ilustrações. Classificou 850 famílias e descreveu mais de oito mil espécies de plantas brasileiras. Os seus relatos de viagem (em três volumes) incluídos nas Brasilianas foram elaborados em colaboração com Spix.

Entre os naturalistas que nos visitaram no século XIX há algumas figuras ilustres. Entre estas, o Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied (1782/1867), natural de um dos principados alemães localizados na Renania. Esteve no Brasil ainda nos tempos em que a Corte se achava no Rio de Janeiro (entre 1815 e 1817). Percorreu o interior do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, o Sul da Bahia e visitou Salvador. Reuniu não só objetos etnológicos como vocabulário e utensílios de tribos indígenas. Durante a excursão elaborou um diário, publicado na Alemanha em 1821, texto esse que figurou na Coleção **Brasiliana**, da Editora Nacional, com o título de *Viagem ao Brasil*. Vê-se pela correspondência de Varnhagen que preservou um grande interesse pelo Brasil, obtendo cópia de documentos relativos à nossa história.

Outro viajante ilustre seria o Príncipe Adalberto da Prússia (1811/1873), autor da obra *Amazonas-Xingu*, incluída na Coleção Reconquista do Brasil (vol. 34 da 1ª série) e incorporada à Brasiliana do Senado Federal. Chegou ao Brasil em setembro de 1842, acompanhado de pesquisadores, formando uma expedição que percorreu os rios Amazonas e Xingu. Não sendo obra de especialista, é considerado de leitura amena e agradável, sem a pretensão de constituir texto de natureza científica, embora inclua observações dessa índole talvez devidas a membros da equipe. A expedição também produziu telas e aquarelas, expostas no Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro.

Embora muito posterior, não poderia deixar de ser mencionada a participação do ex-Presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt (1858/1919), na denominada **Expedição Científica Rondon Roosevelt**.

Quando jovem, tinha pretensões a naturalista, em consequência da formação recebida na Universidade de Harvard. Seguiu entretanto carreira política, precedida de vida muito movimentada, período no qual, entre outras coisas, participou da guerra da Independência de Cuba, em que os Estados Unidos se envolveram, no fim do século XIX. Após exercer cargos parlamentares, elegeu-se governador do Estado de Nova York, em 1898 e, em seguida, Presidente da República (mandato de 1901 a 1909). Logo depois de deixar a Presidência, agregou-se às equipes que prestavam serviços na África. Sua participação na Expedição Rondon Roosevelt deu-se no ano de 1913. Dessa participação resultou o livro *Nas selvas do Brasil* (volume 35 da Reconquista do Brasil, 1ª série).

No século XIX, era muito grande o interesse pelas chamadas “civilizações nos trópicos”, de cuja possibilidade muitos duvidavam. Assim, diversos dos textos dos naturalistas que então nos visitaram resultavam desse tipo de interesse. Para exemplificar, talvez seja suficiente o que adiante se menciona.

Publicou-se a *Viagem pitoresca através do Brasil* (volume 29 da Reconquista do Brasil- 1ª série), da autoria de Alcides Dessalines d’Orbigny (1802/1857), naturalista francês cuja investigação abrangeu a zoologia, a paleontologia, a geologia e a arqueologia. Trabalhou na Missão que o Museu de Paris organizou para proceder a pesquisas no Brasil, Argentina, Paraguai, Chile, Bolívia e Peru. Nessa investigação, obteve mais de mil espécimes. A viagem em apreço durou de 1826 a 1833. A obra mencionada contém a parte relativa ao nosso país.

Outro livro que reflete esse tipo de interesse seria de um inglês, George Gardner.(1812/1849). Sendo um jovem bem dotado, a instituição na qual se formou obteve financiamento para que se incumbisse de um levantamento a ser efetivado no Brasil. Permaneceu entre nós de 1836 a 1841. Embora tenha dado conta da tarefa, ao reunir grande acervo de milhares de espécies vegetais, não se limitou, no seu relato, a descrevê-los, procurando também dar uma idéia das cidades visitadas e o que ouviu de suas histórias.

Embora não haja figurado nas Coleções Brasileiras, mas estudado à parte, registre-se, como expressivo das dimensões do interesse no mencionado tema -- civilização na região tropical-- que fomos visitados na época indicada (década de vinte do século XIX), inclusive por missão russa, esta chefiada pelo Barão Heinrich Georg Langsdorff. É mencionado na **Reconquistado Brasil** por haver integrado essa missão o pintor Jean Moritz Rugendas, de quem se tratará em tópico autônomo.

3. INDISPOSIÇÃO COM O MODELO DE ECONOMIA AGRO-EXPORTADORA

As Coleções Brasileiras refletem a indisposição, de parcela dos representantes da historiografia brasileira, com o modelo de economia agro-exportadora, concebido para promover a colonização nos primeiros séculos e que veio a ser reintroduzido no século XIX, com a cafeicultura. O mais insigne deles seria Sérgio Buarque de Holanda (1902/1982) que assumiu a responsabilidade de traduzir e divulgar o texto de Tomaz Davatz, que está longe de corresponder a um documento digno de ser valorizado e preservado. O passo é tanto mais grave quando se trata de um ciclo histórico do maior significado para os destinos do país, aquele no qual se deu o enfrentamento do imperativo de abandonar-se o trabalho escravo. Considerada a sua relevância,

transcrevo em anexo estudo, algo extenso, que dediquei ao tema. Assim, nas breves indicações subseqüentes, limito-me a resumir aspectos essenciais.

A minha crítica parte do pressuposto de que era necessário assegurar o seu estudo com isenção e a devida amplitude.

Para tanto, antes de mais nada, cabia ter presente que a eliminação da escravatura requeria uma alternativa que assegurasse a sobrevivência do país, tamanha a dependência em que nos encontrávamos das atividades voltadas para a exportação. Essa alternativa veio a ser encontrada pelo chamado colonato que corresponde a uma criação bastante engenhosa porquanto, os emigrantes incorporados ao processo produtivo nacional viriam a ser, simultaneamente, assalariados e co-proprietários. Satanizá-lo e desvirtuá-lo, por simples preferência por uma solução a bem dizer “romântica” mas suicida, correspondia a uma atitude nada recomendável no plano da historiografia.

Sérgio Buarque de Holanda preferia o tipo de emigração correspondente àquele que se radicara em algumas localidades do Rio Grande do Sul, baseado em unidades familiares. Não podia ignorar que essas economias jamais conseguiriam sustentar uma atividade voltada para as exportações das proporções assumidas pela cafeicultura. Porquanto se tratava de uma equação simples: a sobrevivência do modelo agro-exportador que, além de assegurar trabalho e renda para expressivo contingente da população nacional, garantia o cumprimento dos compromissos assumidos pelos financiamentos das ferrovias e da maquinaria que éramos obrigados a importar se quiséssemos de fato promover o desenvolvimento industrial. Vale dizer: seguir o caminho trilhado pela Europa e pelos Estados Unidos, de agregar à promoção da agricultura o novo setor que se chamava então de “manufatureiro.”

Na apresentação do livro de Davatz, Sergio Buarque de Holanda reconhece que “o sistema ideado por Vergueiro continuou a influir direta ou indiretamente sobre as várias formas de organização do trabalho rural durante essa pausa. Alguns dos traços dominantes do sistema chegaram a incorporar-se, de certo modo em caráter definitivo, ao regime das fazendas de café, servindo para suavizar a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. ... É indiscutível que, encarando sob esse aspecto o plano Vergueiro foi extremamente fecundo e, como tal, merece ser estudado com atenção e enaltecido.” (edição de *Memórias de um colono de café* de Editora Itatiaia, 1980; “Prefácio do tradutor”, p. 44)

Não obstante o mencionado reconhecimento, associou o seu nome ao verdadeiro “destampatório” que representa o mencionado livro, limitando-se a indicar ser “inútil insistir muito na intenção polêmica em que foi composto.”

Na verdade, o livro foi publicado com a intenção expressa de dificultar o recrutamento de trabalhadores em que se empenhavam os empresários paulistas. Davatz era mestre escola e aceitou vir ser agricultor no Brasil na esperança de que se tratasse de uma fórmula de fácil enriquecimento. Considero desnecessário, nesta oportunidade, detalhar o conteúdo da mencionada obra, remetendo o leitor interessado para a análise circunstanciada que dele empreendo no texto “Revisita ao tema da escravidão”, transcrito em anexo a esta parte da exposição. Basta indicar o que se segue: “Numa lista de 87 alemães e suíços contratados para serviços na lavoura, em 1858, apenas 13 se tinham dedicado a atividades agrícolas em suas terras. Os outros eram artesãos (carpinteiros, alfaiates, pedreiros, etc.) e havia até dois músicos ambulantes. O próprio Davatz, como foi referido, era mestre-escola. A conclusão se impõe, vinda do próprio Sérgio Buarque de Holanda: “foi praticamente nula a influência de tais colonos sobre os métodos de trabalho agrícola”.

Com o tempo, os próprios empresários brasileiros, patrocinadores da iniciativa, aprimoraram as formas de recrutamento.

O certo é que a iniciativa de Sérgio Buarque de Holanda viria a criar uma certa tradição de menosprezo pelo colonato de café, fórmula vitoriosa de transição do trabalho escravo para o livre.

A mencionada tradição explica também que as Coleções Brasilianas hajam acolhido a obra de Robert Ave-Lallemant (1812/1884). Na “Reconquista do Brasil” figuram nada menos que quatro livros desse autor, que se intitularam para fazer sugerir que seriam parte integrante dos textos dos naturalistas, a saber: *Viagem pelas províncias de Santa Catarina, do Paraná e de São Paulo* (1858); *pela província do Rio Grande do Sul* (1858); *pelas províncias da Bahia; Pernambuco; Alagoas e Sergipe* (1858); e *no Rio Amazonas*. Sentindo que devia desfazer a impressão de que vendia gato por lebre, insere a advertência de “tratar-se da obra de um médico de hospital, que nunca teve pretensões ao nome de naturalista, seja zoólogo; botânico ou mineralogista.”

Contudo, não deixa de ser estranho que se haja disposto a fazê-lo. Veio para o Brasil em 1838, na condição de médico, tendo atuado no combate à febre amarela que pela época incidia no Rio de Janeiro, tendo chegado inclusive a diretor de hospital. Regressou à Europa em razão da saúde da mulher. Decide-se entretanto pela volta ao país em 1858, comportando-se desta vez como os naturalistas.

Suas viagens têm entretanto o objetivo expresso de observar as condições de vida de emigrantes. Contém uma profissão de fé de que de suas observações resultaria a preferência pelo que denomina de “alegre e pujante prosperidade duma colônia alemã, de colonos não sujeitos a condições servis e às injunções especulativas dum empresário particular”. Em outro volume da presente narração de viagem, declara, “tenho infelizmente de esboçar um quadro inteiramente oposto, o da lenta ruína de numerosos imigrantes, na mais negra miséria, num rio do Sul da província da Bahia, o Mucuri, o triste resultado da especulação empreendida por sociedade anônima.”

Além de apontar essa situação na sua viagem pelo Norte do Brasil, publicaria, em 1859, em Hamburgo, um texto com a intenção de advertir os desejosos de emigrar, esperando assim contribuir para a mudança de opinião na Europa relativamente à emigração para o Brasil.

Vê-se nitidamente que havia, na Europa, grupos econômicos interessados em dificultar a transição brasileira da escravatura para o trabalho livre, única possibilidade do país continuar ocupando posição de destaque entre os exportadores de café, posição que, evidentemente, pretendia-se minar.

4. CONTRIBUIÇÕES A OUTROS TEMAS ESPECÍFICOS

O livro *Viagens às províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo* (1838), da autoria de J.J. Tschudt, que costuma figurar nas Brasilianas, corresponde a caso particular, isto é, não seria obra de naturalista, que é a nota distintiva dos que, tendo nos visitado no século XIX, deixaram os respectivos depoimentos. Trata-se de enviado especial do governo suíço, que se propunha inspecionar as condições de acolhimento dos naturais do país que haviam emigrado para o Brasil. Semelhante tarefa também desempenhou no Peru e em outros países sul-americanos, documentadas em *Viagens à América do Sul*, obra em cinco volumes, que publicaria na Europa. Às primeiras viagens para o Brasil e o Peru, realizadas nos anos trinta, seguiram-se as segundas em 1857/58 e, as terceiras, em 1860/61, desta vez a outras nações do continente.

No livro *Dez anos no Brasil* --volume 24 da Reconquista do Brasil-Nova Série, reeditado pelo Senado Federal em 2003 e acessível na INTERNET--, Carl Seidler

declara ter optado por emigrar para o Brasil em 1825, tornando-se aqui 2º Tenente do 27º Batalhão de Caça do Exército e, nessa condição deslocado para a fronteira Sul. Em razão disto participou da chamada Guerra Cisplatina, assim denominada o renovado conflito entre o Brasil e a Argentina, devido à incorporação do Uruguai ao Brasil. Na verdade provinha de disputa entre Portugal e Espanha. Prolongou-se de 1825 a 1828, quando o Brasil concordou com a independência do Uruguai.

Condição assemelhada às precedentes é a de Daniel P. Kinder (1815/1891), missionário metodista norte-americano, que esteve no Brasil em duas oportunidades, em viagem de propaganda evangélica, de 1836 a 1837 e de 1840 a 1842. O texto que nos legou intitula-se *Reminiscências de viagens e permanência nas províncias do Sul do Brasil* (1845), tendo figurado na Coleção Reconquista do Brasil, vol. 15 da Nova Série. Indique-se a esse propósito que a história social do protestantismo no Brasil acha-se efetivada pelo Reverendo Boanerges Ribeiro (1919/2003), que seria também renomado educador. Foi Chanceler da Universidade Mackenzie (São Paulo). Entre os textos que dedicou ao tema destacam-se *Protestantismo no Brasil Monárquico -1822-1888*; aspectos culturais da aceitação do protestantismo no Brasil (São Paulo, Pioneira, 1973) e *Protestantismo e cultura brasileira* (São Paulo, Cia. Editorial Presbiteriana, 1981).

5. A SINGULARIDADE DA OBRA DOS PINTORES DEBRET E RUGENDAS

A **Reconquista do Brasil** inclui a obra de dois pintores, Debret e Rugendas, levando em conta que se tornaram documentos históricos de grande relevância, como se indicará.

Jean-Baptiste Debret (1768/1848), pintor e desenhista, integrou a Missão Artística Francesa que chegou ao Rio de Janeiro em 1816. O objetivo da Missão era promover a fundação da Academia de Belas Artes. A estada de Debret no país foi relativamente prolongada, quinze anos, tendo regressado a Paris em 1831.

No período de sua permanência no Brasil elaborou 153 pranchas reunidas na obra *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, incluída na Reconquista do Brasil, em dois volumes (56 e 57 da 1ª série).

Corresponde a pinturas de amplitude extraordinária, podendo-se dizer que expressam com fidelidade os diversos aspectos que caracterizam o Brasil e os grupos que então o habitavam.

As pranchas são acompanhadas de textos descritivos.

Trabalho equiparável ao de Debret foi desenvolvido por Jean Moritz Rugendas (1802/1858), pintor alemão que viajou pelo país de 1822 a 1826. Havia cursado a Academia de Belas Artes de Munique e integrava a missão científica russa chefiada pelo Barão Georg Heinrich Langsdorff.

A exemplo de Debret, pintou tipos humanos, selecionados de modo a retratar sua diversidade, inclusive no modo de vestir-se. O mesmo em relação a construções arquitetônicas, paisagens, as diversas modalidades de comemorações e festejos; e assim por diante. O conjunto foi reunido no livro *Voyage pittoresque dans le Brésil*, publicado em 1836. A tradução brasileira figura na Reconquistado Brasil (volume 2 da 2ª série).

Suas pinturas acham-se igualmente acompanhadas de textos elucidativos do conteúdo. Para exemplificar segue-se a transcrição daquele que acompanha a gravura *Negros no porão de um navio*.

“Embarcam-se, anualmente, cerca de 120.000 negros na costa da África, unicamente para o Brasil, e é raro chegarem mais de 80 a 90 mil. Perde-se portanto cerca de um terço durante a travessia de dois meses e meio a três meses. . Ao chegarem

à fazenda, confia-se o escravo aos cuidados de um outro mais velho e já batizado. Este o recebe na sua cabana e procura fazê-lo, pouco a pouco, participar de suas ocupações domésticas; ensina-lhe algumas palavras em português. E somente quando o novo escravo se acha completamente refeito das consequências da travessia que se começa a fazê-lo tomar parte nos trabalhos agrícolas.”

6. COMO FIGURARIAM NA BRASILIANA BREVE

O volume 118 da **Brasiliana** da Companhia Editora Nacional corresponde a uma seleção dos textos de Spix e von Martius muito representativa do conjunto de sua obra e, de igual modo, do sentido geral da atividade desenvolvida pelos naturalistas que nos visitaram no século XIX. Ilustra de maneira brilhante o valor científico e historiográfico do conjunto de pesquisadores que, com idêntico espírito estudaram o Brasil. Tratava-se, certamente, do interesse e da disputa, nos grandes centros europeus, acerca das possibilidades (ou impossibilidades) da chamada civilização nos trópicos. Não obstante esse interesse episódico, do ponto de vista em que nos situamos, acha-se dotada de permanência.

Na apresentação desse volume no documento divulgado por aquela editora, com o título de *Síntese dos volumes da Coleção Brasiliana*, consta o seguinte:

“A grande obra *Reise in Brazilian*, de von Martius, resultou das longas viagens que o botânico eminente realizou entre 1817 e 1820, através do Brasil que von Martius elegeu “por campo de suas investigações científicas”. Dessa obra de extraordinário valor científico e do mais alto interesse para o conhecimento da sociedade do litoral e do interior do país, o dr. Pirajá da Silva extraiu, verteu para o português e anotou toda a parte relativa à Bahia, contribuindo por essa forma, e com o mais completo êxito, para vulgarizar, entre brasileiros, a célebre obra do sábio alemão. A sua viagem aos sertões da Bahia, admiravelmente traduzida pelos Drs. Pirajá da Silva e Paulo Wolf, não interessa apenas ao naturalista: o espírito de curiosidade, a amplitude de cultura e o poder de observação dos sábios alemães lhes permitem retratar, dos mais variados pontos de vista e sob todos os aspectos, a Bahia colonial, com uma riqueza verdadeiramente impressionante de dados e informações de toda ordem. Nada escapa à força de penetração e análise do notável homem de ciência, amigo e admirador do Brasil, em cuja obra se aliam, para lhe dobrarem interesse, o rigor, a lucidez e a profundidade das observações e a frescura, o colorido e a força comunicativa dos grandes escritores. Introdução de Teodoro Sampaio.”

O volume em apreço intitula-se *Através da Bahia – Von Spix e Von Martius* (excertos da obra *Reise in Brazilian*). Tradução e notas de Pirajá da Silva e Paulo Wolf.

Pirajá da Silva (1873/1961), bahiano, médico e cientista, sendo que suas pesquisas são consideradas como tendo contribuído para o avanço no tratamento de doenças tropicais, citando-se como exemplo a identificação do verme da esquistossomose. Diplomado pela Faculdade de Medicina de sua terra natal, veio a pertencer ao seu Corpo Docente. Frequentou o Instituto Pasteur (Paris) e o Instituto Alemão de Doenças Tropicais, sediado em Hamburgo. Em 1956 recebeu a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Médico, outorgada pelo governo brasileiro.

Teodoro Sampaio (1855/1937), igualmente natural da Bahia, notabilizou-se como engenheiro pelos levantamentos geológicos que viria a efetivar no estado de São Paulo, tendo ainda chefiado os serviços de saneamento desse estado. É autor de extensa bibliografia, na qual se destaca o *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil*.

Do que precede, parece justificada a sua seleção para representar, na BRASILIANA BREVE, o segmento dos viajantes estrangeiros.

Tivemos ocasião de assinalar que a obra de viajantes estrangeiros dos primeiros séculos chegaram a ser valorizadas pelas informações ali contidas sobre as comunidades indígenas, embora este não fosse o seu objetivo. Figuram igualmente nos textos de nossos primeiros historiadores, conforme teremos oportunidade de indicar logo adiante. Certamente esta é uma questão a que não deverá furtar-se a BRASILIANA BREVE, porquanto se trata de uma das componentes de nossa nacionalidade. Nossa opção, na matéria será valeremo-nos da solução encontrada, tanto pela **Brasiliana**, da Companhia Editora Nacional, como da **Reconquista do Brasil**, da Editora Itatiaia: **O selvagem** (1875) do General Couto de Magalhães. No que se refere à contribuição do negro para a cultura brasileira, que igualmente compete registrar, desde que considerada do mesmo ângulo, isto é, estritamente acadêmico, contamos com a contribuição de conhecida estudiosa do tema, a profa. Helena Teodoro, no livro que intitulou *O negro no espelho* de que nos ocuparemos no lugar próprio..

II. PRIMEIRAS HISTÓRIAS DO BRASIL

1. AS OBRAS DO PRIMEIRO SÉCULO E DO INÍCIO DO SÉCULO XVII

a) Idéia geral dessas publicações

São quatro os textos de que se trata, a saber:

Pero Magalhães Gandavo – *História da província de Santa Cruz* (1576)

Gabriel Soares de Souza - *Tratado descritivo do Brasil m 1587*

Fernão Cardim – *Tratados da terra e da gente do Brasil* (1583-1601)

Frei Vicente de Salvador – *História do Brasil* (1627)

Varnhagen, que é o autêntico fundador da historiografia nacional --de quem nos ocuparemos adiante--, não atribuíra maior importância à obra e Gandavo enquanto não se cansa de exaltar a Gabriel Soares de Souza. Louvamo-nos dessa circunstância para adotar o seu texto (*Tratado descritivo do Brasil em 1587*) como representativo desse ciclo para integrar a BRASILIANA BREVE.

Com efeito, o texto de Gandavo tem sobretudo caráter literário ao invés de documental. Embora não se tenha conseguido reconstituir integralmente sua biografia, sabe-se que trabalhava no Arquivo Público de Portugal, conhecido como Torre do Tombo, resumindo documentos a serem ali preservados. Era também contemporâneo e amigo de Camões. Seu mérito estaria, segundo Varnhagen, sobretudo em “haver, por assim dizer, posto em contato com o nosso país o grande poeta.”

Descreve a flora e a fauna mas o faz de forma a atribuir-lhes certa feição fantasiosa. Quando passa a considerar acontecimentos os reveste abertamente de cenas extraordinárias, como o registro do aparecimento de monstros. Quanto aos indígenas, enfatiza sobretudo a sua ferocidade e canibalismo.

No tocante a Soares, Varnhagen escreve: “embora rude, primitivo e pouco castigado o estilo, confessamos que ainda hoje nos encanta o seu modo de dizer; e ao comparar as descrições, com a realidade, quase nos abismamos ante a profunda

observação que não cansava, nem se distraía, variando de assunto.” E mais: “causa pasmo como a atenção de um só homem pode ocupar-se de tantas coisas “que juntas se vêm raramente” --como as que contém, na sua obra, que trata a um só tempo, em relação ao Brasil, de geografia, de história, de topografia, de agricultura entretrópica, de horticultura brasileira, de matéria médica indígena, das madeiras de construções e de marcenaria, da zoologia em todos os seus ramos, de economia administrativa e até de mineralogia.” Na discussão acerca de que modelo poder-se-ia haver inspirado Varnhagen, para produzir a sua obra monumental, parece-me que teria sido justamente este autor.

Fernão Cardim era padre jesuíta. Durante a sua primeira estada no Brasil, entre 1583 e 1601, produziu três textos sobre o país, reunidos no volume mencionado. O primeiro corresponde aos manuscritos em que trata, respectivamente, do “clima e terra do Brasil” e do que intitulou de “Do princípio e origem dos índios do Brasil e dos seus costumes, adoração e cerimônias”. Seguem-se duas cartas em que dá conta do trabalho da missão jesuíta.

No caso de Gabriel Soares de Souza, Varnhagen identificou a verdadeira autoria, promovendo cuidada edição, devidamente anotada. Coube-lhe também a missão de editar ao padre Cardim cuja obra entende ser “seguramente mais insignificante e destituída de mérito científico que a precedente; entretanto recomenda-se pelo estilo natural e fluente, e pela verdade da pintura feita, com os objetos à vista, e as impressões, ainda de fresco recebidas dos encantos virgens que regalavam os olhos de quem acabava de deixar a Europa nos fins do inverno.”

Embora a existência do manuscrito fosse conhecida, a *História do Brasil*, concluída em 1627, de Frei Vicente do Salvador (1564/ 1636 ou 1639) somente seria publicada em fins do século XIX. Encerra-se com a fracassada tentativa de ocupação da Bahia pelos holandeses. Embora fantasiosa a hipótese que difunde sobre a origem dos aborígenes --fantasias que eram comuns na época-- reuniu valiosas informações sobre os indígenas, especialmente os aimorés, descrevendo seus costumes originários, formas do habitat, e práticas de sobrevivência, embora assinale a crescente dependência de utensílios de origem ocidental. Segundo seu depoimento, considerariam os portugueses como “senhores de todas as coisas boas que trazem à terra de que eles dantes careciam e agora as têm em tanta abundância, como são machados, foices, anzóis, facas, tesouras, espelhos, pentes e roupas, porque antigamente roçavam os matos com cunhas de pedra e gastavam muitos dias em cortar uma árvore, pescavam com uns espinhos, faziam o cabelo e as unhas com pedras agudas e quando se queriam enfeitar faziam de um alguidar de água espelho, e que desta maneira viviam mui trabalhados, porém agora fazem suas lavouras e todas as mais coisas com muito descanso, pelo que os devem de ter em muita estima.”

Descreve os casamentos, a criação dos filhos, como tratam as doenças e cultuam os mortos e do modo de guerrear. É bastante minuciosa a maneira como relata o tratamento dispensado aos prisioneiros e da prática da antropofagia.

No que respeita propriamente à colonização, optou por abordá-la segundo os governos que se alternaram desde Tomé de Souza.

Era bahiano de nascimento, tendo estudado no Colégio dos Jesuítas, findo o qual foi admitido na Universidade de Coimbra. Regressando ao Brasil, tornou-se sacerdote, condição na qual optou por ingressar na Ordem Franciscana. Pelas funções que veio a exercer, teve que se deslocar a outras capitânias. Terminou entretanto por falecer em Salvador, não havendo segurança quanto á data, que pode ter sido 1636 ou 1639.

A *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, foi incluída na Coleção **Reconquista do Brasil** (volume 49 da 2ª série). Recentemente (2010) foi reeditada na **Brasiliana** do Senado Federal.

Na apresentação do texto de Gabriel Soares de Souza, no que se refere aos indígenas, Varnhagen chamou a atenção para um aspecto essencial, que abordaremos a seguir, em tópico autônomo.

b) Um traço essencial dos aborígenes nacionais

O livro de Gabriel Soares de Souza acha-se subdividido em duas partes. Na primeira, depois de uma breve notícia sobre o descobrimento e a divisão da posse do novo mundo entre Portugal e Espanha, descreve os principais acidentes geográficos desde o rio Amazonas, no Extremo Norte, até o rio da Prata, no Extremo Sul. Essa opção reflete o caráter estritamente litorâneo da colonização no primeiro século.

A segunda parte ocupa-se da Bahia, revestindo-se de maior abrangência temática.

Na primeira parte insere uma informação sumária sobre comunidades indígenas existentes em diversas capitâneas, isto é, não se preocupou em fazer, sobre este aspecto, uma investigação sistemática. Em contrapartida, na segunda essa informação é bem mais detalhada.

Acontece que somente nesta segunda parte compreende-se o significado de um traço essencial do comportamento dos aborígenes, apresentado com insistência na caracterização precedente. Essa compreensão resulta de uma advertência de Francisco Adolfo Varnhagen (1816/1878), um dos fundadores da historiografia nacional, que editou o manuscrito de Soares de Sousa e dedicou-lhe extensos comentários. Reveste-se do maior significado, como se verá a seguir. À vista da apontada singularidade, começaremos a exposição pela segunda parte.

Segundo Gabriel Soares de Souza os primeiros povoadores do território que deveria corresponder ao Recôncavo da Bahia teriam sido os tapuias. Provido do sertão, os tupinarés os venceram e desalojaram, afugentando os tapuias para o interior. Esses tupinarés, por sua vez, seriam vencidos e desalojados pelos tupinambás.

Ainda em conformidade com o autor, na altura em que se desenvolve a colonização capitaneada pelos portugueses, os tupinambás se haviam dividido em dois grupos, guerreando entre si pela posse do litoral. Uma parte passou a dominar o trecho entre os rios Real e São Francisco (presentemente estabelecem os limites do estado de Sergipe) e, a outra, aquele entre o rio Real e a Bahia de Todos os Santos. Na própria Bahia de Todos os Santos, os tupinambás subdividiram-se. Os ocupantes da ilha de Itaparica -- povoam o rio Jaguaribe e seguem na direção Sul até a proximidade de Ilhéus-- hostilizavam os ocupantes do continente na parte da baía a que corresponderia Salvador.

A essa informação de Gabriel Soares de Souza, Varnhagen tece o seguinte comentário que se transcreve por inserir um dos traços essenciais das comunidades indígenas. Segue-se a transcrição:

“Não havia, e insistimos anda nesta idéia, no Brasil, nação tapuia. Esta palavra quer dizer “contrário” e os indígenas a aplicavam até aos franceses, contrários dos nossos, chamando-os de tapuy-tinga, isto é, tapuia branco Antigamente no Brasil, como atualmente ainda no Pará, chama-se tapuia ao gentio bravo; e tapuia se iam chamando uns aos outros, os mais aos menos civilizados. Quando os tupis invadiram o Brasil do Norte para o Sul (e não do Sul para o Norte, como pretendeu Hervas e com ele Martius), chamaram tapuias às raças que eles expulsaram. Os tupis que a si chamavam tupinambás, ou tupis abalizados, foram logo seguidos de outros de sua mesma raça, e

deram aos vencidos que empurravam para o Sul e para o sertão o nome de tupi-iris e de *tupim-aem*, isto é, tupis laterais e tupis maus, como já dissemos (tupiniquim ou tupin-iki quer dizer simplesmente o tupi do lado ou vizinho lateral; tupinaé significa tupi mau).

O fracionamento crescente da raça tímica, que se estendia por quase todo o Brasil, na época do descobrimento, era tal que não exageram os que crêem que, a não ter lugar a colonização européia, a mesma raça deveria perecer assassinada por suas próprias mãos; como quase vai sucedendo nestes matos virgens, em que temos índios bravos, fazendo-se uns aos outros crua guerra. Sem a desunião da raça tímica nunca houvera uma pequena nação como Portugal colonizado extensão de terra tão grande como a que vai do Amazonas ao Prata. Os primeiros colonos seguravam-se na terra à custa dessa desunião política, protegendo sempre um dos partidos, que com essa superioridade ficava vencedor, e se unia aos da nova colônia, mesclando-se com ela em interesses, e até em relações de parentesco, etc. Às vezes, chegavam a fomentar a desunião política, o que não deve admirar quando vemos que isto ainda hoje é seguido, e que nações, aliás poderosas, não conquistariam muitas vezes nações fracas, se dentro destas não achassem partidos discordes em quem pudessem encontrar ponto de apoio, sua alavanca terrível.”

Mais adiante, Varnhagen registra que o próprio Soares de Souza confirma “que o nome dos indígenas, antes de se dividirem, era o de tupinambás-- e que falavam a mesma língua por toda a costa, e tinham os mesmos costumes.” A declaração do autor neste sentido está formulada deste modo: “ainda que os tupinambás se dividam em bandos e se inimizaram uns com os outros, todos falam uma língua que é quase geral pela costa do Brasil, e todos têm uns costumes em seu modo de viver .”

Ao abordar as outras tribos, na continuação dessa parte do livro, o autor observa, ao ocupar-se dos tupinaés, que “pelo nome tão semelhante destas duas castas de gentio se parece bem claro que antigamente foi esta gente toda uma, como dizem os índios antigos desta nação; mas têm-se por tão contrários uns dos outros que se comem aos bocados e não cansam de se matarem em guerras, que continuamente têm, e não tão-somente são inimigos os tupinaés dos tupinambás, mas são-no de todas as outras nações do gentio do Brasil, e entre todas elas lhes chamam “taburas”, que quer dizer contrários.” Para não alongar a exposição, apresentaremos em forma de ADENDO, como a detalha na caracterização dos indígenas com que se deparou em diversas partes do litoral.

c) A sobrevivência das tribos existentes em 1587

Encontra-se no site do ISA-Instituto Sócio Ambiental (sediado em São Paulo), uma consolidação da informação disponível sobre **Tribos indígenas brasileiras**. Essa consolidação registra inclusive o número de índios remanescentes, com a respectiva localização.

Os autores dão-se conta da existência do que chamam de “inimizade crônica” entre povos de origem comum, mas, em certas situações, atribuem à colonização portuguesa o que não passa de um autêntico processo de auto-extinção. Passemos entretanto ao registro do que terá ocorrido com as tribos existentes no país na oportunidade do registro efetivado por Gabriel Soares de Souza.

Aimorés – Assinala-se no registro do ISA que seriam “grandes corredores e guerreiros terríveis; foram os responsáveis pelo fracasso das capitânicas de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo.” Os últimos remanescentes teriam sobrevivido até o início do século XX, quando desaparecem de todo.

Caetés- Registra-se como sendo os “deglutinadores do bispo Sardinha e viviam desde a ilha de Itamaracá até as margens do São Francisco.” Não há registro de remanescentes.

Carijós- Registra-se que foram receptivos à catequese. Atribuem a sua extinção ao “trabalho forçado nos canaviais da baixada santista.” À luz do grande contingente de índios recrutados para o trabalho nas fazendas mantidas pelos jesuítas, é pouco provável que a razão tenha sido essa. Não há menção à disputa com os **guaianazes**, indicada por Gabriel Soares de Souza, cuja ferocidade há de ter dizimado a ambos os oponentes.

Goitacazes- Registra-se que eram tidos como “os índios mais selvagens e cruéis do Brasil”. Não há indicação de sobreviventes. Segundo Gabriel Soares de Souza, os tupiniquins “era seus contrários e vieram a ter com eles cruel guerra.”

Guaianazes –O registro do ISA confirma a informação disponível de que viveriam no litoral de São Paulo. Não há registro de sobreviventes. Disputavam a posse do território simultaneamente com os tamoios e carijós.

Potiguar- Sobreviveriam no Ceará e na Paraíba. Diz-se, sem detalhar, que “constituem um grande exemplo de luta entre povos indígenas no Nordeste.”

Papanazes- Não há registro de sobrevivência.

Tamoios –Desapareceram de todo.

Tupinambás- Registra-se que seriam “o povo tupi por excelência”. Afirma-se que “as demais tribos tupis eram de fato seus descendentes, embora o fato que os unisse fosse a teia de uma inimizade crônica.”

2. ROCHA PITTA

A Historia da América portuguesa, de Sebastião da Rocha Pitta (1660/1738), foi publicada em Lisboa, em 1730, na Oficina de Joseph Antonio da Silva, impressor da Academia Real.

Sebastião da Rocha Pitta nasceu na Bahia e após concluir as humanidades no Colégio dos Jesuítas, aos 16 anos, foi estudar na Universidade de Coimbra, onde diplomou-se em cânones. De volta ao Brasil, exerceu o posto de coronel de um regimento de infantaria e viveu em sua fazenda, localizada nas proximidades da cidade de Cachoeira, no Recôncavo.

Além do livro citado, publicou dois outros textos, laudatórios do rei D. Pedro II e de D. Leonor, esposa do governador do Brasil entre 1702 e 1708, D. Rodrigo da Costa, a propósito dos seus funerais.

Na opinião de Pedro Calmon (1902/1985), no tocante à História, “a crítica evidentemente não lhe perdoa o fraseado gongórico, o “barroquismo”, tudo o que de rotundo, excessivo, imaginoso. E portanto de pitoresco mau gosto, lhe sobrecarrega a narrativa, sem entretanto lhe tirar --no essencial do livro-- a fluência e a clareza. Precisa ser lido e deve ser lido como um exemplo da literatura que ao seu tempo florescia e da arte, do ideal poético, das deformações estéticas, do gênero “barroco” que nela se refletia.”

Rocha Pitta não teve sucesso ao encampar a lenda “da vinda do Apóstolo S. Tomé anunciando a doutrina católica, não só no Brasil, mas em toda a América”. Pelos relatos que ouviu, afirma ter “mais razões para se crer do que para duvidar; pois mandando Cristo Nosso Senhor aos seus sagrados Apóstolos pregar o Evangelho a todas as criaturas e por todo o mundo, não consta que algum dos outros viesse a essa região, tantos séculos habitada antes de nossa redenção; e depois de remidas de tantas almas, não deviam ficar mil e quinhentos anos em ignorância invencível da lei da graça.” Em abono da hipótese reúne testemunhos das evidências do tal fato.

Ressalve-se que a suposição nada tinha de inusitado. temos em vista que ainda mesmo no século XIX não se podia negar sem consequências a presença de São Tiago na Batalha de Ourique, travada a 25 de junho de 1139, que coroa a derrota dos mouros e a correlata independência de Portugal. José Hermano Saraiva nos lembra que “Herculano ousou chamar *fábula* à lenda e com isso desencadeou uma reação extremamente violenta, durante a qual foi acusado de inimigo da fé e da verdade, de detrator das glórias nacionais”.

O empenho laudatório de Rocha Pitta reduz o valor documental de seu texto. Pelo tom palavroso e evidente preocupação em “dourar a pílula”, a informação que fornece perde toda objetividade. Alguns exemplos:

Como apresenta o país: “Do novo mundo, tantos séculos escondidos e de tantos sábios caluniado, onde não chegaram Hanon com suas navegações, Hércules líbico com suas colunas, nem Hércules tebano com suas empresas é a melhor porção do Brasil; vastíssima região, felicíssimo terreno em cuja superfície tudo são frutos, em cujo centro tudo são tesouros, em cujas montanhas e costas tudo são aromas; tributando os seus campos o mais útil alimento, as suas minas o mais fino ouro, os seus troncos o mais suave bálsamo, e os seus mares o âmbar mais seleteo; admirável país, a todas as luzes, onde prodigamente profusa a natureza se desentranha....” e por aí vai,

Como apresenta um novo governador-geral: “Aos três governadores, depois de mais de dois anos de governo, sucedeu no de mil seiscentos e setenta e oito, com o posto de marechal-de-campo, Roque da Costa Barreto. Era de nascimento claro, de valor heróico e grande entendimento; prerrogativas que lhe granjearam na campanha e na corte estimações e postos relevantes, e se achava atualmente exercendo o de sargento de batalha da província da Estremadura; e fez uma governo tão admirável, que não permite a nenhum dos mais célebres parecer maior, sendo o seu memorando entre os mais famosos e plausíveis. No cuidado da observância da justiça e no aumento da república foi em sumo grau cabal. No desinteresse não conheceu vantagem....”

Na descrição de um acontecimento, tampouco vai direto ao ponto. Para relatar o ataque marítimo que sofreu um Vice-Rei, primeiro tece grandes considerações, ao seu estilo, sobre o despreparo pra enfrentamento de tais situações. Assim começa por dizer que os cargueiros que cruzavam o Atlântico não vinham preparados para ações bélicas, pouco habituais, notadamente ataque de piratas, escreve: “vinham com tão pouca disposição para um naval conflito, quanto sujeitas a serem facilmente rendidas, porque além das muitas enfermidades que contraem os navegantes naquela larga viagem, o interesse do negócio as faz vir tão avolumadas e com muito embaraço para jogar a artilharia que se acham quase impossibilitadas para a defesa. Neste engano ou descuido vinha também a nau em que passava Caetano de Melo de Castro, mas como no seu valor trazia toda a segurança ele a livrou do perigo iminente no combate que teve com poderoso baixel de piratas

“Avistaram-se as duas grandes naus, e reconhecendo-se ambas, fez o Vice-Rei Caetano de Melo de Castro safar a artilharia que com tanto trabalho como diligencia pôs logo pronta para laborar. E partiu pelos postos os soldados e passageiros que se achavam capazes de peleja; na falta de enfermos e de mortos, armou os religiosos que vinham em sua companhia e animados uns e outros, como espírito de todos, se principiou entre ambos os baixes um valoroso conflito, que lutou toda uma manhã; mas afrouxando de cansada a nau inimiga e desesperando da presa, por lhe ter já o impulso custado muitas vidas, e também por imaginar ser maior o nossos poder do que supunha, se fôí retirando até desaparecer. Porém o perigo de que livrara a nossa (pela disposição e valor de Caetano de Melo) ia experimentando por outro acidente, com manifesto risco de naufrágio, pelo ímpeto das ondas e pouca prática dos pilotos.”

Os fundadores de nossa historiografia valeram-se da *História a América portuguesa* sobretudo para conferir períodos governamentais e detentores do cargo, desde que, nessa matéria Rocha Pitta compulsou toda a documentação disponível, em seu tempo.

3. AS HISTÓRIAS DO BRASIL DE DOIS INGLESES

Nas primeiras décadas do século XIX publicaram-se, em Londres, duas histórias do Brasil. A primeira seria devida a Robert Southey (1774/1843). Apareceu em três volumes, sucessivamente em 1810; 1817 e 1819. A segunda seria obra de John Armitage (1808/1856), tendo sido publicada em 1836.

Southey era literato, sendo autor de diversas biografias (Nelson; Wesley; Joana d'Arc; Thomas Moore e *As vidas de admirantes britânicos*), além de livros de poesia. Por razões fortuitas viria a residir em Lisboa, acompanhando o tio (pastor Herbert Hill), nomeado capelão da Igreja Anglicana mantida na capital portuguesa. Reuniu documentação para escrever a *História de Portugal*, projeto de que não daria conta.

Armitage, logo depois de completar 21 anos --informa-nos Eugênio Egas (1863/1956), autor do prefácio à tradução brasileira-- empregou-se na Casa Philips, Wood & Cia e foi enviado para trabalhar na filial do Rio de Janeiro, onde permaneceu entre 1829 e 1836. Levando em conta que a obra de Southey abrangia desde o Descobrimento até a mudança da Corte para o Rio de Janeiro (1808), tratou do período compreendido entre 1808 e 1831, incluindo assim o Primeiro Reinado.

Devido ao relacionamento que manteve com figuras da liderança política da época, a obra de Armitage logo foi traduzida e editada no Rio de Janeiro, em 1837 (Tipografia J. Villeneuve).. A tradução --e a própria autoria do livro-- chegou a ser atribuída a Evaristo da Veiga (1799/1837), considerado por Otávio Tarquínio como um dos “fundadores do Império”. Essa tradução seria revista por Eugênio Egas, segunda edição que teve lugar em São Paulo, em 1914. Sua inclusão na **Brasiliana** seria iniciativa da **Reconquista do Brasil** (volume 43 da 2ª série), o mesmo ocorrendo com a obra de Southey (volumes 67; 68 e 69 da mesma série).

A *História do Brasil* de Southey seria traduzida e publicada no Rio de Janeiro em 1862, edição a cargo da Livraria Garnier. A segunda edição seria da Livraria Progresso Editora (Salvador, Bahia) entre 1948 e 1954. Saiu ainda uma terceira edição (Ed. Obelisco, 1965)

As histórias do Brasil dos dois ingleses são atualmente parte da **Brasiliana** do Senado Federal: Southey, em três volumes, aparecidos em 2010, e Armitage, em 2011.

A obra de Southey não se refere apenas ao Brasil. Seu interesse maior, como confessa, cifra-se em bem situar as divergências da Península Ibérica transplantadas para a América. Escreve: “Se os ministros ingleses tivessem previsto quão depressa iam ver-se envolvidos, numa guerra com a Espanha, teriam logo tomado parte na justa contenda do Rei de Portugal, a respeito de Nova Guiana, em vez de lhe excitarem ressentimento e a má vontade, intervindo unicamente para emplastar a desavença, teriam encontrado na América poderoso aliado”.

No prefácio, deixa claro sua intenção, ao afirmar: “Compreende esta obra alguma coisa mais do que seu título promete. Relata a fundação e progresso das províncias espanholas adjacentes, cujos negócios veremos nos últimos tempos inseparavelmente entrelaçados com os do Brasil. Pode pois considerar-se o assunto como abrangendo todo o território entre o Prata e o Amazonas, estendendo-se para o Ocidente até onde os portugueses levaram a sua colonização e conquista.” (III volume, pág. 1428 da edição do Senado).

A questão magna que interessa a Southey corresponde à disputa pela posse do Brasil. Registra a presença francesa mas de fato ocupou-se mais vivamente daquela que atribui à Espanha. Numa primeira aproximação, esse tipo de preocupação decorreria da existência do período filipino, quando de fato se estabelece o domínio espanhol (que batiza de “usurpação”). Mas a razão seria outra, como chegou a declarar e vimos de referir. O certo entretanto é que não há um texto contínuo sobre o Brasil mas entremeadado pela história de países vizinhos. Vejamos alguns exemplos.

No primeiro volume, depois de indicar as viagens ao Brasil e registrar a de Cabral, embora a detalhe, logo a mistura com as de Américo Vespucci e passa ao capítulo II onde o tema é a descoberta do Rio da Prata. Embora neste figure a referência à subdivisão do Brasil em capitanias, não dá qualquer indicação de seu significado, em termos de política portuguesa de colonização. Nem parece ter-se dado conta de que proviria da Expedição de Martim Afonso de Sousa. A par disto, o relato acha-se entremeadado por indicações relativas à disputa entre europeus pela posse do território. Cito: “Por estes mesmos tempos se formou outra capitania, a de Pernambuco. Um navio de Marselha ali havia estabelecido uma feitoria, deixando nela setenta homens, pensando em manter a possessão. Mas o navio foi apresado na volta, e sabendo-se assim em Lisboa do ocorrido imediatamente se tomam medidas, para reaver o lugar.”

Não satisfeito com esta forma de apresentar a sua *História do Brasil*, o capítulo III está dedicado à fundação de Buenos Aires. No capítulo IV, que se segue, supostamente volta ao Brasil, desta vez dedicando-se ao Maranhão. Mas o projeto de ocupação de que se trata diz respeito a súdito de Espanha e explicita tratar-se do “privilégio de conservar as suas possessões na Nova Espanha”. Somente na parte final alude-se ao fracasso desta tentativa espanhola de colonização mas à portuguesa, que a sucedeu, dedica umas poucas linhas à presença do donatário, acrescentando “do qual não se teve mais notícia”.

No capítulo seguinte (V) o tema é o Prata, com ênfase no Paraguai passando a ênfase, no capítulo VI, ao Peru. No VII, volta ao Brasil mas para se ocupar de Hans Staden.

Estamos num terço do volume I, quando se chega ao governo geral.

Qual a imagem que nos transmite da área descoberta há poucos séculos? Primeiro, no que se refere especificamente à América do Sul, não haveria distinções a assinalar entre as partes componentes. A potência que destaca não é Portugal mas a Espanha. No que respeita propriamente ao Brasil, sobressaem as disputas por sua posse enquanto o domínio na parcela restante (Nova Espanha) parece incontestado. Não se apercebeu da mudança estabelecida na política portuguesa de colonização em decorrência da expedição de Martim Afonso de Sousa.

No restante deste primeiro volume, como de resto nos dois subsequentes (o último, terceiro, chega a Pombal, à expulsão dos jesuítas e ao que chama de “progresso no correr do século XVIII e seu estado ao tempo de passar ali a sede do governo”), a tônica não é diversa: disputa pela posse e integração ao conjunto.

Considera-se que a obra de Armitage esteja bem documentada, destacando-se o seu depoimento pessoal do conflito na Cisplatina, que teria acompanhado de perto.

A obra de Southey há de ter contribuído para tornar o Brasil conhecido da elite dirigente inglesa, ajudando a criar um ambiente favorável ao nosso país quando se tratou de obter o reconhecimento da independência.

III. VARNHAGEN E O MODELO DE HISTÓRIA GERAL

APRESENTAÇÃO

Examinando-se à distância o conteúdo das diversas **Brasilianas**, notadamente a **Reconquistado Brasil**, que pode valer-se da experiência precedente, pode-se concluir que o término do trabalho de Rodolfo Garcia, de complementação da *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, nos anos vinte, consagra-a como o modelo ideal a ser seguido. Na **Reconquistado Brasil**, ocupa os volumes 50 a 56, da 2ª série.

Temos em vista não apenas o estilo de trabalho --que é justamente o recomendável para todo historiador-- como a própria estrutura que concebeu para ordenar a nossa história, os ciclos homogêneos em que a subdivide, as questões destacadas e por vezes controversas e, sobretudo, o imperativo de seu ulterior aprofundamento.

Assim, vamos pois examinar esses temas, a começar da reconstituição dos seus dados biográficos.

1. DADOS BIOGRÁFICOS

Francisco Adolfo de Varnhagen (1816/1878) era filho de Frederico Guilherme de Varnhagen (1782/1842), alemão de nascimento. Seu pai veio para o Brasil contratado como diretor da fundição organizada em São João de Ipanema, São Paulo, com a denominação de Fábrica de Ferro de Ipanema. Tratava-se de iniciativa de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, chefe do primeiro governo organizado no Brasil pelo futuro D. João VI. D. Rodrigo buscava ciosamente alternativas econômicas. Criou ainda uma outra fundição em Minas Gerais.

Embora a de Ipanema funcionasse desde 1810, considera-se que somente na gestão de Varnhagen (1815 a 1821) é que ocorreria a superação da precariedade do material ali produzido.

Francisco Adolfo de Varnhagen nasceria no segundo ano (1816) de permanência do seu pai no Brasil. Presentemente a localidade de São João de Ipanema denomina-se Iperó, municipalidade resultante dos desmembramentos de Sorocaba. Tradicionalmente Varnhagen é dado como tendo nascido nesta última cidade. Ele próprio tinha-se nessa conta. Como nutria a aspiração de que seus restos mortais viessem a ser enterrados no local de seu nascimento, a consumação dessa aspiração teve lugar em Sorocaba, como parte das comemorações do primeiro centenário de sua morte, ocorrido em 1978.

Frederico Guilherme de Varnhagen demitiu-se da fundição em 1821. Acredita-se que esse gesto deveu-se a desentendimento com as autoridades a que se achava subordinado. Formalmente anunciou que pretendia assegurar a boa educação do filho, então com cinco anos, razão pela qual regressaria à Europa. Radicou-se em Portugal, certamente pelo fato de que se casara com portuguesa (D. Maria Flávia de Sá Magalhães) e esta, é de presumir-se, desejaria viver junto de sua família. Assinala-se este fato na medida em que explica a afeição que o jovem Francisco Adolfo iria revelar pela pátria de origem de um dos ramos de seus ancestrais.

Francisco Adolfo de Varnhagen estudou no Real Colégio Militar da Luz, em Lisboa. Quando se dá a transferência de seu pai para Portugal (1821), ali recém iniciara, com a Revolução do Porto, a transição da monarquia absoluta para a constitucional. Esse processo acabaria paralisando o país e levando-o, por fim, à guerra civil, que durou de 1828 a 1834.

Como se sabe, esses acontecimentos tiveram amplo reflexo no Brasil, notadamente pelo fato de que, durante o seu transcurso, em 1826, ocorre o falecimento de D. João VI o que torna D. Pedro I herdeiro do trono da nação de que nos

dissociáramos, reabrindo a discussão em torno da Independência. Acontece que o falecimento do Rei explicita a divergência entre os dois filhos, D. Miguel disposto a preservar a monarquia absoluta e D. Pedro a monarquia constitucional. Agastado com a emergência de setores hostis à sua permanência no trono, D. Pedro opta, em 1831, por assumir a liderança anti-miguelista na guerra civil a que nos referimos, abdicando da condição de Imperador do Brasil. Talvez essa circunstância haja decidido o jovem Varnhagen a participar da luta, na tropa liderada por D. Pedro. Em 1834, quando se dá o seu desfecho, tinha 18 anos de idade. Como parte dessa carreira militar então iniciada, Varnhagen freqüentou a Real Academia de Fortificação, concluindo o curso de engenharia militar em 1839, aos 23 anos de idade.

Ainda naquela década revelaria a sua verdadeira vocação e o tema a que se dedicaria. Entre 1835 e 1838, ocupa-se do texto que submeteu à Academia das Ciências de Lisboa, dedicado a Gabriel Soares de Sousa, que se tornaria o principal documento relativo ao primeiro século da colonização portuguesa no Brasil, cuja autoria seria justamente estabelecida por nosso autor. Graças a essa primeira contribuição à nossa historiografia, tornou-se sócio correspondente da instituição. Para que se tenha, desde logo, idéia da relevância da iniciativa, basta por agora indicar que a própria Academia o havia publicado, em 1825, sem qualquer alusão ao autor. Por sua relevância, voltaremos a considera-lo da forma pormenorizada que merece.

Justamente essa vocação é que o levaria a regressar ao Brasil, em 1840. Logo ingressa no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, passando a integrar o seu núcleo dirigente ao assumir o cargo de primeiro secretário. Em 1844, obtém a nacionalidade brasileira, sendo admitido no corpo diplomático.

Como diplomata, serviu em Lisboa e Madrid, nas décadas de quarenta e cinquenta, condição de que se valeu para institucionalizar o levantamento sistemático da documentação apta a orientar a reconstituição de nossa história, atividade que se coroa com a primeira versão da *História geral do Brasil* (1854/57). Em tópico autônomo, iremos considerar mais detidamente como atuou para sedimentar tais procedimentos, essenciais à constituição da historiografia brasileira, verificada ainda no século XIX.

Entre 1858 e 1867, Varnhagen serviu em alguns países da América do Sul, ocupando-se basicamente da questão dos limites do Brasil com seus vizinhos. Atuou, respectivamente, no Paraguai (1858/1861), seguindo-se uma curta estada na Venezuela (agosto a dezembro, 1861); Equador (dezembro, 1861/abril, 1863); Venezuela (abril-setembro, 1863); Peru (outubro-dezembro, 1863); breve estada no Chile, entre janeiro e maio de 1864, ocasião em que contrai matrimônio com a chilena Carmen Ovalle; volta breve ao Peru (junho-setembro, 1864); retorno ao Chile (outubro a dezembro, 1865) e, por fim, nova e prolongada estada no Peru (dezembro, 1865 a agosto, 1867).

Os relatórios que encaminhou ao Itamaraty, dando conta da atividade desenvolvida nesses países foram tornados públicos no livro *Francisco Adolfo Varnhagen. Correspondência ativa*, coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa (Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1961, págs. 424-503). Notícia do seu conteúdo consta da obra *Varnhagen. Subsídios para uma bibliografia* (São Paulo: Editoras Reunidas, 1982, págs. 364-413) da autoria de Hans Juergem Wilhelm Horsh.

Encerrou a carreira diplomática como nosso representante em Viena, Áustria, onde faleceu (1878), aos 62 anos de idade.

2. O SENTIDO QUE DEU À SUA INVESTIGAÇÃO

No livro que de certa forma coroa os diversos estudos que mereceram a obra de Varnhagen --*Estado, História, Memória; Varnhagen e a construção da identidade*

nacional (1999)-- Arno Wehling indica que a influência intelectual mais importante nas origens do Instituto Histórico seria o **historicismo**. Naturalmente essa vertente teórica tem uma longa trajetória em que revelaria as suas sucessivas facetas. Não caberia, nesta oportunidade, cuidar de sua reconstituição, sobretudo tendo em vista que o próprio Arno Wehling desincumbiu-se dessa tarefa em outros de seus livros, em especial em *A invenção da história. Estudos sobre o historicismo* (1994)

Creio que não seria simplificação grosseira, assinalar que o eixo central da nova visão da história, conhecida com a indicada denominação, seria superar a visão escatológica, segundo a qual obedeceria a um desígnio da providência, sendo ademais passível de previsão. A superação em apreço deu origem à importante linhagem que remonta a Giambattista Vico (1668/1744), apropriada pelos alemães, a partir de Johann Gottfried Herder (1744/1803). Sua obra básica --*Idéias para a filosofia da história humana*--, publicada em quatro volumes entre 1784 e 1791-- iria influenciar grandemente a historiografia do ciclo subsequente, marcado pelo apogeu dos grandes filósofos Kant e Hegel. A estrela que despontaria sobretudo na década de trinta, quando Varnhagen forma o seu espírito, seria Leopold Von Ranke (1796/1886), a quem coube a tarefa de difundir a idéia de que era preciso documentar as afirmações acerca dos acontecimentos históricos.

A medida em que esse ambiente marcou o espírito de Varnhagen pode ser aquilatado a partir da verdadeira fixação com que cuida de demonstrar a seus pares, a partir de exemplos práticos, que a reconstituição da história do Brasil passa obrigatoriamente pela busca obsessiva do **documento**.

O trabalho que desenvolveu para estabelecer a autoria do relato sobre o Brasil, em fins do primeiro século, de Gabriel Soares de Sousa serviu para fixar-lhe não só o estilo de investigação que adotaria como, igualmente, apontando as lacunas a preencher. Nesse documento, a que deu o título *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, seu autor está mais voltado para os aspectos físico-geográficos, bem como em fixar os contornos do litoral desde a foz do Amazonas. Saltava às vistas a necessidade de reconstituir os aspectos institucionais, isto é, formas de organização governamental adotadas, procedimentos para a ocupação do território, disputas com potências estrangeiras. Enfim, o que pesava na história da nação independente recém constituída era precisamente os três séculos da colonização portuguesa. No estabelecimento daqueles marcos que iriam, progressivamente, facultar-nos uma visão de conjunto, o papel de Varnhagen seria decisivo. Neste tópico vamos nos limitar ao que nos pareceu essencial na fase que precedeu o aparecimento dos dois volumes da *História Geral do Brasil*, publicados, respectivamente, em 1854 e 1857.

O próprio Varnhagen limitou este período inicial ao ano de 1850, ao fazer uma relação de suas publicações que colocaria à venda e que Hans Horch considera como uma autêntica bibliografia. Tomando isoladamente os de cunho estritamente historiográfico (nesse período ocupou-se também da poesia brasileira e da arquitetura portuguesa) mereceriam maior destaque aqueles referidos a seguir.

“Diário da navegação da armada que foi à terra do Brasil em 1530, sob a capitania mor de Martim Afonso de Sousa, escrita por seu irmão Pero Lopes de Sousa” (Lisboa, 1839). Coube a Varnhagen estabelecer o significado da estada no Brasil, entre 1530 e 1532, do fidalgo português Martim Afonso de Sousa (1500/1564). Compunha-se sua frota de cinco navios, transportando cerca de 400 pessoas, tripulantes e passageiros. Entre os últimos muitos nobres ilustres que tiveram participação no povoamento do país. O objeto do relato, tornado público por Varnhagen, corresponde às atividades desenvolvidas pela expedição.

Martim Afonso percorreu toda a costa, desde a foz do Amazonas até a bacia do Prata e concebeu uma estratégia de ocupação que posteriormente seria generalizada, com a fundação de São Vicente. Consistia na escolha de um local abrigado para construir vila e erigir fortificações, disseminando atividade agrícola nas proximidades, mediante doação de terras (denominadas sesmarias) a pessoas capazes de explorá-las. Em seguida ao regresso de Martim Afonso a Portugal foi o país dividido em capitanias hereditárias, entregues a nobres portugueses que deveriam mobilizar os recursos exigidos por sua exploração. Esse sistema durou mais ou menos vinte anos, sendo em parte revogado ao criar-se um governo geral no Brasil e capitanias reais (1549).

No seu primeiro ano de estada no Brasil (1840), editou em livro --pela Tipografia J. Villeperva, do Rio de Janeiro-- a serie de artigos publicados em *Panorama*, que se editava na capital portuguesa, dedicados ao Descobrimento do Brasil.

Em Lisboa, no ano de 1847, saiu pela Imprensa Nacional “A narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente (São Paulo), etc., desde o ano de 1583 ao de 1590, indo por visitador o padre Cristovam de Gouveia”. Escrita em duas cartas ao Provincial em Portugal pelo padre Fernão Cardim, ministro do Colégio da Companhia em Évora. Segundo indicação de Varnhagen, o manuscrito (“defeituoso”) encontrava-se na Biblioteca de Évora, em Portugal. Além das atividades da companhia, fornece informações que complementam o texto anterior, relativas ao primeiro século.

Nesse mesmo ano (1847), no Rio de Janeiro foram editadas as *Memórias para a história da Capitania de São Vicente* (1797), de Frei Gaspar da Madre de Deus, prefaciada por Varnhagen.

Completa-se a enumeração pelas “Vidas, elogios ou biografias de grandes e várias personagens que muito avultam na história do Brasil.” Esses artigos apareceram sobretudo na revista portuguesa *Panorama*, no período indicado, sendo intenção do autor reuni-las numa publicação autônoma, pretensão que não chegou a efetivar-se.

Praticamente em todos os números da *Revista do Instituto Histórico*, da década de quarenta e início da seguinte, consta colaboração de Varnhagen. Com exceção da lista de brasileiros ou colonos estabelecidos no Brasil, condenados pela Inquisição nas primeiras décadas do século XVIII, e de algumas das biografias antes referidas, consistem de documentos com os quais se foi deparando e entendeu que devia copiá-los para guarda da instituição. São de teor muito variado. No número do primeiro trimestre de 1850, por exemplo, figura aquele que foi denominado de “Compêndio histórico cronológico das notícias da capitania de Mato Grosso”, entre 1778 e 1817.

Pelas indicações precedentes acredito haver demonstrado que Varnhagen achava-se empenhado em convencer o grupo que assumiu o encargo de estruturar o Instituto Histórico que todos os esforços deveriam ser direcionados para a pesquisa das fontes documentais disponíveis. Naturalmente esse trabalho deveria complementar-se por sua sistematização, de que daria exemplo com a publicação da **História geral do Brasil**.

3. O ESTILO DE TRABALHO DE VARNHAGEN

Ao dar conta, ao Instituto Histórico, do trabalho que desenvolvera em busca do original de Gabriel Soares de Sousa, datado de março de 1851, e das razões que o levava a tê-lo por acabado, vê-se como atuou de modo obstinado no estabelecimento das fontes documentais imprescindíveis à estruturação de nossa historiografia.

Começa por indicar que “que foi o desejo de ver o exemplar da Biblioteca de Paris o que mais me levou a essa Capital do mundo literário em 1847. Não há dúvida de que, além deste códice, tive eu ocasião de examinar uns vinte mais. Vi três na Biblioteca Eboense, mais três na Portuense e outro na das Necessidades em Lisboa. Vi mais de dois exemplares existentes em Madrid; outro mais que pertenceu ao convento da Congregação das Missões e três da Academia de Lisboa, um dos quais serviu para o prelo, outro se guarda no seu arquivo e, o terceiro na Livraria Conventual de Jesus. Igualmente vi três cópias de menos valor que há no Rio de Janeiro (uma das quais chegou a estar licenciada para impressão); a avulsa da coleção de Pinheiro na Torre do Tombo, e uma que em Neuwied me mostrou o velho príncipe Maximiliano, a quem na Bahia fora dado de presente. Na Inglaterra deve seguramente existir, pelo menos o códice que possui Southey, mas foram inúteis as buscas que aí fiz após ele, e no Museu Britânico nem sequer encontrei notícia de algum exemplar.” Conclui: “nenhum daqueles códices porém é --a meu ver-- o original e baldados foram todos os meus esforços para descobrir este, seguindo indicações de Nicolau Antonio, de Barbosa, de Leon Pinelo e de seu adicionador Barcia.”

Diz ainda que “algumas dessas cópias foram tão mal tiradas que disso proveio que o nome do autor ficasse esgarrado, o título se trocasse e até na data se cometessem enganos”

A existência de tantas cópias não deixa de ser expressivo indicador do sucesso que alcançou em seu tempo e também da curiosidade e falta de informação sobre o Brasil.

Comparando essas diversas cópias, Varnhagen pode estabelecer qual delas conteria menos omissões. Na cuidadosa edição que preparou do mencionado *Tratado Descritivo*, numerou as diversas seções, de modo a introduzir as correções, em forma de apêndice, muitas das quais dizem respeito a denominações que caíram em desuso.

O texto de Gabriel Soares de Sousa registra a descoberta do Brasil por Pedro Álvares Cabral mas não refere documentos. Comete aqui muitos erros históricos, a exemplo da suposição de que o Tratado de Tordesilhas (1494) tivesse sido negociado por D. João III, cujo reinado inicia-se em 1521. Varnhagen os corrige no Apêndice (intitulado Breves Comentários) mas soube valorizar as preciosas informações sobre o estado da civilização ao longo do litoral, que conhecia por ter visitado. Sobretudo esse texto há de ter-lhe indicado as lacunas a preencher.

A descrição em apreço secciona-se do seguinte modo: parte do rio Amazonas -- dando notícia do que sabia sobre incursões que se tenham efetivado em seu leito-- e segue até o Maranhão. São registros sucintos, assinalando distâncias percorridas (em léguas), entre os cursos d'água existentes, e ainda as respectivas coordenadas geográficas. O trecho seguinte, partindo desse ponto, vai até o Rio Jaguaribe (Ceará). E assim, por diante, até o extremo Sul

É interessante destacar que onde o sistema das capitanias logrou avanços no processo de colonização, Gabriel Soares de Sousa detém-se na sua descrição. Tomo o exemplo do Espírito Santo. Assinala que o donatário, Vasco Fernandes Coutinho, “a foi povoar em pessoa”. Apresenta as informações que pode recolher de sua biografia, registra os embates com os indígenas, etc. Enfim, busca estabelecer a sua história.

A essa parcela da obra denominou de Primeira Parte. A segunda é certamente mais interessante. Começa com o que chamou de “História da Colonização da Bahia”, a que se segue minuciosa descrição dos acidentes geográficos, da flora e da fauna. Igualmente detalhada é a intitulada “notícia etnográfica do gentio Tupinambá que povoava a Bahia”. Em complemento apresenta informações “acerca de outras nações vizinhas da Bahia, como Tupinarés, Aimorés, Amoipiras, Ubirajaras, etc.”

Deste modo, inclusive pelas omissões, o *Tratado descritivo do Brasil em 1587* insere um primeiro esboço do caminho a percorrer em matéria historiográfica. Varnhagen saberá valorizá-lo devidamente, na medida em que há de ter-lhe permitido atuar a partir do que se poderia chamar de “plano de trabalho”. A averiguação de como se deu a opção por determinado modelo de colonização o terá levado a localizar o material que permitiu estabelecer o papel desempenhado pela missão de Martim Afonso de Sousa, entre 1530 e 1532. E, também, de dar-se conta de que os relatórios do Governo Geral seriam a fonte privilegiada para a reconstituição da história das diversas capitanias.

Louvo-me das indicações deixadas pelo próprio Varnhagen acerca do valor que atribuía ao trabalho dos que o precederam. A propósito da edição do livro de Gabriel Soares de Sousa, pela Academia de Ciências de Lisboa, escreveria o seguinte: “Em 1825 realizou a tarefa da primeira edição completa a Academia de Lisboa; mas o códice de que teve de valer-se foi infelizmente pouco fiel, e o revisor não entendido na nomenclatura das coisas de nossa terra. Ainda assim muito devemos a essa primeira edição; ela deu publicamente importância ao trabalho de Soares, e sem ela não teríamos tido ocasião de fazer sobre a obra os estudos que hoje nos fornecem a edição que proponho, a qual, mais que a mim, a deves à corporação vossa irmã, a Academia Real das Ciências de Lisboa”. Esse trecho consta do documento que encaminhou ao Instituto Histórico em 1851

A correspondência de Varnhagen, que se preservou e foi publicada, fornece outros elementos para definir o que batizamos de seu “estilo de trabalho”, servindo de exemplo o que se refere a seguir.

Na década de quarenta, como foi referido, serviu na embaixada de Portugal. Em 1846, foi-lhe dada, pelo governo imperial, a incumbência de verificar na Espanha a existência de documentação relacionada aos limites do Brasil com as Guianas. Aliás, no decênio em que serviu em embaixadas da América do Sul (1858/1867) também tinha por encargo documentar as bases para a definitiva fixação de nossas fronteiras com os vizinhos (contribuição que seria assinalada pelo Barão de Rio Branco, a quem coube a tarefa de levá-la a bom termo).

Veja-se como, sem embargo no zelo no cumprimento das mencionadas disposições, não o abandonava a preocupação com o preenchimento de outras lacunas documentais relacionadas à história do país. Escreve nessa carta (de dezembro de 1846), endereçada ao Embaixador do Brasil em Portugal (Antonio Vasconcelos Drumond): “Partindo desta capital (Lisboa) pelo primeiro pacote imediato àquela data, aproveitei da minha estada em Cadiz para me desenganar de não existirem ali papeis manuscritos que nos interessassem. Percorri também as lojas de livros, em geral nessa cidade mais abastecidas do que nas outras de Espanha, de obras sobre a América, e disso resultou a compra do *Dicionário geográfico da América*, do Coronel Salcedo, feita com recomendação minha e autorização de V. Excia., por D. José Esteves Gómez.” E, prossegue: “Em Sevilha, para onde prossegui no primeiro vapor, tive mais de dois meses de persistência examinando o **Arquivo das Índias**, que era o principal fim de minha missão.”

Como se vê, dedicou toda a existência adulta ao que caberia referir como a constituição de sólidos fundamentos para a historiografia brasileira.

A responsabilidade com que encarava essa tarefa explica que, ao publicar, dois anos antes de falecer, em 1876, a segunda edição da *História Geral do Brasil* não a considerava obra acabada, tendo deixado as indicações da forma pela qual deveria ser complementada. Encontraria em Rodolfo Garcia (1873/1949) a pessoa que dedicou àquele mister vários anos de sua vida.

Depois da publicação da primeira versão da *História geral do Brasil*, nos meados da década de cinquenta, ocupou-se dos temas de que dá conta nas edições adiante relacionadas.

4. A CONTINUIDADE DA PESQUISA

Em 1858, publica em Paris indicações iniciais sobre Américo Vesputi -- navegador considerado adventício que, entretanto, daria nome à América--, texto que retomaria em outra ocasião, isto é, em 1864, quando se encontrava em Lima, e o amplia. Em Viena, em 1878 (último ano de vida), edita e comenta as cartas em que esse personagem descreve suas três viagens ao Brasil.

Ainda em 1858, aparece em Madrid, pelas “Ediciones Cultura Hispânica”, a tradução ao espanhol da obra de Gabriel Soares de Sousa.

Em 1863, em Berlim, tem lugar a edição em francês de sua *História da literatura brasileira*, iniciativa que se supõe fizesse parte de seu empenho de tornar conhecido o Brasil nos meios cultos da Europa.

Em 1871, publica-se em Viena a *História das lutas com os holandeses no Brasil* (desde 1624 a 1654). No ano seguinte teria lugar a impressão desse texto em Portugal (Tipografia de Castro Irmão, Lisboa), com reedição em 1874. A edição brasileira somente se daria em 1945.

Em 1872, em Viena, publica estudo bibliográfico dos autores que contribuíram para tornar usual a denominação de América. Nesse mesmo ano, no Rio de Janeiro, o Arquivo Nacional publica textos de sua autoria sobre a *Prosopopéia*, de Bento Teixeira Pinto e sobre o livro *Peregrino da América*, de Nuno Marques Pereira (1652/1753), sucessivamente reeditado no século XVIII; e, em Lisboa, pela Tipografia de Castro Irmão, *Estudo biográfico de Salvador Corrêa de Sá e Benevides*.

Em 1874, em Viena, texto descritivo do Maranhão.

Em 1878, aparece no Rio de Janeiro, a *Biografia de Santa Rita Durão*, como introdução ao seu poema épico “Caramuru”.

No período indicado, preparou a *História da Independência do Brasil*, somente publicada em 1916, na *Revista do Instituto Histórico*, sendo editada pela Imprensa Nacional, no ano seguinte. Em que pese essa edição autônoma, na verdade se constitui no tópico final da *História geral*, como bem entendeu Rodolfo Garcia.

Merece os comentários que se seguem, que comprovam como era escrupuloso, no tocante às responsabilidades do historiador.

Na correspondência de Varnhagen com o Imperador Pedro II, comentada por Hélio Viana (1908/1972) --na apresentação da obra antes mencionada--, em começos da década de cinquenta, quando ultimava a publicação da *História geral do Brasil*, explica as razões pelas quais estava em dúvida quanto aos eventos com os quais a concluiria. Segundo indica, imaginava que seria o ano de 1825, para “compreender a Constituição; o reconhecimento da Mãe-Pátria e o nascimento de V.M.I, mas não me foi possível. Tão espinhosa é por enquanto a tarefa de imparcial marcação desse período, sobretudo para um nacional. Daqui a anos não será” (No texto publicado está “não o serei”, que não concorda com o teor da oração).

Pelo que foi indicado, optou finalmente por 1822.

Compreende-se a dificuldade de Varnhagen, quando se vivia pouco mais de uma década na busca dos caminhos para estabelecer o que foi batizado de “conciliação nacional” e não se sabia se, desta vez, o país iria alcançar o normal funcionamento das instituições governamentais. No ciclo em apreço, não devia haver o necessário distanciamento para escolher os documentos que pudessem dar uma idéia do que

Octávio Tarquínio chamou de “lutas tão ásperas” para caracterizar os dois decênios que se seguiram à Independência. É fácil dar-se conta da consistência de seus argumentos se tivermos presente a incapacidade dos republicanos de valorizar a nossa primeira experiência de governo representativo, vale dizer do Segundo Reinado, persistindo no tom planfetário do período em que se tratava de popularizar a idéia do novo regime, o que até hoje dificulta conceber instituições capazes de reproduzir o meio século de estabilidade política que nos proporcionou aquela primeira experiência.

A opção por levar a *História Geral* até a Independência terá tardado tanto muito provavelmente porque se tratava, como era de seu parecer, empreendimento de “grande responsabilidade não só com o Brasil como para com Portugal”. A decisão de enfrentá-lo, é ainda Varnhagen quem esclarece, prende-se a “fatos novos e novas apreciações (que) se nos apresentaram em vista de novos documentos e informações fidedignas por nós recolhidas, às vezes inteiramente em oposição às que se encontram admitidas pelos escritores que nos têm precedido...”

Aproveita o ensejo para explicitar um dos princípios que, entende, devem nortear a ação de quem se proponha dedicar-se a esse tipo de estudo. Escreve: “O historiógrafo não pode adivinhar a existência de documentos que não são de domínio público e não encontra, e cumpre com o seu dever quando, com critério e boa fé e imparcialidade, dá, como em um jurado, mui conscienciosamente o seu **verdictum**, cotejando os documentos e as informações orais apuradas com o maior escrupulo que, à custa do seu ardor em investigar a verdade, conseguiu ajuntar”.

A *História da Independência* corresponde a um verdadeiro primor em matéria de utilização da documentação disponível. Assim, por exemplo, a convicção (ou talvez sobretudo a esperança) da entourage de D. João VI, diante da Revolução do Porto, era a de que não conseguiria sustentar-se. Essa evidência, contudo, é transmitida através de sucessivos documentos e acaba por saltar às vistas do leitor pela simples apresentação da correspondência daquelas autoridades --e do próprio Rei-- com as Cortes de Lisboa, que acabaram sendo divulgadas. O Ministério da época --ao qual um partidário da monarquia constitucional como Palmella não conseguiu ajustar-se, terminando por pedir demissão--, com a anuência de D. João VI, obviamente tratava de ganhar tempo. Conclui-se que estavam empenhados na preservação da monarquia absoluta, sem que essa tese seja alardeada.

Deste modo, a ascensão de Silvestre Pinheiro Ferreira ao governo sugere que D. João VI convencera-se de que seria obrigado a negociar. Sua escolha para chefiar o governo correspondia a acontecimento inusitado no contexto, a ponto de que o próprio, não tendo tomado conhecimento de dois chamados anteriores do Rei, acabou sendo conduzido preso a palácio. Silvestre Pinheiro Ferreira tivera oportunidade de indicar ao Rei a necessidade de antecipar-se à transição, de modo a trilhá-la de forma pacífica.

Diante da intransigência das Cortes, fracassada a tentativa de negociação empreendida por Silvestre Pinheiro Ferreira, tornando impossível a convivência tanto com o Rei como com a nova liderança emergente no Brasil, não lhe restava outro caminho senão o de exilar-se na França.

Cito estes fatos para mostrar como o tratamento escrupuloso, do material histórico disponível, pode facultar nova luz na compreensão do processo em seu conjunto.

Do que precede acredito ter tornado patente que Varnhagen estava imbuído dos princípios que, no século XIX, lançaram as bases das novas regras de estabelecimento da objetividade histórica.

Indique-se, adicionalmente, que na *História geral do Brasil* menciona expressamente cada um dos historiadores que o antecederam, prestando-lhes o devido tributo.

No tópico subsequente tentaremos destacar as regras que Varnhagen procurou estabelecer para a história geral do país, regras essas que, preservadas sem revestir-se de tom dogmático ou impositivo, permitiram a gerações posteriores de historiadores revisitar muitos dos temas então abordados, aprimorando o seu conhecimento, sem embargo do que se indicará acerca do quadro atual.

5. A CONCEPÇÃO DO FORMATO ADEQUADO AO CARÁTER GERAL DA OBRA

Como se sabe, quando os instituidores do Instituto Histórico discutiam o formato de que deveria revestir-se uma História do Brasil, tinha-se dúvida inclusive de onde começar, cogitando-se mesmo da hipótese de fazê-lo a partir de 1808. É nesse ambiente que sobressai a contribuição de Varnhagen, estabelecido o consenso de que se partiria do descobrimento.

Na época, a questão das fronteiras ainda era sensível, na medida em que faltava acertar detalhes onde as divergências eram, a bem dizer, inevitáveis, cabendo solucionar de forma a não deixar seqüelas, feito notável alcançado pelo Barão do Rio Branco.

Prudentemente, não cita as coordenadas geográficas, passando diretamente às razões prováveis da escolha do nome, acidentes geográficos, clima, fauna, etc. Tudo indica que o fez deliberadamente, na medida em que se ocupara especificamente do tema quando do exercício de funções diplomáticas nos países vizinhos. Com o passar do tempo, a lacuna seria preenchida, cabendo registrar, na matéria, a dedicação com que Max Guedes reconstituiu a história da cartografia do país. Os outros aspectos físicos também vieram a ser fartamente ilustrados, mencionados em nota por Rodolfo Garcia. Seguem-se a reunião das informações que se preservaram sobre os aborígenes e do contexto histórico em que se dá o descobrimento.

Quanto aos indígenas, considero que a informação reunida por Varnhagen deve ser preferida à dos jesuítas que se ocuparam dos primeiros passos da catequese. Sem embargo do papel que desempenharam no estabelecimento das bases de um dos elementos-chave da unidade nacional --a religião cristã--, deram preferência àqueles aspectos da cultura aborígine que poderiam facilitar a transmissão de sua mensagem. Outras fontes a que recorreu Varnhagen, a exemplo de Gabriel Soares de Sousa, a descreveram sem segundas intenções sendo talvez mais fidedignas. A verdade é que o convívio com os portugueses tornou cada vez mais difícil apreendê-la em sua pureza original, como se pode comprovar dos percalços experimentados por Couto de Magalhães (1837/1898), nesse mister, expressos claramente nos resultados de suas pesquisas, sistematizadas em **O selvagem** (1876).

No caso, à historiografia competiria dar conta dos seus valores originários, incumbência que não abrange avaliações. Não se trata também de evitar que sejam efetivadas mas apenas de precisar que tal deve dar-se em lugar próprio.

Ainda quanto a esse aspecto, na época de Varnhagen acreditava-se ser possível estabelecer, em bases científicas, a sua origem. Embora se haja detido nesse aspecto em outro lugar -- **L'origine touraniene des Americans Tupi-Caribes et des anciens Egyptiens indiquee par la Philologie comparée et notice d'une emigration em Amerique effectuée à través l'Atlantique siècles avant notre era**. Vienne, 1876--, tudo indica que o interesse por esse tipo de especulação haja desaparecido. De todos os

modos, não faz muito sentido, na História do Brasil, deter-se na reconstituição desse debate.

No que respeita ao descobrimento, Varnhagen procurou escrupulosamente registrar não só o contexto da época como as conquistas da navegação portuguesa e o fato de que, no período em que Cabral aporta a Porto Seguro, outros navegadores registraram a existência dessa parte do continente.

Entendo que a abordagem clássica e definitiva sobre o tema coube a Capistrano de Abreu (1853/1927) no ensaio com esse título que, acrescido de “O Brasil no século XVI”, constitui a tese de concurso a que se submeteu no Pedro II (1881). Desde então tornou-se praxe publicá-los em conjunto. Publicação autônoma do primeiro ensaio pode ser acessado em www.cdpb.org.br/leiturabasica

Começa deste modo: “Três nações da Europa disputaram a glória de ter descoberto o Brasil: a França, a Espanha e Portugal. Vejamos em que se assentam essas pretensões”. Consegui dar à pendência solução magistral.

O elemento unificador dos três primeiros séculos corresponde ao estabelecimento e efetivação da política portuguesa de colonização. Parece tautológico mas assim não foi entendido pelos desbravadores de nossa historiografia. Tenha-se presente o exemplo de Southey, que fixou como a chave da compreensão do processo a disputa entre potências estrangeiras e a comunidade de destino histórico entre o Brasil e os países limítrofes.

Varnhagen, por sua vez, foi logo ao ponto. Reconstitui minuciosamente os percalços da definição da mencionada política e enfatiza o papel de Martim Afonso de Sousa. A expedição desse nobre português mereceria o devido destaque, não só descrevendo-a como detendo-se no que colheu da própria expedição bem como o sumário de seus resultados imediatos. Tais aspectos mereceram nada menos que três capítulos.

Seguindo o alvitre de Gabriel Soares de Sousa trata, em seguida, das “seis capitânias, cuja colonização vingou”. Nesse particular, vale transcrever a referência ao açúcar.

Escreve: “Foi igualmente essa capitania (São Vicente) a primeira que apresentou um engenho de açúcar moente e corrente, havendo para esse fim o donatário feito sociedade com alguns estrangeiros entendidos nesse ramo, como os Venistes, Erasmos e Adornos, sem dúvida no Brasil mestres e propagadores de tal indústria, que primeiro permitiu que o país se pudesse reger e pagar seus funcionários, sem sobrecarregar o tesouro da metrópole. Se alguns destes não eram já vindos das ilhas da Madeira e São Tomé, não há dúvida que muitos dos principais operários daí vieram, não só para o Brasil, como para as colônias tropicais da América espanhola, onde ainda são portugueses muitos nomes nos engenhos, como safra, chumaceira, etc.”

É interessante frisar o fato de que tivesse desde logo assinalado qual o significado do que, mais tarde, seria batizado de “modelo agro-exportador”. Este é que permitiu ao Brasil, naquele tempo, “pagar as contas”, como de resto tem ocorrido ao longo do tempo, embora contestado em toda a nossa história, mesmo em momentos de grandes riscos para a nossa sobrevivência como na transição do trabalho escravo para o livre, até hoje satanizada por expressivos segmentos da intelectualidade.

Varnhagen dedica capítulo autônomo à vida dos primeiros colonos e suas relações com os índios, logo consignando que começaram por adotar muitos de seus usos habituais, enumerando-os. Dizem respeito basicamente a espécies vegetais incorporadas à alimentação, palavras, etc. Parece-lhe contudo que, no tocante ao trabalho --que se revelou uma questão essencial, cabe enfatizar-- deixaram de atentar para o hábito que tinham de trabalhar poucas horas, evitando fazê-lo na parte mais

quente do dia. Vista à distância, mais parece uma ilusão, certamente acalentada pelo desconforto que revela, no capítulo seguinte, em relação à alternativa adotada (trabalho escravo). A exemplo do comum dos conservadores brasileiros da época, tinha presente os riscos que enfrentava o país no imperativo da transição para o trabalho livre. Se não fosse encontrada uma saída --como veio a ocorrer com a invenção do original sistema de parceria (que combinava trabalho remunerado com atividade empresarial autônoma)- - iríamos enfrentar uma crise da qual ninguém sabe qual seria o desfecho.

Duas inferências podem ser efetivadas da circunstância descrita. Primeira: mesmo um historiador escrupuloso como Varnhagen pode deixar-se influir, na análise de determinado evento, por uma preocupação ocasional. Segunda: a importância para a normal sobrevivência do país de que se revestia, na segunda metade do século XIX, a eliminação do trabalho escravo de modo a assegurar a manutenção do modelo agro-exportador. O mínimo que se pode dizer dos que, ainda hoje, nutrem a convicção de que a pequena propriedade, conduzida por colonos estrangeiros, poderia desempenhar tal papel é que não sabem fazer contas.

Depois de descrever os aspectos enumerados --que, sem dúvida proporcionam uma idéia (estática) do Brasil como um todo, no ciclo subsequente à descoberta--, no formato idealizado por Varnhagen a fim de reconstituir a sua história, chega-se ao estabelecimento do governo geral (Capítulo XV). Completa o que, na sua visão, seria o essencial: a política portuguesa de colonização, elemento constitutivo daquilo que viemos a ser nos três primeiros séculos.

A organização do governo geral deu-se em 1549, praticamente meio século após a descoberta. No período transcorrido, evidenciaram-se duas questões prioritárias: a defesa e a organização de uma atividade produtiva que pudesse, como foi referido, “pagar as contas”, sem embargo de que teria prosseguimento a pesquisa de riqueza mineral, basicamente ouro e diamantes. No registro do evento, Varnhagen chama a atenção para um outro aspecto.

Eis como o assinala: “Resolvido o governo da metrópole a delegar parte de sua autoridade em todo o Estado do Brasil num governador geral, que pudesse coibir os abusos e desmandos dos capitães-mores donatários, ou de seus locotenentes ouvidores, que acudisse às capitânicas apartadas em casos de guerras dos inimigos ou de quaisquer arbítrios, autorizando que fiscalizasse enfim os direitos da coroa, conciliando ao mesmo tempo os dos capitães e os dos colonos, determinou fixar a sede do governo geral na Bahia, por ser o ponto mais central, com respeito a todas as capitânicas.”

A questão nova para a qual chama a atenção --a necessidade de assegurar-se a Lei e a Ordem-- viria a merecer aprofundamento na obra de Oliveira Viana (1883/1951), sobretudo em *Populações meridionais do Brasil* (1920). O aprofundamento em causa repousa na análise da forma de que se revestiu a organização da atividade produtiva central (grandes fazendas e engenhos), assumindo ao fim dos três primeiros séculos a feição de autênticos clãs. O país corria o risco da anarquia que certamente resultaria se diante dos chefes desses clãs não se tivesse erguido a autoridade do que denomina de **capitães gerais** (autoridades fixadas nas capitânicas onde as populações foram se deslocando para o interior ou somente neste se localizassem, a exemplo de São Paulo e Minas Gerais) para distinguir dos **capitães-mores**, denominação que lhe parecia deveria ser usada por referência a esse tipo de autoridade que logo foi instituída nos núcleos populacionais do litoral.

A tese de Oliveira Viana, que nos parece bastante consistente, tem o mérito de bem precisar o papel da aristocracia rural no povoamento do país, sem idealizá-la, ao mesmo tempo em que fixa com propriedade o papel do Estado. Enterra a simplificação que seria popularizada, segundo a qual o país “não tinha povo, só Estado”.

Ainda no que respeita ao tema da colonização, cumpre consignar a contribuição definitiva de Capistrano de Abreu ao detalhar devidamente o que chamou de “caminhos antigos e povoamento”. Embora Hélio Viana, na qualidade de um dos principais estudiosos de sua obra, considere que os *Capítulos de História Colonial* formam um todo que deve ser lido (ou estudado) em conjunto, o próprio Capistrano reuniu outros ensaios dando-lhe o título antes referido, que é justamente uma síntese extraordinária do papel da iniciativa privada na ocupação do interior do país.

Enfim, bem fixadas as características da política portuguesa de colonização, para Varnhagen os acontecimentos passariam a ser descritos em períodos históricos com certa homogeneidade. No primeiro século, toma por base, exclusivamente, os governos gerais --talvez para fazer sobressair o seu entendimento de que, com a sua criação ganhamos fonte documental primorosa--, detendo-se na década de oitenta para a introdução de uma espécie de balanço geral, data escolhida mais para homenagear os estudiosos precedentes como Cardim, Gandavo ou Gabriel Soares de Souza do que registrar o início do período filipino. Nas centúrias subseqüentes, com tantos eventos extraordinários como as guerras holandesas, no segundo, e o Tratado de Madrid e a mudança radical da coroa portuguesa de subserviência à Igreja Católica, com a ascensão de Pombal, a subdivisão teria que refletir a nova realidade.

Rodolfo Garcia assinala que “a História do Brasil relativa ao século XVIII...é obra exclusiva de Varnhagen, o primeiro a escrevê-la integralmente, como bem observou Capistrano de Abreu. Para o tempo em que foi escrita, pode considerar-se completa ou quase completa”. Faz em seguida uma ponderação que pode ser considerada como adequada formulação de outro princípio que rege a historiografia, enriquecendo o legado de Varnhagen nessa matéria. Vejamos de que se trata.

Escreve: “Mas a verdade é que aquele período histórico, que abarca os descobrimentos das minas, os movimentos emancipacionistas, as lutas com os espanhóis no Sul, que testemunha o povoamento insólito do Brasil, sua maior expansão territorial, sua mais acentuada importância política e administrativa: aquele período tem sido, depois de Varnhagen, objeto de pesquisas mais acuradas, de estudos mais aprofundados, à medida que os depósitos de documentos se tornam mais acessíveis, e à medida também que forem surgido monografias especiais elucidativas de fatos nele enquadrados.”

Esse precisamente o entendimento que cabe preservar do significado do trabalho desenvolvido pelos que criaram a historiografia nacional, entre os quais Varnhagen ocupa lugar dos mais proeminentes.

A esse propósito não poderia deixar de registrar aqui a visão renovada que tem sido proporcionada do mencionado século XVIII, justamente seguindo uma das pistas abertas pelo insigne mestre.

Como antes se referiu, Varnhagen registra a atuação da Inquisição no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XVIII, a fim de destacar o caráter odioso da instituição.

O significado da presença do Santo Ofício, em nossa história, corresponde a um dos aspectos mais enriquecidos pela investigação subseqüente. Assinalo o que me parece essencial.

Omer Mont´Alegre (1913/1989) havia correlacionado a intensificação da atividade inquisitorial, no período mencionado, isto é, primeira metade do século XVIII, ao desmantelamento do empreendimento açucareiro --na obra *Açúcar e capital* (Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), 1974). De fornecedor praticamente monopolista no século XVII e início do seguinte, chega à condição de participante

marginal, nesse mercado, no fim da centúria (13,7% das exportações mundiais em 1796).

Louva-se da freqüência com que se encontram senhores de engenho e outros ligados àquela atividade, nos dados então conhecidos sobre os autos-de-fé, bem como na denúncia efetivada, nesse sentido, por D. Luís da Cunha (1662/1749) em documentos dirigidos ao Rei e outras autoridades que, ainda que tudo indique tivessem sido do conhecimento de setores da elite, quando de sua elaboração, somente no início da transição para a monarquia constitucional, devida à Revolução do Porto (1820), vieram a ser divulgados com o título de *Testamento político*, obra posteriormente reeditada em diversas oportunidades, a partir de sua inclusão nas *Obras inéditas de D. Luís da Cunha* (Lisboa, Imprensa nacional, 1821). Nas indicações apresentadas ao Rei encarece a necessidade de ser proibido o confisco dos bens dos senhores de engenho, a que se dedicava a Inquisição, nada indicando que haja sido atendido.

A confirmação definitiva dessa hipótese resultaria do extraordinário trabalho de pesquisa desenvolvido pela professora da USP, Anita Novinski. Conseguiu identificar a profissão de parcela representativa dos processados pela Inquisição no mencionado período, permitindo concluir que cerca de 70% eram pessoas abastadas, entre estes senhores de engenho e outros personagens ligados ao açúcar. A sistematização desses estudos constam de *Rol dos culpados. Fontes para a história do Brasil --século XVIII* (Rio de Janeiro, Expressão e Cultura) e *Inquisição.prisioneiros do Brasil. Séculos XVI a XIX* (São Paulo, Perspectiva, 2009).

A intensificação da atividade do Santo Ofício, na primeira metade do século XVIII, no governo de D. João V, sendo inquisidor o cardeal D. Nuno da Cunha, acha-se igualmente documentada por Francisco Bethencourt (*História das Inquisições --Portugal, Espanha e Itália*, Lisboa, 1987).

De minha parte, efetivei a periodização da Inquisição em Portugal (*Momentos decisivos da história do Brasil --Martins Fontes, 2000*).

Tivemos oportunidade de referir os escrúpulos de Varnhagen no tocante à abrangência da *História Geral do Brasil*, optando por encerrá-la ordenando a vasta documentação que conseguiu reunir acerca da Independência.

6. O IMPERATIVO DE PRESERVARMOS A HERANÇA CULTURAL DE NOSSOS ANTEPASSADOS

Com a capacidade ordenadora do real (para usar uma expressão kantiana) que sempre tem demonstrado, Arno Wehling conseguiu bem situar tanto o papel formativo da obra de Varnhagen como os aspectos de que se ocuparam os que a consideraram desse ângulo. Seriam os seguintes: a) estudos biobibliográficos (incompletos os do século XIX e parciais os do século XX); b) a crítica cientificista (Capistrano, Silvio Romero e Pedro Lessa, reivindicando uma visão sociológica da história); c) crítica erudita, apologéticos ou buscando defeitos, embora proclamando qualidades; e d) reavaliações contemporâneas.

A crítica cientificista era parte de movimento renovador da cultura brasileira, que teve desdobramentos positivos e negativos do ponto de vista de nossas tradições culturais. Abriu novos caminhos --a exemplo do culturalismo de Tobias Barreto-- mas também reforçou o cientificismo com efeitos catastróficos para a historiografia, presentes sobretudo no que Arno Wehling denomina de “reavaliações contemporâneas” e iremos referir.

A tradição historiográfica digna do nome, mesmo quando não registra especificamente a Varnhagen, soube preservar os princípios que, de fato, eram

consensuais aos criadores da historiografia brasileira. Arno Wehling refere o caso de Oliveira Viana que, como diz “implicitamente condenou a visão de Varnhagen através de um eloqüente silêncio”, não obstante o que, muitas das “teses por ele defendidas já se encontravam em Varnhagen”. Outros historiadores, que enumera, “se identificaram com o seu espírito”.

A reavaliação contemporânea, desde as décadas de sessenta e setenta, notadamente por influência francesa, consiste, como diz, “num assalto às posições de Varnhagen... sobretudo com base em posições marxistas e naquelas vinculadas ao movimento dos *Annales* e da *Nouvelle Histoire*.” Essas posições, assinala, refletiram-se sobre o ensino de primeiro e segundo graus, adiantando que, “no ensino universitário e na pesquisa, inspiradores do ensino primário e secundário, a rejeição foi completa”. De minha parte, entendo que a rejeição não atinge apenas Varnhagen mas o conjunto da historiografia e às diversas linhas de pesquisa dedicadas á cultura brasileira, de um modo geral.

Essa avassaladora ocupação da praça representa empobrecimento cultural de tal magnitude que exige uma reação à altura.

O Brasil jamais ultrapassará o subdesenvolvimento --que longe está de limitar-se à economia-- se não for capaz de avaliar com propriedade as contribuições daqueles que nos precederam. Graças à simples comemoração dos quinhentos anos --que parece ter sido esquecida quando transcorreu apenas uma década-- perdemos o direito de continuarmos nos conformando com o atraso, reconhecido em análise isenta de qualquer domínio do conhecimento, a pretexto de que seríamos “um país jovem”.

Encontrar as formas de permitir que as novas gerações tenham acesso às mencionadas contribuições é um dever de que não podemos nos furtar.

ANEXO

NOTA SOBRE O LIVRO HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DO BRASIL

Em sucessivas oportunidades o nome de Varnhagen tem sido associado à obra em epígrafe. Levando em conta esse fato, pareceu-me que seria adequado proporcionar ao leitor uma breve notícia de seu conteúdo. Ver-se-á que a associação em apreço prende-se sobretudo ao fato de que, tratando-se de documentar o feito considerado, a grande autoridade que os autores invocam é a do fundador da nossa historiografia. Com efeito, os documentos que permitiram fazer-nos uma idéia dos percalços experimentados por aquela maravilhosa aventura, praticamente em sua totalidade, tornaram-se acessíveis graças à dedicação daquele mestre, como tem sido apontado e pode-se ver do seu livro básico.

A referência é a seguinte: *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Edição comemorativa do primeiro centenário da Independência do Brasil. Coordenação de Carlos Malheiros Dias. Porto: Litografia Nacional, 1921-1924, 3 vols. A obra acha-se fartamente ilustrada e tem estas dimensões: 37 x 28 cm.

Indique-se que a publicação intitula-se, merecidamente, sem qualquer dúvida, de “monumental”.

Na ilustração de abertura constam estas notas: Planisfério de Jerônimo Marini (1511), onde pela primeira vez aparece a América do Sul com a denominação de Brasil. O volume I inclui a carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel, versão em linguagem atual, com anotações da doutora D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, professora de Filologia, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. 2., p. 86-99.

Os documentos inseridos nos diversos volumes, geralmente localizados por Varnhagen, são transcritos em fac-símile e, por vezes, acompanhados da impressão do seu conteúdo com a ortografia da data da edição. A presença de Varnhagen é assinalada logo no início ao ser transcrito o fac-símile das recomendações que levaram Cabral a afastar-se da costa. A esse propósito teria oportunidade de esclarecer na *História geral do Brasil*: “Nas instruções escritas que recebeu e das quais chegaram providencialmente às nossas mãos alguns fragmentos da maior importância, foi-lhe recomendado que na altura de Guiné se afastasse quanto pudesse da África, para evitar suas morosas e doentias calmas. Obediente a essas instruções, que haviam sido redigidas pelas insinuações de Gama, Cabral se foi amarrando da África, e naturalmente ajudado a levar pelas correntes oceânicas ou **pelágicas**, quando se achava com mais de quarenta dias de viagem, aos 22 de abril, avistou a Oeste terra desconhecida” Em nota indica que “o fac-símile ou borrão da primeira folha do rascunho ou borrão dessas instruções, por nós encontrada e mandada gravar” foi oferecido à Torre do Tombo.

A atribuição a Vasco da Gama --de responsabilidade de Varnhagen-- veio a ser confirmada pelos eruditos portugueses que prepararam a obra que estamos considerando, apenas com a precisão, efetivada por Antonio Baião, de que seriam notas tomadas pelo secretário de Estado Alcaçova Carneiro, ouvido o parecer de Vasco da Gama como perito na viagem”

O primeiro volume está intitulado “Os precursores de Cabral” e inicia-se, como foi indicado, pelo fac-símile das instruções recebidas por Pedro Álvares Cabral. Tem como propósito atestar que, “a partir de certo ponto abandonou-se a circunavegação costa a costa, aventurando-se em alto mar.” A tese pretende justificar a transcrição de documentos que, no entender dos compiladores, permitiram deduzir da intencionalidade da descoberta. É apresentado o inteiro teor do Tratado de Tordesilhas.

Além dos documentos --todos antecedidos por longas introduções--, este primeiro volume contém a caracterização da Era Manuelina, devida a Júlio Dantas (capítulo I); da “arte de navegação dos portugueses” --Prof. Luciano Pereira da Silva (capítulo II); “Dos falsos precursores de Álvares Cabral” --Prof. Duarte Leite (capítulo III); e de Duarte Pacheco Pereira, intitulado “Precursores de Cabral” (capítulo IV). Ao todo o volume tem 226 páginas, em grande número ocupadas por ilustrações.

O volume II intitula-se “A epopéia dos litorais”, achando-se composto apenas por ensaios de eruditos portugueses, a saber: A expedição de Cabral --Jaime Cortezão (capítulo V); De Restelo a Vera Cruz --H. Lopes Mendonça (capítulo VI); A semana de Vera Cruz --C. Malheiro Dias (capítulo VII); A expedição de 1501 --C. Malheiro Dias (capítulo VIII); O mais antigo mapa do Brasil --Prof. Duarte Leite (capítulo IX); A expedição de 1503 --C. Malheiro Dias (capítulo X); O comércio do Pau Brasil --Antonio Baião (capítulo XI); e O descobrimento do Rio da Prata --F. Esteves Pereira (capítulo XII). O volume abrange das páginas 227 a 458.

O terceiro e último volume saiu a lume em 1924 e intitula-se “A Idade Média Brasileira” (1521-1580). Quer marcar a mudança de orientação, em seguida à morte de D. Manuel I (fins de 1521). Na Introdução, escreve Malheiro Dias: “A Índia dos esplendores inesperadamente aparecia transformada em sugadouro de cabedais e de vidas.” A seu ver, iria dar lugar “à reação do organismo nacional contra os males de um aparente gigantismo, que produziu a obra criadora de colonização do Brasil.”

O volume III segue o modelo do antecedente, isto é, compõe-se de ensaios eruditos (desta vez com a participação brasileira), adiante relacionados. Assinale-se que o livro obedeceu a numeração autônoma das páginas, o mesmo acontecendo com os capítulos.

Segue-se a enumeração:

- Capítulo I --A Metrópole e suas conquistas nos reinados de D. João III, D. Sebastião e Cardeal Henrique --C. Malheiro Dias (p. 2-58)
- Capítulo II --A expedição de Cristovam Jacques --Antonio Baião e C. Malheiro Dias . (p.59-96)
- Capítulo III --A expedição de Martim Afonso de Sousa --Jordão de Freitas (p.97-166)
- Capítulo IV --A solução tradicional da colonização do Brasil --Prof. Paulo Meréa (p. 167-193)
- Capítulo V --Os primeiros donatários --Pedro Azevedo (p. 194-220)
- Capítulo VI --O regime feudal das donatarias --C. Malheiro Dias (p. 221-258)
Apêndice de documentos (p. 259-286)
- Capítulo VII --A nova Lusitânia --Oliveira Lima (p. 287-326)
- Capítulo VIII --A instituição do governo geral --Pedro Azevedo p. 327-344
Apêndice de documentos (p. 350-383)

IV. OS CICLOS HISTÓRICOS DESTACADOS

1. A CONTRIBUIÇÃO DA BRASILIANA PARA DEFINÍ-LOS

O propósito declarado da pioneira **Brasiliana**, da Companhia Editora Nacional, consistia em “promover a sistematização dos estudos brasileiros”. Nomeadamente, os dedicados à formação histórica e social do Brasil; às figuras destacadas de nossa história; a reedição de obras raras de notório interesse; a tradução das obras de estudiosos estrangeiros; e, ainda, proceder ao inventário dos problemas nacionais.

Está voltada sobretudo para os “que se dedicam a estudos sobre o nosso país”, com o objetivo de superar “as dificuldades criadas para as suas investigações”, em decorrência da “raridade de obras de informação e consulta, muitas já esgotadas e outras por traduzir, quase todas dispersas.”

O que pretende tornar-se: “a maior e mais completa biblioteca de estudos nacionais.”

Examinando-se a ordem de publicação dos títulos vê-se que não partiu de uma periodização de nossa história, talvez por inexistir entre os estudiosos esse tipo de preocupação. O que terá sido uma grande vantagem porquanto não parece que existiria clareza quanto a isto. Na verdade, a pioneira **Brasiliana** é que iria contribuir para dar alguns passos nessa direção.

A pioneira **Brasiliana** publicou a biografia de Evaristo da Veiga, de Otávio Tarquínio de Souza. Precedentemente havia dado a luz à que seria dedicada a Bernardo Pereira de Vasconcelos e já anunciara aquela na qual se ocuparia de Feijó. Ainda não lhe ocorrera a idéia de constituir a coletânea que denominou de “fundadores do Império”, completando-a com as biografias de José Bonifácio e D. Pedro I. Assim, o que sobressaia em seu trabalho era a Regência.

Da tarefa de reunir os documentos relativos à Independência e o seu estudo incumbira-se Varnhagen. O estudo do período regencial, da lavra de Otávio Tarquínio, iria evidenciar que todo o ciclo, isto é, as décadas de vinte e trinta, preservava uma certa unidade: a crescente instabilidade política, acrescida da agressividade assumida pelo separatismo, que iriam dar ensejo à emergência e sedimentação do Norte polarizador: preservação da unidade nacional e estruturação das instituições do governo representativo, na forma da monarquia constitucional. O caráter separatista das insurreições do período --que viria a ser obscurecido, em especial no tocante às que

tiveram lugar no Nordeste, apresentadas como se se tratasse de federalismo-- acha-se documentado.

A pioneira **Brasiliana** ocupa-se do Segundo Reinado, ainda que muito centrada na pessoa de D. Pedro II, ao arrepio da questão institucional, que é a central. A par disto, reflete o entendimento, já evidenciado, de que a primeira década republicana, bem como a própria República Velha, teriam que ser considerados de modo autônomo. É de destacar a obra do Almirante Custódio José de Melo, que reúne a documentação relativa à Revolta da Armada.

Como foi indicado a **Reconquista do Brasil** divulgou abundantemente a contribuição dos viajantes estrangeiros, do mesmo modo que as histórias relativas aos primeiros séculos (Gabriel Soares de Souza, Fernão Cardim, etc.) Valeu-se igualmente da periodização de certo modo tornada consensual, no que respeita ao ciclo da Independência, abrangendo a Regência, e à consideração autônoma do Segundo Reinado; a consideração da República Velha, etc.

2. OS TRÊS PRIMEIROS SÉCULOS

O típico, ao longo dos séculos XVI; XVII e XVIII, é o processo de colonização. Tendo sido definido como uma parceria entre o Estado e figuras da nobreza, subdividido o país no que foi denominado de **capitanias**, a criação do governo geral deu ensejo a que se dispusesse da documentação relativa aos avanços e percalços de cada uma delas. A seleção dos relatos mais expressivos do *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Souza, será suficiente para proporcionar uma visão dos problemas com que se defrontavam. A sistematização do período como um todo consta da seleção de textos da *História geral do Brasil*, de Varnhagen, que chamamos de **leitura básica**.

Sem embargo do caráter apropriado da visão de conjunto, desse longo período de nossa história, existem alguns temas específicos que não podem ser omitidos, embora a **Brasiliana Breve** pretenda apenas facultar, para o comum dos leitores, uma idéia da magnitude do patrimônio historiográfico nacional.

Como tivemos oportunidade de destacar, os ensaios que Capistrano de Abreu dedicou às questões do descobrimento e das linhas de penetração no interior precisam e merecem ser amplamente difundidos. São os seguintes: “O descobrimento do Brasil”; “Caminhos antigos e povoamento do Brasil”; e “Esquema das bandeiras”. Ao proceder ao inventário do bandeirantismo paulista, Afonso d’Escragnoille Taunay (1876/1958) compara essa autêntica epopéia à ocupação do Oeste pelos norte-americanos e a da Sibéria pelos russos. É de fato empreendimento a ser exaltado, ao invés de silenciado como ocorre no presente, sendo justamente sua obra a forma adequada de fazê-lo.

O autor contemporâneo que soube entrever o sucesso da colonização portuguesa seria o jesuíta italiano que se chamando Andreoni adotou o nome de Antonil (Antonio João). Seu livro intitulou-se *Cultura e opulência do Brasil*, impresso em Lisboa em 1711. Na descrição que efetiva dos engenhos de açúcar vê-se claramente que, do ponto de vista da utilização da técnica para aperfeiçoamento dos equipamentos, corresponde à ante-sala da Revolução Industrial. Justamente o empreendimento açucareiro tornaria o Brasil um país rico. Dada a circunstância, o empenho da Inquisição em destruí-lo precisa ser demonstrado. Trata-se de uma questão essencial em nossa história

Para caracterizar a *Atuação da Inquisição no Brasil*, selecionamos um conjunto de documentos, a saber: “Periodização da Inquisição Portuguesa”; “Carta de D. Luís da Cunha (1745/49)”; “Marco no estudo da Inquisição no Brasil: a comunicação de Anita Novinsky em 1972”; “A moral contra-reformista: posição da Igreja (1ª metade do século

XVIII)”; “Varnhagen: a Inquisição no Rio de Janeiro (século XVIII)”; e “Empreendimento açucareiro no Brasil colonial”

A formação da sociedade brasileira, do ponto de vista moral, seria estudada por Oliveira Viana (1883/1951). Inexistindo moralidade social básica do tipo consensual -- que é o que caracteriza a Época Moderna--, optou por estudar a moralidade dos principais grupos sociais presentes nos três primeiros séculos, a saber: os grandes senhores rurais; a elite estatal e a elite urbana.. Os textos em apreço provêm do livro *Populações meridionais do Brasil* (1920). Tendo em vista que repeti-lo abrangeria mais do que estamos prometendo, adotamos para esta coletânea o título de *Formação da sociedade brasileira*.

Do ponto de vista da formação da nossa cultura, a possível contribuição aborígine, do mesmo modo que das populações oriundas de países africanos, deve situar-se no plano dos valores que cultuavam. Desse ângulo, como tivemos oportunidade de indicar, a reconstituição de que se dispõe, destinada a proporcionar uma visão não preconceituosa, da cultura indígena, consiste na obra *O selvagem* (1875), do general Couto de Magalhães. No tocante aos africanos, trabalho de idêntica índole, conforme foi referido, seria da lavra de Helena Teodoro (*O negro no espelho*; 1985)

Dada a circunstância da mudança da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808, esse ciclo final do período colonial passou a ser considerado de modo autônomo. Vamos nos valer da caracterização que dele nos proporcionou Francisco Adolfo Varnhagen, transcrevendo da *História geral do Brasil*, a parte correspondente.

3. A INDEPENDÊNCIA E A INSTABILIDADE QUE SE SEGUIU

O que poderíamos chamar de “ciclo da Independência” corresponde a período de nossa história dos mais estudados. No livro que dedicou à separação --adicinado à *História geral*-- Francisco Adolfo Varnhagen teria oportunidade de reunir farta documentação sobre o evidente posicionamento de D. João VI, e dos seus auxiliares mais próximos, contra a transição para a monarquia constitucional, que era a questão magna do período. De modo que o tema da Independência estará suficientemente atendido, restando caracterizar o período de instabilidade política generalizada e que se encerraria com o chamado **Regresso**, do início da década de quarenta e que, por sua vez, marca o início do Segundo Reinado.

Ao estudar o Império, Tobias Monteiro considerou em separado o *Primeiro Reinado*. Essa obra, associada ao conjunto que Otávio Tarquínio de Souza terminou por designar como dizendo respeito aos *fundadores do Império*, comprovou a unidade do ciclo. O que sobressai ao longo das décadas de vinte e trinta é justamente a instabilidade política.

Convém ter presente que a situação configurada no período corresponde ao espírito do tempo. Subjacente a toda a agitação emergente situava-se a aspiração por regime constitucional. Na Europa correspondia à monarquia constitucional enquanto na América surgia uma alternativa com o presidencialismo norte-americano. A essa aspiração cada vez mais difundida opunham-se frontalmente as principais potências do continente (Rússia Prússia e Áustria), às quais juntou-se o Vaticano.

No Brasil, a Independência se fizera sob a égide do constitucionalismo. Com a morte de D. João VI, que tornava herdeiro da coroa de Portugal o nosso Imperador, D. Pedro I, o quadro se turba, tanto mais que seu irmão, D. Miguel, não só iria usurpar o trono como reintroduzir a monarquia absoluta. Assim, a sorte da tradicional Casa de Bragança achava-se em mãos do nosso Imperador e qualquer de suas manifestações em

atenção a essa circunstância passou a gerar dissensões internas. Estas, por sua vez, levavam à contestação do sistema que se começara a construir, notadamente a centralização. Descontente com as manifestações de hostilidade, D. Pedro abdica. Estávamos em 1831.

A corrente separatista emerge com o movimento denominado Confederação do Equador, sob a liderança de radicais como Frei Caneca. A esse propósito teria oportunidade de escrever Tobias Monteiro: “Ao contrário de seus contemporâneos de mais alto valor, cujos símbolos seriam José Bonifácio e Ledo, o Frei Caneca não via na união nacional e na integridade do Brasil o problema máximo da Independência. Nem sequer o inspirava o exemplo das colônias norte-americanas, dispersas sob o domínio da metrópole, combinadas para resistir-lhe, unidas depois definitivamente pelo sangue derramado em comum; o modelo de sua preferência era formado pelos fragmentos dos impérios espanhóis, constituídos em repúblicas, ainda entregue ao revezamento dos ditadores, a despeito de tantas constituições democráticas”. (*História do Império*, Rio de Janeiro, Briguier, 1939, Tomo I, págs. 108-109)

Em que pese o sonho dos separatistas, prossegue Tobias Monteiro na obra citada, “a união começara a formar-se sob a dupla condição de criar-se um império constitucional, tendo Pedro I por chefe”. Sem renunciar à sua convicção de que “a aclamação, do Imperador pelos fluminenses não obrigava os demais brasileiros” –tese proclamada por Frei Caneca--, a liderança separatista ficaria à espreita de eventuais acontecimentos que lhes permitisse voltar à liça. E prossegue: “Dissolvida por ele a Constituinte, incumbida de estabelecer a lei suprema, destinada a realizar a promessa, desfizera-se o laço “que se havia principiado a dar”. A união estava rota; cada província era livre de retomar a liberdade inicial, como poderia ter feito, vinte e um meses atrás, não obstante a aclamação. Nesse sentido continuou Caneca a pregar o desmembramento. Só conhecendo do Brasil Pernambuco e a capital da Bahia, onde estivera preso em 1817, abalçou-se a apresentá-lo como um país habitado por povos de “diferentes caracteres, que formam outras tantas nações diferentes, quantas as suas províncias”. Ao que exclama o notável historiador: “É impossível imaginar mais escandalosa falsidade”.

A Confederação do Equador, proclamada no Recife, em julho daquele ano, consumava não só a separação do Brasil como adotava a forma republicana de governo. Provisoriamente e até a reunião de uma Assembléia Constituinte, o novo Estado iria reger-se pela Constituição da Colômbia. A adesão do Ceará deu-se formalmente no mês de agosto, ressalvada a questão da forma de governo, a ser decidida pela Constituinte.

A guerra civil então travada exigiu o bloqueio marítimo do Recife e o ataque por terra proveniente de Alagoas. Vencidas as tropas rebeldes em Pernambuco, os remanescentes juntaram-se aos rebelados na Paraíba. O conflito armado seria de menor intensidade no Rio Grande do Norte. No Ceará, entretanto, a luta foi mais prolongada e cruenta.

A insurreição nordestina durou praticamente todo o ano de 1824. O reconhecimento da derrota, mediante o juramento da Constituição, dá-se no Recife a 1º de dezembro e a 4 do mesmo mês em Fortaleza.

O governo reprimiu os insurretos sem nenhum espírito liberal e pacificador. No Recife foram condenados à morte e executados oito dos seus líderes, entre estes Frei Caneca. Idêntica ferocidade abateu-se sobre as cabeças cearenses do movimento, havendo ainda execuções à pena capital. O mesmo destino teriam presos encaminhados ao Rio de Janeiro. Houve também deportações.

A repressão não desestimulou outros movimentos separatistas. O segundo deles, em importância, acabaria bem sucedido. Trata-se da Província Cisplatina

Ainda que a situação da Cisplatina fosse de algum modo singular, porquanto a presença portuguesa fora ali limitada no tempo e no espaço, datando a sua integração ao território brasileiro tão somente de 1817, o fato de que tenha conquistado a independência não poderia deixar de fecundar o imaginário dos separatistas gaúchos. Justamente estes iriam patrocinar prolongada guerra civil para separar-se do Brasil, que passou à história com a denominação de **Revolução Farroupilha**, desenvolvendo-se ao longo de dez anos, de 1835 a 1845. Para a influência que teve nesse movimento os acontecimentos na Província Cisplatina, Hélio Vianna teria oportunidade de chamar a atenção: “Muitos dos militares riograndenses, da tropa de linha como das antigas milícias e da nova Guarda Nacional, haviam participado das lutas na Banda Oriental, depois Província Cisplatina, até a criação da República Oriental do Uruguai. Era-lhe portanto familiar o funcionamento de governos republicanos, embora não isentos, na época, do predomínio de caudilhos, como ocorria naquele país, na Confederação Argentina e no Paraguai”. (*História do Brasil*, São Paulo, Melhoramentos, 2ª ed. revista, 1963, Tomo II, p. 119)

A guerra civil no Sul foi entremeada de ferozes combates e pausas dilatadas, variando a área territorial em mãos seja do governo imperial seja dos insurretos. Estes contaram, durante breve período com a adesão de Santa Catarina.

No primeiro manifesto em que dá conta das razões do movimento, datado de 25 de setembro de 1835, seu líder, Bento Gonçalves, refere-se à abdicação de d. Pedro I como “o dia glorioso de nossa regeneração e total independência”. Mas a idéia separatista ainda não é claramente afirmada, tratando-se sobretudo de contrapor-se ao arbítrio de “má administração” e de restaurar o império da lei. Entretanto, um ano depois, a 11 de setembro de 1836, o mesmo Bento Gonçalves lançaria outra proclamação onde afirma: “Nós que compomos a 1ª Brigada do Exército liberal, devemos ser os primeiros a proclamar, como proclamamos, a independência desta província, a qual fica desligada das demais do Império e forma um Estado livre e independente, com o título de República Rio-Grandense e cujo manifesto às nações civilizadas se fará oportunamente”. A 6 de novembro desse mesmo ano seriam fixadas as diretrizes da nova República.

Em dezembro de 1839 é convocada Assembléia Constituinte. Em fevereiro de 1840 expede-se decreto contendo instruções para a eleição de representantes à Constituinte - que também funcionaria como legislatura ordinária - bem como integrantes das Câmaras Municipais e Juizes de Paz. Alegando não se ter concluído “a prontificação da casa” em que funcionaria a Assembléia, decreto de novembro de 1842 adia a sua instalação, afinal efetivada no mês seguinte.

Na oportunidade da instalação da Constituinte, Bento Gonçalves explica que os sucessivos adiamentos prendiam-se “a acontecimentos imprevistos, originados pela guerra em que estamos empenhados, cuja história não vos é estranha”. Informa ainda que “se não nos é dado anunciar o solene reconhecimento de nossa independência política, gozo ao menos a satisfação de poder afiançar-vos que não só as repúblicas vizinhas, como grande parte dos brasileiros, simpatizam com a nossa causa”. Encarece a importância da “Constituição política, baseada sobre os princípios proclamados no memorável dia 6 de novembro de 1836”. Diz ainda que “se julgardes conveniente legislar sobre outros objetos, lembrai-vos de que a moral pública, a segurança individual e de propriedade exigem prontas reformas nas leis, que provisoriamente adotamos, pouco adequadas às nossas atuais circunstâncias”.

Os trabalhos da Constituinte foram encerrados em janeiro de 1843. Na proclamação em que dão conta do evento, os deputados afirmam que “O imperador do Brasil, fascinado pelo erro e pelo conselho de pérfidos cortesãos, surdo à voz da razão e

a da humanidade, acaba de fazer os últimos esforços para reduzir-vos ao seu antigo domínio; a sedução e a força são os meios com que se pretende convencer-vos; desprezai os artificios da primeira e correi às armas para repelir a segunda”.

Com o propósito de pacificar os revoltosos, os artífices do chamado **Regresso** decretaram anistia em 1840, iniciativa que não alcançou os efeitos esperados. Seguiu-se a nomeação, como presidente da província, do futuro Duque de Caxias que, a exemplo das vitórias alcançadas em outras províncias rebeladas, conseguiu não só a derrota militar dos insurretos mas também pacificar os ânimos. Estava superada a fase da feroz repressão. O Segundo Reinado iria ocupar-se da criação de instituições aptas a substituir o confronto armado pela negociação.

No período considerado verificaram-se sucessivas insurreições nas províncias, as mais incruentas das quais seriam a Cabanagem, no Pará, que durou de 1835 a 1840, a Balaiada (1838/1841), no Maranhão, e a Sabinada (1837/1838) na Bahia, esta última de franca índole republicana, embora lhe fosse atribuído caráter transitório, enquanto durasse a minoridade de Pedro II, o que atenuava a sua índole separatista. A derrota militar dos maranhenses rebelados e a maneira hábil como lograria pacificar os ânimos é que projetariam o então Coronel Luís Alves de Lima, logo a seguir promovido a Marechal de Campo e sucessivamente agraciado com os títulos de Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias.

No plano institucional, os eventos mais relevantes, após a abdicação de d. Pedro, consistem na votação do Ato Adicional, que reformou a Constituição para proporcionar autonomia às províncias, e a substituição da Regência Trina pelo Regente único, eleito diretamente. Tratava-se, inquestionavelmente, de uma experiência republicana. As esperanças dessa experiência foram depositadas na pessoa de Diogo Antonio Feijó (1784/1843), que fracassou no propósito de pacificar o país e reconquistar a estabilidade perdida.

A circunstância é que iria facultar a união do elemento moderado, em fins da década de trinta, através da organização do Partido Conservador. Concebe-se o conjunto de reformas que passaram à história com o nome de **Regresso**.

Reflete o consenso acerca desse ciclo de instabilidade --merecedor, como indicamos, de diversos estudos-- a *História do Brasil*, de Hélio Viana, que designaremos diretamente pelo nome de *Primeiro Reinado e Regência*.

4. SEGUNDO REINADO

a) A conquista da estabilidade política

O Segundo Reinado contrasta flagrantemente com o período que o antecedeu. Seu traço essencial consiste no quase meio século de estabilidade política que proporcionou, assegurado o pleno funcionamento das instituições do sistema representativo e preservadas as liberdades fundamentais. Esse resultado adveio, sobretudo, da emergência, no seio da classe política, de numeroso grupo de pessoas que seguiam a diretriz resumida por Paulino José Soares, Visconde do Uruguai (1807/1866), advinda da consciência de que o almejado sistema constitucional vinha sendo experimentado com sucesso, notadamente na Inglaterra. A saber: 1º) “para copiar instituições de um país e aplica-las a outro, no todo ou em parte, é preciso primeiro que tudo conhecer o seu todo e o seu jogo completamente”; e, 2º) “não copiar servilmente, como temos copiado, muitas vezes, mas sim acomoda-lo com critério, como convém ao país.”

Estavam de posse do conhecimento da doutrina de que a representação política seria de interesses, da autoria de Benjamin Constant, então admirado por grande número, e muito discutido, em decorrência da sua doutrina do Poder Neutro, adotado na Constituição de 1824 com o nome de **Moderador**. Em consequência, estabelecer que interesses seriam representados e alcançar a máxima legitimidade dessa representação, testando-a e aprimorando-a. A missão do governo, ainda segundo Constant, é organizar a negociação entre esses interesses conflitantes.

Como foi referido, o Segundo Reinado inicia-se com o **Regresso**, nos começos da década de quarenta. O conjunto de providências legais então adotadas restauraram a centralização e o Conselho de Estado e proclamaram a maioria de D. Pedro II.

O essencial, contudo, consiste na mudança introduzida no processo eleitoral, através da Reforma do Código do Processo Criminal, em novembro de 1841. Até então os juizes de paz, que controlavam as eleições e o aparelho policial nas províncias, eram eleitos e, devido a essa circunstância, tendiam a envolver-se no facciosismo local. A Reforma aboliu essa eleição e centralizou o sistema em mãos do Ministro da Justiça. Não se evitava totalmente o mal, mas pelo menos criava-se uma estrutura menos viciada e mais fácil de desmontar, embora com a alternância de partidos no poder sempre se conseguisse distorcê-la.

O certo, entretanto, é que se assegurou a representação, na Câmara, dos interesses mais importantes, dissuadindo-os sucessivamente do recurso às armas para impô-los. Iniciava-se a prática da barganha e da negociação política, que garantiu um longo período de estabilidade, sem opor quaisquer restrições ao funcionamento das instituições do sistema representativo.

Ainda na década de quarenta, introduziu-se o sistema parlamentar de governo, ao criar-se a figura do Presidente do Conselho de Ministros, indicado pelo Imperador mas sujeito à aprovação do Parlamento. Esse sistema baseava-se no Censo Eleitoral que condicionava o direito de voto (e de ser votado) à posse de determinada renda. Os críticos da monarquia constitucional costumam alegar que essa restrição comprovava que não era democrático, como se essa não fosse a praxe generalizada do sistema representativo existente no período.

Assegurando à classe proprietária rural uma posição proeminente no resultado das eleições --graças ao Censo Eleitoral--, o Partido escolhido para compor o Ministério tinha maioria assegurada na Câmara. Contudo, essa situação não era encarada como sendo eterna e inamovível, como se dava então na Inglaterra, engajada em ampliar o eleitorado. Inspirando-se nesse exemplo, introduziu-se a Reforma Eleitoral de 1881.

Durante a década de quarenta e mesmo em parte da seguinte vigorou a conciliação, isto é, a prevalência da colaboração entre os Partidos Conservador e Liberal, ao invés de acentuar as divergências. O ponto de inflexão seria a introdução do sistema eleitoral distrital (com o nome de "círculo") em 1855. Na década seguinte acentuou-se grandemente o confronto entre os dois partidos, a ponto de verificar-se a crise de 1868, quando o Partido Liberal chega ao extremo de deixar de participar do pleito eleitoral. Nas décadas subsequentes, a liderança radical que empolgara o partido veio a ser substituída. Contudo, essa crise é que deu origem ao Partido Republicano.

Nas eleições realizadas nos anos oitenta, na vigência da Reforma de 81, o Partido Liberal surge como o representante do eleitorado urbano. Este havia sido ampliado, recorrendo-se a expediente copiado dos ingleses. A invés de abolir o Censo Eleitoral baseado na renda, sucessivos segmentos urbanos foram dispensados de comprova-la.

Tendo em vista que a experiência de governo representativo ocorrida no Segundo Reinado, embora muito bem sucedida, veio a ser distorcida e abandonada

durante a República --que reintroduziu a instabilidade política--, vamos inserir na **Brasiliana Breve** o texto em que a caracterizamos, com o título de *Nossa primeira experiência de governo representativo*.

O certo é que, em que pese o desapareço republicano, a experiência indicada criou no país uma nova tradição cultural, expressa sobretudo na forma de doutrina liberal. Vem daquele período a busca pelo seu adequado entendimento.

A natureza do sistema representativo esteve em pauta, como indicaremos brevemente a seguir.

b) O ambiente cultural

O entendimento do sistema representativo esteve foi discutido desde o Primeiro Reinado. Assim, para expor os seus pontos de vista, Frei Caneca publica um jornal a que deu o nome de **Typhis Pernambucano**. O Visconde de Cairu, por sua vez, também edita panfletos para combater o separatismo. Nos primeiros decênios da Independência, quando é incipiente a organização da imprensa, tudo se discute nos panfletos. É ainda desse tempo a repercussão que teve entre nós o livro de Silvestre Pinheiro Ferreira intitulado *Manual do cidadão em um governo representativo* (1834)

Contudo, seria notadamente no Segundo Reinado que o país iria assistir a discussões doutrinárias de grande densidade, a exemplo da que tem lugar acerca do Poder Moderador, de que participam, entre outros, Paulino José Soares, Braz Florentino (1825/1870) e Zacarias de Góis e Vasconcelos (1815/1877).

Paulino José Soares é o artífice das instituições imperiais e, depois de ter ajudado a concebê-las e implantá-las, deu conta da respectiva teoria no livro *Ensaio sobre o direito administrativo* (1862).

De certa forma, o romantismo literário nasce associado ao liberalismo. José de Alencar, um dos principais representantes desse movimento, participa também do debate político e publica obra doutrinária de grande repercussão (**O sistema representativo**, 1868).

Os liberais ocupam posição de destaque na criação do Instituto Histórico e do lançamento das bases da historiografia nacional.

Deste modo, o liberalismo acaba por introduzir no país uma nova tradição cultural, ao tornar-se, no século XIX, a corrente de opinião mais relevante. A República tratou de sufocá-la. E, ao fazê-lo, irá ressuscitar as velhas tradições, notadamente a valorização contra-reformista.

A divergência de índole política passou a ser considerada como fenômeno normal, sendo coisa do passado o radicalismo do tipo defendido por Frei Caneca ao pregar a organização, em territórios distintos, dos diversos pontos-de-vista. Opositores notórios do sistema monárquico foram nomeados para cátedras do ensino superior e secundário, a exemplo de Benjamin Constant (1833-1891) ou Tobias Barreto (1839-1889). A todos parecia a coisa mais natural do mundo que se organizasse, em 1870, o Partido Republicano, cuja bandeira era extinguir o sistema em vigor.

Através do sistema das **grandes escolas**, segundo o modelo francês, o país conseguiu formar médicos, engenheiros e jurisconsultos brilhantes. O Colégio Pedro II e os Liceus Estaduais asseguravam formação humanista a círculos mais amplos, do mesmo modo que alguns colégios particulares. O calcanhar de Aquiles do sistema era constituído pelo ensino primário. A esse tempo, somente, nos países protestantes havia o chamado ensino popular, em geral oferecido pelas próprias igrejas. Na tradição portuguesa, aqui preservada, o ensino não tinha caráter democrático e nem a questão assim se apresentava nas nações mais avançadas. O início da organização de sistema de

ensino obrigatório para determinada faixa etária, naqueles países, é fenômeno da década de oitenta e seguintes. De todos os modos, estávamos visivelmente atrasados na matéria.

A questão da escravidão foi amplamente discutida. As grandes personalidades liberais do ciclo de consolidação da Independência - como José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), José da Silva Lisboa, visconde de Cairu (1756-1835) e Diogo Antônio Feijó (1784-1843) - eram favoráveis à sua franca extinção. À luz das circunstâncias da época, tal posicionamento não deixava de ser algo de romântico e inexecutável. Parcela fundamental da elite dirigente entendeu que era preciso desde logo diligenciar no sentido de fomentar atividades econômicas que prescindissem do trabalho escravo, de modo que o país não soçobrasse na desordem econômica quando de sua eliminação. Buscou-se desde então atrair colonos livres das nações européias e foram estes que criaram, em vários pontos, sobretudo em São Paulo e no Sul, empreendimentos baseados no trabalho livre.

Subseqüentemente, adotaram-se medidas para extinção progressiva do trabalho escravo. Em 1850, aprova-se a proibição do comércio (tráfico) de escravos. Em 1781, decretou-se a chamada Lei do Ventre Livre, isto é, os filhos nascidos de escravos perdiam automaticamente essa condição. Embora o gradualismo fosse compreendido de início como uma solução plausível, o fato de que se arrastasse ao longo dos anos criou uma certa impaciência em vários setores da opinião e a campanha abolicionista assume grande vigor. No Nordeste o sistema é virtualmente abandonado. O contingente de escravos encontra-se basicamente na lavoura cafeeira fluminense. A cafeicultura paulista, em franca expansão, nascera apoiada diretamente no trabalho livre. Como tentativa de postergar ainda uma vez a questão a Câmara aprovou em 1885 a libertação dos sexagenários. Finalmente, a 13 de maio de 1888, é adotada a Abolição. Na época, os escravos remanescentes eram avaliados em 720 mil (em torno de 5% da população do período, estimada em 14,2 milhões em 1890).

Ao longo do período imperial o processo da miscigenação que vinha dos primeiros séculos continuou inalterado. É provável mesmo que se tenha intensificado com a extinção do tráfico e os sucessivos movimentos destinados a patrocinar a alforria dos escravos (obtenção de recursos mediante campanhas públicas para indenização dos proprietários ou instigação direta a estes no sentido de que os libertassem). O certo é que a condição de mestiço não parece ter constituído obstáculo à ascensão social de pessoas bem dotadas. Pelo menos é que se pode inferir do fato de que homens como Tobias Barreto, renovador do direito brasileiro e sem favor a maior cabeça filosófica do Império; André Rebouças, considerado uma das glórias de engenharia nacional ou Machado de Assis, que muitos acreditam seja o maior escritor brasileiro de todos os tempos, eram, como se dizia na época, “mulatos carregados”.

Por tudo isto, o Segundo Reinado é sem dúvida um período destacado na história nacional. .

c) Isolamento do trono e surgimento de facção militar com aspirações políticas

A crise com Partido Liberal em fins da década de setenta, embora contornada posteriormente, afastou de modo definitivo da Monarquia muitos líderes políticos, que deram nascedouro ao Partido Republicano. Ainda que este não tivesse conseguido galvanizar a opinião - bastando registrar que o jornal *A República* só se publicou entre 1870 e 1874 ou ainda em 1884 são eleitos apenas três deputados republicanos, feito que não conseguem repetir na legislatura seguinte. De todos os modos esse movimento

estabeleceu uma ponte entre os militares e os políticos, o que afinal decidiu a sorte da Monarquia.

Desde os anos setenta, a juventude acadêmica e, mais tarde, o próprio professorado, que formavam uma parte substancial da intelectualidade, aderem às doutrinas científicas e tendem a atacar em bloco tanto a filosofia, então ensinada oficialmente, como o romantismo literário e a escravidão, tudo tendo apenas um único suporte: a Monarquia. Eliminá-la seria a forma de promover o arejamento do país - eis uma convicção que acabaria por generalizar-se.

A Monarquia perdeu o apoio de uma parte importante da hierarquia católica, que sempre esteve dividida no que se refere às suas relações com o Estado. A condição de religião oficial era certamente vantajosa, na medida em que dificultava a concorrência de outras igrejas. Mas apesar das restrições (a Constituição dizia em seu artigo 5º. “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com o seu culto doméstico ou particular, em casa para isto destinadas, sem forma alguma exterior de templo”), as igrejas protestantes obtinham crescente apoio e a hierarquia católica ficava na inteira dependência do Imperador para nomear seus bispos ou divulgar no país disposições oriundas de Roma. Criava-se uma fonte enorme de atrito com a sociedade ao facultar-lhe o monopólio de dois atos civis básicos: o casamento e o enterro. A legislação não reconhecia o casamento civil e os cemitérios pertenciam à Igreja Católica nas várias localidades. As famílias dos chamados “livres pensadores” ficavam em pânico quando estes adoeciam gravemente e vinham a falecer pois se não recebessem a extrema-unção não poderiam ser enterrados. Muitos positivistas faziam saber antecipadamente que ninguém acreditasse no alarde de sua conversão na hora da morte.

Número crescente de bispos entendia que a Igreja devia ocupar-se preferentemente dos seus assuntos, formar e selecionar adequadamente os prelados. Estes eram, entretanto, funcionários públicos, graças ao instituto chamado de **padroado**, o que limitava sobremaneira a autoridade dos bispos. Indiferentes a essa circunstância, alguns deles iriam enfrentar a Coroa, criando o incidente que passaria à história com o nome de Questão Religiosa.

Nos começos dos anos setenta, alguns bispos resolvem punir os padres que pertenciam à Maçonaria. Esta era uma instituição muito prestigiada nos meios liberais, a ela pertencendo importantes autoridades do império. Diante da ordem de excluir das confrarias todos os maçons, emanada do bispo de Olinda (d. Vital), as entidades resistem e são suspensas. Fenômeno análogo ocorreria com o bispo do Pará (D. Antonio Macedo Costa). As irmandades decidem apelar para a Coroa que encaminha o assunto ao Conselho de Estado. Este intima os dois bispos a apresentarem as respectivas defesas. Recusando-se a fazê-lo, são presos e trazidos para o Rio de Janeiro. Tem curso processo rumoroso de que resulta a condenação daquelas autoridades eclesiásticas a quatro anos de prisão com trabalhos forçados, cada um, sentença que seria comutada pelo Imperador para prisão simples. Depois de algum tempo, seriam anistiados mas o incidente não deixou de abalar as relações entre a Coroa e a hierarquia da Igreja Católica.

No incidente da Abolição, se a Monarquia ganhou o apoio de parte da liderança do movimento abolicionista, atritou-se com uma parcela importante dos proprietários rurais, os cafeicultores fluminenses.

Mais graves seriam os choques com a tropa. Finda a Guerra do Paraguai, a liderança liberal tratou de reduzir drasticamente os efetivos militares, o que produziu enorme descontentamento entre os prejudicados. Ao mesmo tempo, alguns dos líderes militares daquela conflagração foram agraciados com o cargo de Senador. Ganhavam

uma tribuna importante. De sorte que quando o governo tentou coibir a discussão pública de questões militares, verificaram-se cenas de franca insubordinação.

Parte do exército fora ganha pela pregação do Tenente Coronel Benjamin Constant, positivista e partidário da ditadura republicana, que acreditava devesse o Exército assumir em suas mãos a tarefa de implantar aquele regime.

Assim, a Coroa passa a enfrentar uma oposição crescente tanto de parte da intelectualidade como da hierarquia católica, da elite proprietária e mesmo entre os políticos. D. Pedro II estava muito velho e a perspectiva do 3º. Reinado a ninguém entusiasmava, já que o trono seria herdado por uma mulher, a Princesa Isabel, casada com um conde francês. Mas o que decidiu mesmo a sorte da Monarquia foi a disposição dos militares de derrubá-la.

d) O estudo de José Maria dos Santos

José Maria dos Santos (1877/1954) publicou, em 1930, um livro de grande densidade a que denominou de *Política geral do Brasil*. A singularidade dessa obra é que estabelece um confronto entre o Segundo Reinado e a República Velha. Esta, como se sabe, restaurou o clima de instabilidade política que caracterizaram os dois decênios subsequentes à proclamação da Independência. E confrontou-a introduzindo o que se chamou de “prática autoritária”. José Maria dos Santos dava-se conta de que, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, iríamos inaugurar um período em que o autoritarismo disporia de doutrinas para sustentá-lo.

Sua caracterização do Segundo Reinado pode entretanto ser tomada de modo autônomo, o que faremos.

Além do texto em que se procede à abordagem da nossa primeira experiência de governo representativo, antes mencionado, vamos apresentar a contribuição específica das personalidades políticas do período. Levamos em conta o fato de que muitas delas emergem na fase da Independência.

5. PRIMEIRA REPÚBLICA

A Primeira República passou à história com o nome de **República Velha**. Durou da data da proclamação (15 de novembro de 1889) a 3 de novembro de 1930, quando se torna vitoriosa a Revolução de 30 e Getúlio Vargas é empossado no governo.

A instauração do novo regime corresponde a fenômeno exclusivamente militar. Embora não se defrontasse com qualquer espécie de restrição --e talvez por isto--, o Partido Republicano não conseguiu deitar raízes. Contando com a simpatia de núcleos crescentes da mocidade acadêmica, nem por isto conseguiu representação parlamentar digna do nome, nem de longe afetando a posição do Partido Liberal, após a Reforma de 81, de representante dos contingentes urbanos aos quais vinha de ser assegurado o direito de representar-se, no processo de ampliação do sufrágio então iniciado.

No brilhante estudo que incluiremos como representativo daqueles dedicados à República Velha, --da autoria de José Maria dos Santos, sobre a *Questão Militar*-- pode-se comprovar que Quintino Bocaiúva (1836/1912) era, entre os políticos republicanos, a pessoa convencida de que a única possibilidade de instaurar-se a República seria através de golpe militar. O insucesso eleitoral ao longo de duas décadas de propaganda republicana favorecia amplamente essa tese.

Jornalista e republicano da primeira hora, Quintino Bocaiúva viria a ser um dos fundadores do jornal *O País*, em 1884, logo tornando-se o seu líder. Valendo-se dessa tribuna, conseguiu alimentar a disputa de parte da oficialidade com o Império,

impedindo que o espírito conciliatório pudesse prosperar. A par disto, desde o fim da Guerra do Paraguai, crescia o descontentamento do Exército com as restrições orçamentárias do governo, ao impor a redução dos efetivos, o que implicava automaticamente em menos cargos para oficiais e graduados. Oficiais gerais, celebrizados pelo conflito bélico, tornaram-se senadores e, por sua vez, tiveram uma atuação influente no acatamento dos insubordinados, cuja punição dera origem aos incidentes.

Essa situação favoreceu a pregação positivista acerca da natureza do regime republicano, que entendia como sendo baseada numa autoridade única e forte, vale dizer, numa ditadura, que teria poderes para legislar, prescindindo do Parlamento.

O primeiro governo republicano iria refletir esse quadro, numa circunstância na qual o país dispunha de uma tradição liberal, afeiçoada ao regime parlamentar. Assim, além de Quintino Bocaiúva, nomeado Ministro das Relações Exteriores, incluía a representação da Igreja Positivista (Demétrio Ribeiro) e contava com a presença liberal (Rui Barbosa). Chefiava-o o Marechal Deodoro da Fonseca, militar de carreira que, além de não dispor de experiência política, nada tinha de republicano. A Benjamin Constant seria subordinada a Pasta do Exército.

O novo governo assumia o compromisso de convocar a Assembléia Constituinte, mas sem fixar desde logo uma data. As províncias passaram a denominar-se estados, nomeando-se para governá-los, na maioria dos casos, os próprios comandantes das guarnições militares. A resistência foi mínima, ocorrendo manifestações de protesto somente na Bahia e no Maranhão.

Em janeiro de 1890 introduziram-se a liberdade de todos os cultos religiosos e a separação entre a Igreja e o Estado, regulamentando-se o casamento civil.

Tão logo se instaura o novo regime começa o movimento para eliminar o Parlamento do conjunto das instituições republicanas. Reaparecem na cena os antigos jacobinos dos primeiros tempos da Independência, isto é, elementos radicais que procuram impor seus pontos de vista com manifestações de rua. Rapidamente a sua bandeira passa a ser a ditadura republicana, com o apoio ostensivo de guarnições militares.

Rui Barbosa conseguiu que se fixasse, para a realização de eleições destinadas à constituição da Assembléia Constituinte, o mês de setembro de 1890. Rui Barbosa encarregou-se da elaboração do projeto que lhe foi submetido, quando de sua instalação. O Apostolado Positivista apresentou à Assembléia um documento que pretendia fornecer as bases da nova Constituição. O ponto essencial consistia em que a Assembléia não poderia legislar, ocupando-se apenas do orçamento e da fiscalização de sua execução. A capacidade legislativa ficava em mãos do Executivo. Contudo, por suas linhas gerais, a Constituição, promulgada a 24 de fevereiro de 1891, obedecia ao projeto de Rui Barbosa, de franca inspiração liberal.

A nova Carta estabeleceu que seria indireta a eleição do Presidente da República, sendo que as eleições diretas ocorreriam a partir do próximo mandato. Foram eleitos o próprio Marechal Deodoro e para Vice-Presidente outro Marechal, Floriano Peixoto. O Congresso Constituinte dividiu-se em Senado e Câmara. Começava a verdadeira oposição ao governo militar.

A necessidade de apoiar-se no Congresso para governar, que não enfrentara no primeiro ano de República, iria deixar profundamente agastado o Marechal Deodoro. Usando o Congresso de sua prerrogativa de elaborar uma lei de responsabilidade do Presidente da República, Deodoro resolve dissolvê-lo, embora a nova Constituição não lhe atribuísse tal faculdade. Para aquele fim promulgou um decreto a 3 de novembro de 1891. Ainda que a providência se tenha efetivado sem aparente resistência, a 23 de

novembro estoura uma revolta da Armada, sob a direção do almirante Custódio de Melo. Deodoro preferiu não opor resistência, renunciando.

Assume o vice-presidente, Marechal Floriano Peixoto. Havendo transcorrido apenas um ano de mandato com quatro de duração, a Constituição determinava que se fizessem novas eleições. Floriano recusou-se ao cumprimento dessa disposição legal, limitando-se a governar com o título de vice-presidente. A situação era de franca ilegalidade. Nenhuma consulta popular sancionara o término da Monarquia. De todos os modos, a Constituição consagrara o novo regime republicano. Mas Floriano, do mesmo modo que seu antecessor, não se preocupava com a observância do seu cumprimento. Estava aberto o caminho para restaurar a situação das primeiras décadas após a Independência, quando as disputas passaram a ser resolvidas pelas armas.

O Congresso foi reaberto. Mas o novo governo resolve substituir os governos estaduais que não lhe mereciam confiança, disseminando a instabilidade pelo país. Em janeiro de 1892 estoura uma revolta nas fortalezas localizadas na entrada da baía de Guanabara, ferozmente reprimida e esmagada. O chefe dessa revolta seria posteriormente fuzilado, embora a nova Constituição houvesse abolido a pena de morte. Ainda no início do mandato de Floriano, treze oficiais gerais divulgam manifesto enfatizando a necessidade de ser respeitada a Constituição, realizando-se eleições presidenciais. Floriano reprime-os, promove a deportação para longínquos recantos do país de políticos e jornalistas que manifestam idêntica opinião, outra forma de punição (banimento) abolida pela Carta.

Em fevereiro de 1893 inicia-se a guerra civil no Rio Grande do Sul, que durou até 1895, passando a constituir-se num dos episódios mais sangrentos da história do Brasil. Tiveram lugar fuzilamentos sumários, mutilação de pessoas e até de cadáveres, contribuindo no sentido de que se regredisse ao início do século, quando a divergência política não era tolerada. Em setembro do mesmo ano estoura a revolta da Armada. O país está dividido em facções irreconciliáveis.

As manobras para dilatar o mandato do Presidente em exercício não tiveram sucesso, realizando-se a 1^o. de março de 1894 as primeiras eleições diretas para a escolha do Presidente da República. Foram eleitos Prudente de Moraes e Manoel Vitorino. Floriano afastou-se sem transferir o cargo.

Prudente de Moraes conseguiu debelar a guerra civil no Rio Grande do Sul - que se alastrara em outros estados do Sul e acabara estabelecendo conexão com a revolta da Armada -, concedendo anistia aos revoltosos. Mas a simples posse do primeiro governo civil não apaziguou os ânimos. Os elementos jacobinos agora eram florianistas. Na Escola Militar tiveram lugar dois movimentos de insubordinação. O pretexto para a continuidade da agitação de rua seria dado pela Campanha de Canudos, movimento ao qual se atribuiu a intenção de promover a restauração monárquica.

Em outubro de 1897, a revolta de Canudos é finalmente esmagada. Esse episódio deu ensejo a que Euclides da Cunha escrevesse *Os Sertões*, posteriormente tornado famoso como um retrato da situação do interior do país. Euclides fora mandado acompanhar as tropas federais, como correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, convencendo-se de que a revolta não tinha os propósitos que supusera de início (isto é, a restauração monárquica) mas refletia a situação dramática e sem perspectivas de contingentes significativos de brasileiros.

A solução para a instabilidade republicana seria de cunho nitidamente autoritário, ao contrário do que ocorrera por ocasião do **Regresso**. Essa possibilidade autoritária seria entrevista pelo próprio Prudente de Moraes. A solução institucional

para consolidá-la seria dada pelo segundo presidente civil, Campos Sales, que assumiu em fins de 1898, governando até fins de 1902.

O desfecho autoritário dessa primeira fase republicana é assim descrito por José Maria Belo (História da República, diversas edições). Ao término do penúltimo ano do mandato do primeiro presidente civil (1897), escreve, “enfrentava Prudente de Moraes a maior impopularidade de rua que, talvez, já tivesse conhecido qualquer homem de governo no Brasil. Isolado no palácio do Catete, não tinha certeza sequer de sua segurança pessoal; seria sempre possível à audácia crescente dos jacobinos um golpe de mão para depô-lo. Dir-se-ia que a cidade fugira ao controle da polícia e que não passava o governo de incerta sombra de poder. Ficara impune o atentado contra os jornais monárquicos. ...Retraíam-se amedrontados ou exilavam-se na Europa os monarquistas... Repetiam-se diariamente, no centro da cidade, os **meetings** incendiários. Os chefes jacobinos e os batalhões patrióticos sobrepunham-se às autoridades legais, em longínquo arremedo da Revolução Francesa, da qual tinham adotado a fraseologia demagógica”.

A disputa marcha para configurar-se como um conflito aberto entre o Congresso e o Presidente Prudente de Moraes não parecia supor que poderia solucioná-lo em seu favor, mas se dispôs a tentá-lo quando do atentado de que foi vítima e que levaria à morte o seu Ministro da Guerra. Observa José Maria Bello: “O atentado de 5 de novembro dava-lhe os elementos de reação que, inutilmente, buscara; dentro da própria órbita constitucional, o presidencialismo do regime adotado em 15 de novembro de 1889 revelara a tremenda soma de poderes que poderia enfeixar nas mãos o Presidente da República, e dos quais os seus sucessores saberão colher o máximo proveito...”. Obtendo o estado de sítio, decretado pelo Congresso, Prudente de Moraes desencadeia a reação sem qualquer preocupação com a ordem legal. As ruas passam das mãos dos “jacobinos” para a dos “reacionários”. Calam-se os jornais da oposição. O inquérito policial inclui entre os cúmplices de crime político alguns congressistas mais ardorosos, como Pinheiro Machado, preso a bordo de um navio de guerra, Barbosa Lima, antigo governador de Pernambuco, e Alcindo Guanabara, jornalista, deportados pouco depois, entre outros presos, para a ilha de Fernando de Noronha. As imunidades parlamentares - conclui - valiam tanto quanto na era Floriano”.

Como apropriadamente indicou José Maria Belo, a Constituição facultava ao Presidente da República os poderes requeridos para solucionar de forma autoritária os seus conflitos com a Câmara. Bastava obter dela autorização para decretar o *estado de sítio* (isto é, a suspensão das garantias constitucionais) para que o Presidente, sem revogar a Constituição ou proclamar-se ditador, pudesse prender quantos parlamentares quisesse. Instaurou-se a ilusão de que os problemas do país poderiam ser solucionados pela via autoritária. O eixo da questão era compor uma Câmara suficientemente dócil para atender prontamente ao que lhe impusesse o Presidente.

Caberia ao segundo presidente civil, Campos Sales, imaginar e implantar uma solução institucional nessa linha.

A renovação da Câmara não coincidia com a eleição presidencial (mandato de quatro anos). Durante a presidência Campos Sales, recai justamente no meio do seu período. Tendo assumido em fins de 1897, devia presidir às eleições parlamentares de 99, cujos eleitos comporiam a legislatura a iniciar-se em 1900. Ocorreu-lhe reformar o regimento da Câmara estabelecendo que o seu Presidente seria o encarregado de promover o reconhecimento dos diplomas dos eleitos para a nova Câmara (estava implícito que teria que ser reeleito para desincumbir-se de tais atribuições). Tradicionalmente, esse reconhecimento constituía ato meramente formal. No início dos trabalhos legislativos, entre os mais experimentados escolhia-se um **decano** para

instalar a sessão e proceder à eleição da Mesa. A partir da legislatura aberta em 1900, assumia a cadeira de deputado que merecia as boas graças do Catete. O interesse deslocou-se da eleição propriamente dita para a **apuração**. A falsificação de atas eleitorais tornou-se a norma. Essa mesma praxe foi estendida às Assembléias Provinciais.

Ao sistema da Câmara dócil agregou-se o mecanismo de escolha do Presidente pelos titulares dos executivos estaduais. A isto chamou-se de “política dos governadores”. Esse arranjo funcionou até a Revolução de 30, que começou justamente porque o Presidente em exercício (Washington Luís, que era paulista) violou a regra estabelecida de que os estados alternar-se-iam no poder. Ao invés disto, impôs que o seu substituto fosse outro paulista (Júlio Prestes).

Essa solução autoritária permitiu a sobrevivência do regime até fins de 1930. Além da degola sistemática dos parlamentares que poderiam frustrar a obediência do Parlamento aos ditames do sistema, o país vivia sob *estados de sítio*. Tratava-se contudo de situação insustentável. Grassava o descontentamento, notadamente diante da praxe que virtualmente se consagrou de alternância no poder de governantes de Minas e de São Paulo batizado de “esquema café com leite”.

O sistema de fraudes eleitorais para assegurar a subserviência da Câmara ao Executivo estendia-se também aos estados e perpetuava grupos no poder, ensejando insatisfação e tentativas de alterar o quadro pela força, geralmente sem sucesso. No Rio Grande do Sul, entretanto, as sucessivas reeleições de Borges de Medeiros, em franca contradição com a Constituição Federal, acabou levando o estado a prolongada guerra civil, em 1923, o que exigiu a intervenção de tropa federal. Dessa disputa militar resultou a Reforma Constitucional de 1926 que proibia taxativamente tais reeleições. Além da instabilidade local, grassava o inconformismo com o domínio de Minas e São Paulo na política federal. Na eleição realizada em 1922, quatro estados (Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro) formaram uma coalizão para tentar derrotar a escolha de Artur Bernardes, oriundo de Minas, para a Presidência, não tendo sido bem sucedida. Em compensação, durante o seu mandato, Bernardes teve que governar sob *estado de sítio*. Em 1926, o esquema “café com leite” funcionou pela última vez, elegendo-se Washington Luís, ex-governador de São Paulo. Rompendo o acordo clássico, colocou Minas na oposição, que se aliou ao Rio Grande do Sul para derrotar a candidatura oficial, do ex-governador paulista Júlio Prestes.

As eleições tiveram lugar a 3 de março, saindo vitorioso o candidato da situação. Num primeiro momento, parece que, mais uma vez, a farsa eleitoral seria consagrada. Em julho, entretanto, ocorre o assassinato do candidato a Vice-Presidente na chapa da oposição (João Pessoa). A insatisfação é geral. A 3 de outubro, afinal, o candidato derrotado, Getúlio Vargas, improvisa um Exército e marcha na direção de São Paulo. Em diversos estados, inclusive Minas, os rebelados controlam a situação. Militares de alta patente, comandantes de guarnições sediadas no Rio de Janeiro, a 24 de outubro, depõem Washington Luís. A 3 de novembro Getúlio Vargas toma posse no que então se denominou de Governo Provisório, transitoriedade que duraria nada menos que 15 anos.

O melhor estudo sobre a República Velha corresponde à citada *História da República*, de José Maria Bello. Sobre o próprio episódio da proclamação, ao fim do primeiro decênio republicano, Tobias Monteiro teve a idéia de ouvir o depoimento dos principais personagens do evento, reunindo-os no livro *Pesquisas e depoimentos para a história* (1899), que passou a constituir o documento essencial a seu respeito. Além desses livros, para ter uma idéia do estado de espírito da intelectualidade não-

positivista, naquele período, nossa escolha recai no livro de Sílvio Romero intitulado *Brasil social e outros estudos sociológicos*.

6. A PRESERVAÇÃO DO ESPÍRITO E DA LETRA DA BRASILIANA

a) Títulos que integrariam a coletânea

A rigor, as Brasilianas praticamente não se ocuparam do país a partir do momento em que o projeto de industrialização passou a ser o elemento catalisador de nossa história. Se tomarmos o início de operação da Siderúrgica de Volta Redonda, teríamos o ano de 1946.

Em 1940, o Brasil ainda era definido como “essencialmente agrícola”. Tratava-se de um país relativamente homogêneo. A população alcançava 40 milhões de habitantes, sendo que o contingente urbano representava apenas 31,3% do total. A colonização do vasto território avançara grandemente e já não se podia dizer que se limitava a estreita faixa litorânea. Mas restava vácuo populacional expressivo tanto no Centro Oeste como no Extremo Norte.

Se aceitarmos essa premissa, cumpre reconhecer que a Brasiliana nos proporcionou uma classificação, a bem dizer definitiva, da história do Brasil, tomando-o como esse país “eminentemente agrícola”.

Estabeleceu a forma de ordenamento da grande massa de documentos mobilizados para reconstituir a marcha da colonização nos três primeiros séculos. Enfatizou o significado, para a Independência, da transferência da Corte para o Rio de Janeiro. Pela mão de Varnhagen documentou a ambigüidade da posição de D. João VI diante da transição para a monarquia constitucional, que a Revolução do Porto trouxera para primeiro plano. Enfim, até a Primeira República, a Brasiliana dá conta do valioso patrimônio acumulado por nossa historiografia. Deste modo, a primeira tarefa da BRASILIANA BREVE seria preservá-lo. Para tanto partiríamos da determinação de que, para ter essa característica de “brevidade”, deveríamos imaginar uma coleção que tivesse apenas 20 títulos, isto é, que correspondesse a uns dez por cento das dimensões (arredondadas) das duas mais expressivas, a saber: Brasiliana da Editora Nacional (204 títulos) e Reconquista do Brasil-- Itatiaia (217 títulos).

Procurando combinar a obrigatoriedade do tema e a notoriedade do autor que dele se haja incumbido, chegaríamos a estes nomes:

- (1) Francisco Adolfo Varnhagen (*História Geral do Brasil e A Corte no Brasil*) (*)
- (2) Gabriel Soares de Souza (*Tratado descritivo do Brasil em 1587*) (*)
- (3) Capistrano de Abreu (*Descobrimento do Brasil e povoamento*)
- (4) Afonso de Escagnolle Taunay (*História das Bandeiras paulistas*) (*)
- (5) Oliveira Viana (*Formação da sociedade brasileira e Instituições políticas brasileiras*) (*)
- (6) Couto de Magalhães – *O selvagem*
- (7) Hélio Viana – *Primeiro Reinado e Regência*
- (8) Von Sprix e Von Martius *Através da Bahia* (tradução e notas de Pirajá da Silva e Paulo Wolf)
- (9) José Maria dos Santos – *O Segundo Reinado e A Questão Militar* (*)
- (10) Sílvio Romero – *Brasil social e outros estudos sociológicos*
- (11) José Maria Bello – *História da República Velha*

(*) A transcrição consistiria de antologia, que estamos denominando de **leitura**

Básica

O livro de Vernhagen – *a Corte no Brasil*, mereceria publicação autônoma, com o que o número de textos selecionados ascenderia a 12.

b) Imperativo de complementá-la e como fazê-lo

Em que pese os textos antes enumerados proporcionem uma visão acabada de nossa história, no ciclo considerado, restariam lacunas. A primeira delas decorreria dos avanços registrados na compreensão do papel negativo que a Inquisição exerceu no país, à luz da monumental pesquisa desenvolvida pela professora Anita Novinski. Localizou na Torre do Tombo (Lisboa) uma relação de nomes e funções que exerciam nos primeiros séculos da colonização, em especial na primeira metade do século XVIII, quando a Inquisição atuou com maior intensidade. Extraindo dessa lista amostra representativa dos brasileiros então processados, evidenciou que pertenciam, em sua grande maioria, a camadas abastadas da sociedade. Entre as vítimas da perseguição encontram-se senhores de engenho, homens de negócio, lavradores e mercadores, além de profissionais liberais.

A profa. Anita Novinski deu conta dessa pesquisa em artigos publicados na *Revista de História*, da USP, e em livros, entre estes: *Rol dos culpados. Fontes para a história do Brasil--século XVIII* (Rio de Janeiro, Ed. Expressão e Cultura, 1992).

O estudo em causa serviu para chamar a atenção para um texto da época em que eminente personalidade (D. Luís da Cunha; 1662/1749), denuncia a preferência da inquisição ao arrolar senhores de engenho entre aqueles a serem processados. Precedentemente, Omer Mont´Alegre (1913/1989) havia documentado a hipótese de que o esmagamento da indústria açucareira devesse-se à perseguição movida pelos inquisidores. Tenha-se presente que a Inquisição em Portugal, à falta de protestantes, voltou-se contra os judeus, que haviam organizado, na Holanda, poderoso grupo financeiro, responsável pela criação do empreendimento açucareiro no Brasil.

A fim de dar conta dessa nova compreensão do fenômeno inquisitorial, organizei uma coletânea intitulada *Atuação da Inquisição no Brasil*, na qual constam estes títulos:

- Periodização da Inquisição portuguesa
- Carta de d. Luís da Cunha (1748/49)
- Marco no estudo da Inquisição no Brasil:
 - A comunicação de Anita Novinski em 1972
 - A moral contra-reformista: posição da Igreja (1ª metade do século XVIII)
 - Varnhagen – *A Inquisição no Rio de Janeiro* (século XVIII)
 - Empreendimento açucareiro no Brasil colonial

A segunda parte da complementação requerida decorre do posicionamento que os republicanos adotaram em face da nossa primeira experiência de governo representativo, ocorrida no Segundo Reinado. O país desfrutou, durante cerca de meio século, a mais rigorosa estabilidade política, sem golpes de Estado, presos políticos, respeitada a liberdade de imprensa. Além do mais, trata-se de um período no qual a liderança política estava de posse de uma adequada compreensão do

caráter da representação política, entendimento esse que veio a ser abandonado sob a República.

A elite política da época tinha plena compreensão de que, quando o Brasil empreendeu o caminho do governo representativo havia países europeus que o vinham experimentando há bastante tempo, sendo imprescindível levá-la em conta. O Visconde de Uruguai, Paulino José Soares (1807/1866) deixou-nos esta formulação magistral de tal princípio:

“ 1º) Para copiar as instituições de um país e aplicá-las a outro, no todo ou em parte, é preciso, primeiro que tudo, conhecer o seu todo e o seu jogo perfeita e completamente; e,

2º)...não copiar servilmente como o temos copiado, muitas vezes mal, mas sim acomodá-lo com critério, como convém ao país.”

Esse texto encontra-se no Capítulo XXXI do seu livro editado com o título de *Ensaio sobre Direito Administrativo* (mas que trata das instituições imperiais), assim intitulado: “Aplicação ao Brasil das instituições administrativas inglesas, Americanas e francesas” (edição original de 1862; Tomo II, pág. 221-276).

O exemplo mais expressivo da violação desse princípio consiste na cópia que efetivamos do sistema eleitoral proporcional, desde a reforma eleitoral dos anos trinta. Em qualquer texto, digno do nome, do que hoje chamamos de “ciência política” estabelece que a diferença básica entre os sistemas proporcional e distrital consiste em que, no primeiro vota-se numa lista e, no segundo, num nome.

A experimentação empreendida no Brasil de votar num nome e distribuir as cadeiras de modo proporcional, que caminha para completar um século, não foi capaz de dotar o país de estabilidade política sustentável, que é o bem maior na convivência social. Critica-se a lista pré-ordenada sem examinar a experiência desse sistema, majoritário nos países da Europa Ocidental, e adotada em países vizinhos como Argentina, Uruguai, Paraguai e Colômbia. Não se tem notícia de que a nossa elite se haja proposto examinar essa experiência concreta, como recomendava Uruguai e deu certo no Segundo Reinado.

Para suprir essa lacuna, existente na Brasiliana, e dada a sua relevância, incluiremos na Brasiliana Breve dois textos para supri-la, a saber:

Independência e Império- Personalidades políticas (verbetes)

Antonio Paim - *Nossa primeira experiência de governo representativo*

Com esse acréscimo, chegaríamos a 15 livros. Os cinco restantes cuidariam de dar uma idéia dos estudos do país industrial em que se transformou o Brasil. Para selecioná-los passaremos em revista os estudos mais destacados que o período considerado tem merecido.

ANEXO

AMPLITUDE ASSUMIDA PELO TEMA DA ESCRAVIDÃO NO SÉCULO XIX

Antonio Paim

As análises dos problemas teóricos relacionados à escravidão, no Brasil, tangenciam o aspecto econômico que era de fato a questão maior, na medida em que dizia respeito à própria sobrevivência da Nação tornada independente. Balanceando a documentação disponível sobre os pronunciamentos mais importantes, veremos que José Bonifácio procurou encará-la com a amplitude devida enquanto Feijó, na Regência, destacaria sobretudo a questão moral envolvida. Nessa fase, isto é, nas duas primeiras décadas subseqüentes à separação de Portugal, a questão institucional absorveu todas as energias. Solucionada esta, na década de quarenta, a elite cuidou, imediatamente, de encontrar mão-de-obra alternativa, de modo que as atividades econômicas não sofressem solução de continuidade. Dispunha-se de vários indícios de que a cafeicultura, com vistas à conquista do mercado mundial em expansão, poderia proporcionar-nos novo ciclo de enriquecimento econômico.

Tratava-se, nitidamente, de opção em prol da manutenção do modelo agro-exportador, que dera certo no passado. A criação de facilidades para a entrada de colonos com vistas ao fomento da propriedade familiar tinha outros objetivos, notadamente a continuidade na ocupação do território e a disseminação de novas práticas agrícolas.

Como procurarei demonstrar, para exaltar a atuação daquelas mentes privilegiadas, a partir sobretudo da década de setenta, que trazem para primeiro plano os aspectos morais, não se requer sejam amesquinados os esforços --bem sucedidos, diga-se de passagem-- para encontrar uma alternativa econômica, asseguradora da sobrevivência do modelo agro-exportador, e assim evitar os problemas (econômicos e sociais) que inevitavelmente adviriam de seu abrupto abandono.

A Representação, de José Bonifácio, sobre escravatura

José Bonifácio de Andrada e Silva (1763/1838) figura entre os nomes cultuados no país, na medida em que passou à história como o **Patriarca da Independência**, por haver dirigido o primeiro governo organizado depois do evento, tendo sabido orientar o conflito de modo a evitar a permanência da tropa portuguesa no Rio de Janeiro. Acabando esta por deslocar-se para a Bahia, nutriu o confronto que duraria até 2 de julho de 1823.

Nasceu em Santos e foi estudar em Coimbra, na recém organizada Faculdade de Filosofia Natural, como então se denominava a ciência moderna. O objetivo da instituição era formar naturalistas, capazes de organizar a racional exploração dos

recursos naturais e, por essa via, recuperar a grandeza de Portugal. Bem dotado e lhe sendo facultada a oportunidade de especializar-se em outros países, tornou-se cientista de renome europeu. Graças a essa condição, exerceu por muitos anos as funções de Secretário da Academia de Ciências de Lisboa.

Regressou ao Brasil em 1819, logo se envolvendo nos acontecimentos políticos. Rompendo com o Imperador, depois de consolidada a Independência, foi preso e banido, juntamente com os irmãos Martim Francisco e Antonio Carlos. Permaneceu no exílio até meados de 1829. Tinha então 66 anos e somente pretendia por em ordem sua obra científica. Sobrevindo entretanto a abdicação de Pedro I, em 1831, foi designado tutor do herdeiro da Coroa. Faleceu aos 74 anos.

Preservou-se o conjunto de sua produção intelectual, editado com o título de **Obras científicas, políticas e sociais**, em três volumes.

A **Representação sobre a escravatura**, de sua autoria, destinava-se a ser encaminhada à Assembléia Constituinte, instalada a 3 de maio de 1823. Tendo sido dissolvida, em 12 de novembro daquele exercício, tornou-se conhecida graças à publicação que teve lugar em Paris, no ano seguinte, na Typographia de Firmin Didot, tipógrafo que se tornou famoso. (1)

Permito-me transcrever trecho algo extenso dessa **Representação**, em que o próprio José Bonifácio resume o seu pensamento.

Escreve: “Torno a dizer porém que eu não desejo ver abolida de repente a escravidão, tal acontecimento traria consigo grandes males. Para emancipar escravos, sem prejuízo da sociedade, cumpre primeiro fazê-los dignos da liberdade; cumpre que sejamos forçados pela razão e pela lei a convertê-los gradualmente de vis escravos em homens livres e ativos. Então os moradores deste Império, de cruéis que são em grande parte neste ponto, se tornarão cristãos e justos e ganharão muito, pelo andar do tempo, pondo em livre circulação cabedais mortos, que absorve o uso da escravatura; livrando as suas famílias de exemplos domésticos de corrupção e tirania, de inimigos seus e do Estado, que hoje não têm pátria e que podem vir a ser nossos irmãos e nossos compatriotas.”

O primeiro passo seria a abolição do tráfico. Na continuação do texto, diz: “O mal está feito, Senhores, mas não o aumentemos cada vez mais. Acabado o infame comércio de escravatura, já que somos forçados a tolerar, pela razão política, a existência dos atuais escravos, cumpre em primeiro lugar favorecer a sua gradual emancipação. E, antes que consigamos ver o nosso país livre de todo deste cancro, o que levará tempo, desde já abrandemos o sofrimento dos escravos. Favoreçamos e aumentemos todos os seus gozos domésticos e civis. Instruamo-los no fundo da verdadeira religião de Jesus Cristo, e não em momices e supertições. Por todos estes meios nós lhe daremos toda a civilização de que são capazes no seu desgraçado estado, despojando-os o menos que podermos da dignidade de homens e cidadãos. Este é não só o nosso dever mas o nosso maior interesse.” (edição citada, págs. 24-25)

A **Representação** tem como pressuposto a convicção de que a presença da mão-de-obra escrava constitui fator impeditivo da incorporação dos avanços técnicos alcançados na Europa. A título ilustrativo, veja-se este exemplo: “20 escravos de trabalho necessitam 20 enxadas que, todas se poupariam, com um só arado”. Essa ausência de incorporação de técnicas de praxe perpetua o desmatamento predatório e a ausência de reflorestamento. Nesse último aspecto, o discurso de José Bonifácio equipara-se à pregação dos contemporâneos ecologistas.

José Bonifácio tinha familiaridade com o problema da substituição da mão-de-obra escrava de modo a assegurar a normal continuidade das atividades produtivas. De um lado, acreditava que, suspenso o tráfico e emancipados progressivamente, os

escravos existentes poderiam dar conta das mesmas tarefas como trabalhadores livres. Pelas disposições finais, que comentaremos adiante, parece que também entrevia a possibilidade de iniciativas do tipo da Lei do Ventre Livre, adotada em 1871. Contudo, ao que sugere o texto, sua aposta maior cifrava-se na criação de facilidades para a acolhida de colonos estrangeiros. Esse caminho, aparentemente óbvio, exigiria entretanto, como viria a ser comprovado, uma longa experimentação até que, por esse meio, se comprovasse a eficácia dos modelos que, por fim, seriam adotados.

A **Representação** encerra-se com a proposição de uma lei integrada por 32 artigos. Os nove iniciais destinam-se a fomentar a alforria. O décimo tem este teor: “Todos os homens de cor, forros, que não tiverem ofício ou modo certo de vida, receberão do Estado uma pequena sesmaria de terra para cultivarem e receberão outrossim dele os socorros necessários para que se estabeleçam, cujo valor irão pagando com o andar do tempo.”

Os artigos restantes compreendem penalidades destinadas a impor a humanização do tratamento dedicado aos escravos.

A exclusividade do aspecto moral na ação de Feijó

Sacerdote, Diogo Antonio Feijó (1784/1843) teve atuação das mais destacadas nos decênios subseqüentes à Independência, embora ao observador distante pareça contraditória. Moderado e amigo da Ordem, combinava essa condição com atitudes muito próximas dos **exaltados**, razão pela qual, em certos momentos, chega a ser com estes confundido, sobretudo pela aversão devotada a José Bonifácio. Deputado às Cortes de Lisboa, elegeu-se para as duas primeiras Legislaturas da Câmara e, para o Senado, em 1833. Ministro do Império (1831/1832) notabilizou-se pela energia com que combateu desrespeitos à ordem legal, sobretudo na forma de revoltas armadas. Credenciou-se, assim, para tornar-se Regente eleito pelo voto direto --pleito que teve lugar a 7 de abril de 1835, alteração constitucional introduzida pelo Ato Adicional (1834). Nessa função, criou atritos adicionais, inclusive com a Cúria Romana.

Não só era contrário ao celibato dos padres como publicou obra defendendo esse ponto de vista (**Demonstração da Abolição do Celibato Clerical**). Na condição de Regente, transformou esse atrito em problema de governo, por ter o Papa se recusado a acatar decisão sua na nomeação de seu amigo, Padre Antonio Maria de Moura, para as funções de Bispo do Rio de Janeiro, que também propugnava pelo celibato clerical. Na vigência do Padroado, a livre circulação de documentos oficiais do Vaticano dependiam de autorização governamental. O governo tinha ainda a prerrogativa de nomear os bispos, **ad referendum** da Cúria Romana.

Terminou por renunciar em fins de 1837, o que contribuiu para evidenciar o fracasso da experiência republicana, que era no fundo o cerne da Reforma de 1834. No fim da vida, agastado com o **Regresso**, chegou a participar de uma revolta militar (1842), capitaneada pelos liberais. Preso e deportado (para Vitória), viria a falecer logo adiante.

Preservaram-se os **Cadernos** nos quais registrou as anotações de um curso de filosofia que ministrou em Itu, São Paulo, onde funcionava o Seminário. Incumbindo-se de editá-lo, o prof. Miguel Reale (1910/2006) considera-o partidário do kantismo. Octávio Tarquínio de Souza arrola-o entre os “fundadores do Império”.

Em matéria de escravatura, Feijó seria a personalidade que iria definir uma linha de atuação, na matéria, apoiada exclusivamente no aspecto moral, isto é, alheio à

temática da vocação econômica do país, isto é, persistir no modelo exportador com base na agricultura ou buscar outro caminho?

Embora uma das primeiras medidas de D. Rodrigo de Souza Coutinho (1745/1812), como chefe do primeiro governo de D. João VI no Brasil, tenha sido abolir a proibição de serem criadas manufaturas no país, não há indícios de que a nova elite dirigente, com a proclamação da Independência, as considerassem como alternativa ao modelo até então praticado. Nos **Estudos do Bem Comum** (1819/1820), José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu (1756/1835), ao discutir essa questão, critica a identificação do termo **indústria** com a atividade manufatureira. Chega mesmo a afirmar que nessa conceituação errônea reside “a causa de tantos ciúmes mercantis e animosidades nacionais, que têm ocasionado terríveis guerras.” E, prossegue: “Não se tem advertido (no que aliás era óbvio e simples) que também exercem muita e admirável indústria os que se empregam na Agricultura, Mineração, Comércio e Navegação e em quaisquer outros ramos úteis em adquirir bens de vida”.

Feijó não parece ter-se dado conta da magnitude do problema, segundo se pode concluir dos seus pronunciamentos na matéria e do teor das providências a que deu maior ênfase em seu governo.

Ao tomar posse no cargo de Regente, a 12 de outubro de 1835, Feijó dirige **Proclamação ao povo brasileiro**. Começa por destacar que “acha-se colocado no governo pelo voto nacional”. Enumera a seguir os compromissos que assume, dali decorrentes, a começar de que “a Constituição do Estado é a lei suprema a que tanto os cidadãos como o mesmo governo devem prestar culto e homenagem”. Afirma que não disputará com as províncias “o gozo das vantagens que a Reforma lhes outorgou [e] será o primeiro a mantê-las literalmente.”

No aspecto que aqui nos interessa, começa por afirmar o seguinte: “A agricultura merecerá do governo especial atenção. O lavrador entre nós ignora ainda os princípios desta arte que tantos progressos tem feito entre outros povos e por meio do qual espera o governo que os brasileiros aprendam a aproveitar os tesouros com que a terra os enriqueceu e que, aparecendo por toda a parte a abundância, não tenham que invejar a povo algum sobre a terra. À abundância seguem de perto a indústria, a sabedoria, a riqueza e com elas a pública prosperidade.”

Este documento contém o que seria, na verdade, a sua profissão de fé: “A presente introdução de colonos tornará desnecessária a escravatura e com a extinção desta muito lucrará a moral e a fortuna do cidadão.” (2)

Certamente não se pode atribuir a Feijó o fato de que a prevalência do aspecto moral na análise do tema haja chegado a tornar-se uma verdadeira tradição. E nem se nega o caráter altruístico desse comportamento, mormente quando o amor do próximo constitui justamente uma das notas marcantes da singularidade do cristianismo, enriquecedora da nossa cultura.

Contudo, essa circunstância não justifica que historiadores renomados hajam adotado, unilateralmente, idêntica postura.

Prova de que Feijó não atentou para a necessidade de encontrar uma alternativa para a mão-de-obra escrava --desde que a acolhida de colonos, sobretudo de alemães no Sul, demonstrava cabalmente que correspondia à instauração de um novo tipo de atividade e não de assegurar-se a continuidade do modelo exportador-- é o fato de que, em março de 1836, incumbira o Marquês de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant (1772/1842) de negociar com o governo inglês uma convenção, aberta a Portugal, “debaixo destas duas principais bases: 1º) o cruzeiro de navios de guerra das três nações nas costas da África e do Brasil; e, 2º) a imposição de pena de pirataria aos súditos das mesmas nações, que forem apreendidas contrabandeando negros africanos.”

Como vimos na **Representação** de José Bonifácio, a providência em causa deveria ser acompanhada de toda uma política que viria a ser facilitada pelo deslocamento progressivo, para São Paulo, do plantio de cafezais. Ali iria surgir uma modalidade de exploração da terra que se revelaria atrativa para agricultores europeus que vinham sendo instados a emigrar.

O pioneirismo de Vergueiro

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (1778/1859) nasceu em Portugal, tendo concluído o curso de direito na Universidade de Coimbra (1801) vindo, em seguida, residir na província de São Paulo, onde exercia a advocacia. Integrou o governo provisório, organizado antes da Independência e após o regresso de D. João VI a Portugal; fez parte da deputação brasileira, eleita para participar das Cortes de Lisboa; participou da Assembléia Constituinte de 1823; e elegeu-se deputado para a Primeira Legislatura. Eleito Senador em 1828, foi escolhido para compor a Regência Provisória, subsequente à abdicação de D. Pedro. Teve papel destacado na formação do Partido Conservador e na institucionalização do **Regresso**. Notabilizou-se sobretudo pelo empenho com que se dedicou à busca de alternativas para o trabalho escravo, de que resultou, adiante, a bem sucedida introdução do colonato na cafeicultura paulista. Faleceu aos 81 anos. Devido à importância atribuída à revolta que teria ocorrido na fase inicial da mencionada experiência, detenho-me em sua análise, esperando demonstrar que se trata do que os jornalistas denominam de “barriga” e alguns políticos de “factoide”.

Em 1845, Vergueiro funda a empresa Vergueiro & Cia., dedicada à produção de café. Tem presente que a mão-de-obra escrava não apresenta futuro. Os ingleses perseguem o tráfico de que resultaria tivesse o governo brasileiro que tomar a iniciativa de proibi-lo, providência que teria lugar em 1850.

A intervenção oficial na matéria destinava-se a impulsionar a ocupação territorial, inspirando-se talvez nos procedimentos adotados por Portugal que se apoiavam, basicamente na concessão de terras. Esse modelo não servia para a iniciativa privada paulista. Os paulistas vêm-se na contingência de promover diretamente o recrutamento de imigrantes. Nesse particular, a empresa Vergueiro poderia ser considerada pioneira. Incumbiu-se de contratar imigrantes na Europa Central, basicamente Suíça e principados alemães.

O modelo adotado passou à história com o nome de **parceria**.

A remuneração do trabalho consistia numa percentagem sobre a colheita. Isto é, terminada a safra de café e transformado o produto colhido em valores monetários, determinada parcela desse resultado caberia ao novo trabalhador.

O modelo envolvia muitas facetas que passaram a ser avaliadas do ponto de vista moral ao invés de econômico. Tenha-se presente que essa avaliação moral era respaldada pela tradição reformista (presente até nossos dias), condenatória da riqueza e do lucro.

As facetas de que se trata eram basicamente as seguintes:

- a) os cafezais somente começam a produzir no quarto ano; e,
- b) as oscilações nos preços do café tornavam aleatórios os valores resultantes das colheitas.

O recrutamento de imigrantes, diretamente pelos produtores, envolvia, deste modo, vultosos investimentos. O fato de que a remuneração se dava com base na

conversão do produto colhido em valores monetários poderia acarretar, como de fato se verificou, certa frustração da parte dos emigrantes. Essa circunstância levou a que o modelo inicial fosse alterado.

No sistema de parceria que acabou sendo adotado pela cafeicultura nacional, os parceiros passaram a ser responsabilizados por determinado número de cafeeiros, de que poderiam dar conta em tempo hábil. Terminada a colheita e depositada em lugar convencionado, recebiam quantia previamente estipulada. A praxe mais freqüente era fixar esse valor tomando por base a área ocupada pelos cafezais.

O sistema de parceria generalizou-se nas fazendas de café, se bem que assumindo determinadas variantes, sem que estas ferissem o princípio central que consistia em não se reduzir, **tout court**, ao trabalho assalariado. Notadamente na cafeicultura paulista, associou-se amplamente a plantios autônomos de gêneros de subsistência --plantios esses que podiam ser intercalar aos cafezais como em glebas separadas. Justamente as singularidades do sistema iriam permitir que muitas das famílias de emigrantes, por esse meio, tivessem alcançado independência econômica, seja tornando-se pequeno ou médio proprietário agrícola ou deslocando-se para o setor de serviços.

Certamente, merecia ser estudado com isenção sobretudo porque, justamente, permitiu que a abolição do trabalho escravo não se traduzisse numa espécie de hecatombe, econômica e social, qual seria o abandono abrupto do modelo agro-exportador. O certo entretanto é que acabou predominando a preferência unilateral pela pregação dos adversários da escravatura que não tinham compromisso com outros aspectos relacionados ao tema. Na suposição utópica de que sobreviveríamos substituindo o modelo vigente por uma economia baseada em pequenas propriedades, não só satanizaram o sistema de parceria como avançaram simplificações grosseiras que omitiam a amplitude das questões envolvidas. Os tópicos subseqüentes pretendem comprovar a efetividade de tais assertivas.

A satanização do sistema de parceria

Muitos estudiosos respeitáveis -- a exemplo de Sérgio Buarque de Holanda (1902/1982) -- não escondem sua preferência pela pequena propriedade. Chamam a grande propriedade cafeeira de "latifúndio" que, inquestionavelmente, adquiriu entre nós caráter pejorativo.

A par disto, tornou-se generalizada a suposição de que o desenvolvimento capitalista seria impeditivo da sobrevivência de pequenas e médias propriedades, outra das previsões de Marx que não se confirmaram, sendo desmentida no próprio século XIX por autores que se consideravam marxistas, como Bernstein e Kautsky.

O certo é que conseguiram satanizar o sistema de parceria, facultando argumentos para os simplificadores de sempre que se comprazem em apresentar a elite rural brasileira do século XIX como ferrenhamente agarrada à escravidão.

Instrumento dessa satanização seria o livro de Tomás Davatz --**Memórias de um colono de café** (1850), traduzido por Sérgio Buarque de Holanda e sucessivamente reeditado, que se encontra entre os patrocinadores da iniciativa. Reconhece que "o sistema ideado por Vergueiro continuou a influir direta ou indiretamente sobre as várias formas de organização do trabalho rural durante essa pausa. Alguns dos traços dominantes do sistema chegaram a incorporar-se, de certo modo em caráter definitivo, ao regime das fazendas de café, servindo para suavizar a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. ... É indiscutível que, encarando sob esse aspecto o plano Vergueiro foi extremamente fecundo e, como tal, merece ser estudado com atenção e

enaltecido” (edição de **Memórias de um colono de café** de Editora Itatiaia, 1980; “Prefácio do tradutor”, p. 44)

Não obstante o mencionado reconhecimento, associou o seu nome ao verdadeiro “destampatório” que representa o mencionado livro, limitando-se a indicar ser “inútil insistir muito na intenção polêmica em que foi composto”. Dada a circunstância, vou ocupar-me de demonstrar que o livro não tem qualquer valor documental, pela parcialidade com que descreve a situação, dando foros de **rebelião** a uma manifestação que promoveu, talvez com aquela intenção, mas da qual resultou ser atendido a motivação que se propunha, a saber, submeter, a auditorias independentes, as contas em que se baseava a empresa Vergueiro para remunerar aos emigrantes suíços, terminando por invalidar as suspeitas, ao que tudo indica, suscitadas e fomentadas pelo autor. Tampouco o relato comprova a condição de liderança que se atribui, na medida em que, liberado das dívidas e obtido pagamento da passagem de volta, tal se deu sem que nada acontecesse.

Davatz inscreveu-se como candidato a trabalhar como agricultor mas acabou conseguindo da empresa Vergueiro atuar como mestre-escola, função que exerceria na Suíça. Sobre a virtual ausência de agricultores nessa primeira leva de emigrantes suíços há algo a acrescentar, o que faremos oportunamente.

Vejam, portanto, como se confirma a parcialidade de Tomas Davatz.

O livro foi publicado na localidade Chur, Suíça, em 1858. Depois da Introdução, intitulou os capítulos deste modo: I-Esclarecimentos prévios e indispensáveis acerca de certas condições brasileiras; II-O tratamento dos colonos da província brasileira de São Paulo e III-O levante dos colonos contra seus opressores. Inseriu alguns anexos.

O propósito declarado do autor é inviabilizar a vinda para o Brasil de imigrantes suíços e alemães.

No capítulo inicial, procura nos atribuir a idealização das condições existentes no país. Sem indicar fonte que justificasse a suposição, refere-se à “eficácia de tantos prospectos de propaganda e, também, sobretudo a atividade infatigável dos agentes de imigração, mais empenhados em encher os próprios bolsos do que em suavizar a existência do pobre.” --seriam “lindas descrições, relatos atraentes dos países que a imaginação entreviu; quadros pintados de modo parcial e inexato”. Para culminar com expressões desse tipo: “fui ludibriado” ou “desta vez estou perdido”.

Prosegue: “Em companhia de numerosos outros imigrantes embarquei na primavera de 1855 mas não tardei em chegar às convicções que de tantos outros arrancaram aqueles lamentos.”

No que se refere às condições naturais, embora ressalve que, entre os nascidos no país “muitos chegam a idade muito avançada, prova de que o clima do interior do Brasil meridional é bastante sadio”, trata de demonstrar que, para os imigrantes seriam intoleráveis. Acha que o calor ali registrado “pode ocorrer perfeitamente entre nós” mas os raios solares têm “lá um efeito bem diverso. Quem queira fugir ao risco de uma insolação ou de coisas piores, não fique muito tempo ao sol de cabeça descoberta. A terra se aquece por tal forma sob a influência dos raios solares que seu contato é insuportável, mesmo aos que não têm o hábito de andar descalço. Não é raro que as solas dos sapatos se desprendam, chegando a queimar-se junto aos pregos e assim desprender-se à força do calor”.

“Os colonos recém-chegados, fatigados e enfraquecidos por uma penosa viagem e em contato com um clima inteiramente diferente e desconhecido, obrigado a uma alimentação de difícil digestão, seriam vítimas freqüentes das moléstias. A verdade é que se expõem a condições e doenças que em muitos casos lhes são fatais. Entre estas

moléstias figuram particularmente a febre mucosa e a hidropisia. Outras, como diarreias, coceiras ou mesmo inflamações nos pés também ocorrem com frequência, posto que habitualmente não sejam fatais.” Sendo a hidropatia um tipo de tratamento, presumivelmente teria em vista infecções urinárias. Quanto à “febre mucosa” talvez seja algo relacionado a doenças da pele, decorrência do hábito de não tomar banho, de que há registros. Ou talvez ao que se segue:

“A proliferação de insetos é outra circunstância a dificultar a adaptação do imigrante”. Exclama: “é tremenda a quantidade de formigas”. Outra praga desagradável apontada é “o bicho do pé”. “Escorpiões peçonhentos existem” e são encontrados durante a colheita de café, embora não tenha registro de alguém que tenha sido picado por eles. No que se refere às cobras, também são “encontradas com frequência e sua picada produz morte certa”.

Enfim, carregou nas tintas na apresentação do ambiente natural que encontrariam aqueles que, sem levar em conta as suas advertências, se dispusessem a imigrar para o Brasil.

No que se refere à gente da terra e aos seus costumes, Davatz cuida de evitar qualquer manifestação de simpatia. Após afirmar que seria “extraordinário o número de raças humanas que se acham representadas no país, por desconhecê-las, limita-se à descrição das pessoas que conheceu de perto no interior de São Paulo”.

Escreve: “No convívio diário e superficial mostra-se amável, prestativo e hospitaleiro (esta última virtude, é certo, só se manifesta realmente no caso em que o viajante ou hóspede não esteja em situação muito precária e em extrema penúria). Tais qualidades, todavia, não têm raízes profundas em seu caráter e podem mudar-se bem cedo nos defeitos contrários. De temperamento inflamável ao excesso, sua cólera expande-se facilmente em muitos casos pelo assassinio objeto dessa cólera. Quando não é ele próprio quem pratica o crime, encarrega desse serviço um bandido assalariado” (pág. 74)

Fecha-se deste modo o circuito. A vinda para o Brasil pode acarretar doenças graves ou simplesmente a morte por algum desafeto no convívio social.

No capítulo segundo no qual abordaria o tratamento dado aos colonos não se refere propriamente às condições de trabalho ou de alojamento, como seria de supor. Suas queixas concentram-se nas questões financeiras.

O ônus principal da importação de imigrantes diria respeito à implantação dos cafezais na medida em que requerem quatro anos a fim de propiciar a primeira colheita. No caso dos imigrantes suíços, considerado no livro, não lhes teria cabido essa incumbência. A dívida a amortizar diria respeito apenas às despesas de viagem.

A primeira e principal queixa diz respeito às taxas de conversão do franco suíço. As oscilações verificadas não deveriam ser levadas em conta. No documento em que apresentam as reclamações --a serem verificadas por comissão de inquérito independente-- afirma-se que as taxas de conversão adotadas “são exageradas”, isto é, desfavoreceriam aos colonos.

No caso da amortização da dívida, pretendem que não haja taxa de juros. A taxa de 6% anuais seria exagerada.

As despesas de viagem são dadas como infladas.

Como a postulação baseia-se, nitidamente, de um lado, na falta de confiança nos administradores, e, de outro, na impropriedade da ausência de uma remuneração fixa, o valor do café adotado para a remuneração do resultado da colheita também estaria aquém da realidade.

Não figura no documento oficial esta queixa mas é apresentada pelo autor do livro. A espoliação de que seriam vítimas os colonos não proviria apenas da empresa

Vergueiro mas de cobranças descabidas das autoridades. Cita como exemplo contribuição forçada para construção de igreja, “sem respeito à religião das pessoas”. Também os comerciantes seriam desonestos. Afirmar que “os donos de venda e lojas ganhariam em regra cerca de cem por cento em cada mercadoria”.

Para atender à postulação, criaram-se duas comissões, uma do governo brasileiro e outra de municipalidades suíças. Ambas não encontraram falsificações nos registros da contabilidade da empresa.

O curioso em tudo isto consiste em que a sublevação descrita pelo autor resume-se à concentração dos colonos para apresentar à administração as suas queixas. Nessa oportunidade, segundo Davatz, um dos colonos teria destruído o administrador, o que teria levado a empresa Vergueiro a solicitar reforço policial na cidade próxima (Limeira).

Outra curiosidade é que, lá pelas tantas, Tomas Davatz não se furta a afirmar que “por ter sido mestre escola merecera grande consideração dos patrões.”

O livro deixa claro que o autor imaginava que, em pouco tempo, ganharia o suficiente para tornar-se proprietário. Trata-se claramente da obra de um ressentido e não se chega a perceber as razões pelas quais um historiador da categoria de Sérgio Buarque de Holanda haja suposto que seu depoimento teria algum valor documental.

Sérgio Buarque de Holanda apresenta, no seu texto introdutório, o motivo determinante do fracasso do recrutamento de imigrantes na Europa Central, a fim de permitir a substituição do trabalho escravo, experiência que seria abandonada logo adiante.

Escreve: “A explicação freqüente que se dava ao malogro dos esforços sucessivos para a colonização, não apenas nessa época como ainda mais tarde, foi a circunstância de se engajarem geralmente os colonos entre o proletariado da Europa Central mais do que entre camponeses. A alegação parece fundada...”. (pág. 17)

Numa lista de 87 alemães e suíços contratados para serviços na lavoura, em 1858, apenas 13 se tinham dedicado a atividades agrícolas em suas terras. Os outros eram artesãos (carpinteiros, alfaiates, pedreiros, etc.) e havia até dois músicos ambulantes. O próprio Davatz, como foi referido, era mestre-escola. A conclusão se impõe, vinda do próprio Sérgio Buarque de Holanda: “foi praticamente nula a influência de tais colonos sobre os métodos de trabalho agrícola”.

O Congresso Agrícola de 1878 e a amplitude dos temas envolvidos

Na condição de Presidente do Conselho de Ministros, de 1871 a 1875, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco (1819/1880), promoveu diversas reformas modernizadoras, tanto no plano da economia como na cultura. Nesta, dentre suas reformas, destacam-se as que promoveu na educação (é o criador da Escola de Minas de Ouro Preto, ocupando-se também do ensino primário) e na Biblioteca Nacional. Lançou as bases da reforma administrativa. Ampliou substancialmente a expansão da rede ferroviária, ocupando-se também da construção naval e da navegação de cabotagem. Diz bem do seu espírito que tenha enfrentado as resistências à abolição do obsoleto sistema de peso e medidas português, tornando efetiva a adoção do sistema decimal. Recorde-se que esta última iniciativa provocou tumulto e revolta em vários pontos do país, movimento que passou à história com o nome de **Quebra Quilos**.

No aspecto que nos interessa, logrou aprovar a denominada **Lei do Ventre Livre**, promulgada a 28 de setembro de 1871. Segundo essa lei, todos os filhos de mulher escrava tornavam-se livres a partir daquela data. As crianças que passariam a

nascer livres poderiam ficar aos cuidados dos senhores, até os 21 anos de idade, ou entregues ao governo.

Tudo leva a crer que as restrições ao emprego da mão-de-obra escrava, notadamente a proibição do tráfico (1850) e a Lei mencionada precedentemente, atuaram como fator determinante da busca de alternativa, com vistas a assegurar a sobrevivência do modelo econômico vigente, isto é, tendo à agricultura de exportação como carro-chefe.

As análises mais criteriosas da mencionada questão (efeito das providências para impor a substituição da mão-de-obra escrava) parece-me seriam aquelas efetivadas por Mircea Buescu, na medida em que o fez associando-a à evolução econômica, de um modo geral.

Aquele propósito, teria oportunidade de escrever: “No que concerne ao número de negros entrados como escravos durante o período escravista (começou provavelmente em torno de 1530, sendo autorizado oficialmente em 1549 e acabou em 1850, com a proibição do tráfico), os números são controversos. Algumas estatísticas chegam a 6-8 milhões. Estimativas mais conservadoras situam em 3.300.000 o número de escravos importados, dos quais 1.350.000 para o açúcar, 600.000 para a mineração, 250.000 para o café e 1.100.000 para outras atividades. Seja qual for o número, os escravos negros representaram a principal mão-de-obra durante todo o período da escravatura e, numa economia baseada principalmente em terra e mão-de-obra, o artífice principal da Renda Nacional.” (3)

O próprio Mircea Buescu observa que a revisão estatística tornou-se mais confiável com a efetivação do Censo de 1872. Neste, a população encontrada no país situava-se em 10.112.000 habitantes, dos quais 1.511.000 negros. Buescu estimou em 1,2 milhão os existentes em 1823 e em 2,5 milhões em 1850. Com a eminência da proibição do tráfico, na década de quarenta, que a antecedeu, as importações de escravos cresceram espantosamente, chegando a atingir médias anuais de 50 mil. Vê-se, por esses dados, que a substituição da mão-de-obra escrava tornou-se uma questão crucial.

Essa circunstância certamente explica que o governo imperial haja convocado o Congresso Agrícola de 1878. (4) .

A iniciativa de convocá-lo seria do Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Justifica-a afirmando que “os interesses da grande lavoura, a qual, na situação atual, ainda é a base da riqueza e prosperidade nacionais, ocupam séria e vivamente a atenção do Governo Imperial, que, reconhecendo a importância que exercem nas condições econômicas do país, está disposto a animá-los e promovê-los em tudo quanto depender da ação dos Poderes Públicos. Com este intuito, entende o Governo Imperial que, para bem servir à causa deste importantíssimo ramo de nossa principal indústria, antes de tudo convém obter informações seguras, esclarecimentos indispensáveis para firmar opinião que seja o móvel de suas deliberações.”

Com vistas a tornar efetiva a consulta, fixou-se uma pauta de discussão,. Compreendendo a mencionada questão da mão-de-obra; o crédito e a introdução de melhoramentos no processo produtivo. No aspecto que nos diz respeito, formularam-se as seguintes perguntas:

“II. É muito sensível a falta de braços para manter ou melhorar ou desenvolver os atuais estabelecimentos da grande lavoura?; III- Qual o modo mais eficaz e conveniente de suprir essa falta?; e, IV- Poder-se-á esperar que os ingênuos, filhos de escravos, constituam um elemento de trabalho livre e permanente na grande propriedade? No caso contrário, quais os meios para reorganizar o trabalho agrícola?”

Levando em conta que não seria factível pretender, de uma única vez, ouvir também a pequena lavoura e o conjunto das zonas produtoras do país, a presença ao Congresso foi limitada aos representantes da grande lavoura situada nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

Em algumas zonas produtoras, teve lugar a escolha dos delegados da lavoura que compareceriam ao evento. Tal se deu em nove municípios de Minas Gerais, onze do Rio de Janeiro e treze de São Paulo. No caso do Espírito Santo, não consta a relação dos municípios, tendo comparecido menos de dez fazendeiros. Tomando-se números arredondados, de Minas estiveram presente cerca de 75 delegados; cem de São Paulo e duzentos do Rio de Janeiro

No que respeita à substituição do braço escravo, o principal foco do Congresso concentrou-se nas medidas destinadas a promover a emigração, levando em conta, sobretudo, a experiência vivida na matéria.

Grandes divergências revelaram-se no que respeita a promover a vinda de chineses para o Brasil. A preferência recaía nos emigrantes europeus, parecendo que o essencial consistiria em conseguir que a seleção fosse efetivada de modo mais rigoroso, a fim de evitar a contratação de pessoas não afeiçoadas ao trabalho agrícola.

Enfatizou-se a necessidade de distinguir os incentivos à vinda de colonos, aos quais se facultava o acesso a glebas agrícolas de pequenas dimensões --a serem exploradas, basicamente, pela própria família-- do imperativo de atender-se à grande lavoura. Esta requeria pessoas que tivessem habilitação e se dispusessem a trabalhar em cultivos extensivos.

Dessa distinção resultava claramente que aos próprios fazendeiros caberia incumbir-se de buscar atender às suas necessidades, levando em conta que, na prática, o governo limitava a sua atuação ao primeiro caso. A modalidade operacional que merecia a preferência seria a criação de empresas destinadas especificamente ao mistér. Exemplos desse tipo de empreendimento constam dos Anais, abrangendo inclusive como poderiam ser obtidos os recursos requeridos, no próprio meio empresarial.

Ainda não havia uma clara percepção de que, no aspecto religioso, dever-se-ia dar preferência aos europeus provenientes das nações católicas, embora haja sido enfatizado que as restrições a cultos que não se enquadrassem na religião oficial deveriam ser abolidas.

No que respeita especificamente aos denominados “inocentes” --filhos de escravos nascidos livres--, a convicção mais generalizada consistiu em afirmar que somente poderiam tornar-se a alternativa buscada se o governo cuidasse desde logo de assegurar-lhes instrução, que abrangesse o aprendizado de uma profissão. O Congresso não deu maior demonstração de apostar nessa possibilidade. A impressão que se recolhe é a de que o tema foi aflorado apenas porque constava da pauta oficial.

Das indicações precedentes torna-se evidente a intenção governamental de cuidar da preservação do modelo agro-exportador, sem embargo de que, simultaneamente, desse demonstrações de que estava empenhado na abolição do trabalho escravo, do mesmo modo que em se apoiar em unidades familiares, constituídas a partir da emigração, a fim de expandir a fronteira agrícola --e igualmente dar curso à ocupação do território. Embora sumárias, as indicações de que se trata servem para demonstrar que o fim colimado --abolição da escravatura-- está longe de resumir-se à pregação moral, exaltada unilateralmente pela historiografia de nosso tempo.

Mircea Buescu teria ainda oportunidade de debruçar-se sobre a crítica (recorrente) ao mencionado modelo agro-exportador. Resumiria os seus pontos de vista numa brilhante conferência no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, sediada no Rio de Janeiro. (5)

Basicamente, falta àqueles críticos senso histórico, isto é, deixam de levar em conta “os condicionamentos do momento, os quais, salvo algumas exceções, determinavam fatalmente a mentalidade dos **policy-makers** e a estrutura das instituições”. Refere expressamente Heitor Ferreira Lima (**História do Pensamento Econômico do Brasil**, São Paulo, 1970); Celso Furtado (**Formação econômica do Brasil**, Rio de Janeiro, 1961) e Caio Prado Jr. (**História econômica do Brasil**, São Paulo, 1963). Assinale-se que as teses equivocadas que defenderam continuam sendo sistematicamente repetidas.

A acusação central parece-lhe ser a de que as elites “não souberam tirar partido da liberdade de comércio do século XIX” de que resulta “ter sido retardada a evolução do Brasil”. A cegueira resultaria da adesão ao liberalismo econômico.

Entre outras coisas, afirma Buescu o seguinte: “Os críticos lamentam o atraso do crescimento industrial e responsabilizam pelo fato a prioridade do café e o modelo aberto, mas parece-me uma visão simplista, pois a formação de um surto industrial dependia de muitos outros fatores.” E, mais: “É ponto pacífico, contudo, mesmo entre os detratores do modelo liberal, que o ciclo do café formou os alicerces da moderna economia do Brasil: foi ele que permitiu o aumento da receita da exportação e portanto da capacidade de importar, fortalecendo o balanço de pagamentos; foi o café que proporcionou em maior medida o crescimento da renda nacional e a expansão do emprego (sobretudo livre, a partir de 1850); foi em torno do café que se criou uma infraestrutura de comércio, transporte e crédito, bem como uma verdadeira classe empresarial. Então, ‘como não souberam, tirar partido?’”.

O imperativo de soerguer o modelo agro-exportador

Mircea Buescu indica que “o surto cafeeiro começou realmente após a Revolução do Haiti (1798) que, desorganizando a produção naquela região, provocou alta dos preços. Indica ainda que a ameaça de guerra entre Espanha e França, em 1823, iria proporcionar nova elevação dos preços do produto. A partir daí, ainda segundo o mesmo autor, o mercado expandiu-se continuamente. No que se refere ao Brasil, acrescenta: “quando o ciclo começou, a produção já estava concentrada nos vales dos rios Paraíba do Sul e Paraíba (1810), de onde se estendeu para o Sudeste. Em 1817, inicia-se o plantio em Campinas, mas até 1840 o centro de produção ficou localizado na Província do Rio de Janeiro.” (6)

Tenha-se presente que era crucial para Portugal soerguer o modelo agro-exportador no Brasil. Do total exportado nos três primeiros séculos (536 milhões de libras), 300 milhões (55,9%) correspondem ao açúcar. No século XVII (segundo da colonização do país), alcançamos posição absolutamente dominante no mercado mundial. Presentemente acha-se documentada a pertinência da denúncia de d. Luís da Cunha (1666/1749), eminente personalidade do período, da perseguição movida pela Inquisição contra os senhores de engenho.

Reconstituída a cronologia da ação do Santo Ofício em Portugal, estabeleceu-se que o auge de sua atuação situa-se precisamente na primeira metade do século XVIII (7) A sistematização dos levantamentos pioneiros dos réus brasileiros nos processos inquisitoriais (8), da autoria de Anita Novinsky, comprovam a intensificação no mencionado período (primeira metade do século XVIII). No registro da origem social dos incriminados, os grupos abastados chegam a cerca de 70% (senhores de engenho, homens de negócio, lavradores e mercadores).

Nos fins do século XVIII, o Brasil estava reduzido a participante marginal no mercado mundial de açúcar (representava 13,7%). O empreendimento açucareiro,

responsável pelo surgimento de florescente civilização, no Recôncavo Bahiano, na Zona da Mata de Pernambuco, no Norte Fluminense, fora simplesmente aniquilado. Ao mesmo tempo, a experiência comprovava que a mineração do ouro não correspondia a alternativa.

A esse propósito, escreve Mircea Buescu: “O ciclo do ouro é o terceiro grande período autônomo da história econômica brasileira e, segundo alguns autores, deve ser tido como muito mais importante que os ciclos anteriores, do pau-Brasil e do açúcar. Esse ponto e vista refere-se, contudo, mais à ocupação econômica do território do que a própria geração de renda” (9). Adiante indica ter ocorrido o seu apogeu no decênio que marca o meado do século, seguindo-se a exaustão.

A ascensão de Pombal ao governo corresponde nitidamente à reação contra o domínio político da Igreja Católica, que conseguira estabelecer, em Portugal --a pretexto de preservar o país da influência protestante, crescente na Europa--, verdadeiro cordão de isolamento no que respeita ao conjunto da Época Moderna. Em termos prático, equivalia a uma opção pela pobreza. A explicitação de que a nova elite do poder, que representava, propugnava opção oposta, isto é, pela riqueza, encontra-se no documento que foi divulgado com este título: “Observações secretíssimas do Marquês de Pombal na inauguração da estátua equestre, em 6 de junho de 1775, entregues por ele mesmo, 8 dias depois, a el-Rei D. José I”. (10)

Sebastião de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal (1699/1782) tornou-se o homem forte do reinado de D. José I (reinou de 1750 a 1777) graças à energia com que capitaneou a reconstrução da parte de Lisboa destruída pelo terremoto de 1755. Antes de tornar-se ministro, fora embaixador em Londres, impressionando-se vivamente com o progresso alcançado pela Inglaterra e buscou compreender suas causas. Chegada a oportunidade, tratou de fazer uso dessa experiência. Pelo encaminhamento que deu às suas reformas, vê-se claramente que atribuía o progresso da Inglaterra à ciência.

A força do grupo social que liderava evidenciou-se na impossibilidade prática da nova governante (D. Maria I) restaurar o poder político da Igreja. Fracassou a chamada **Viradeira de D. Maria I**, de que seria demonstração clara a ascensão ao governo, em 1796, do principal discípulo de Pombal: D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1745/1812), que daria continuidade aos seus planos.

No que se refere ao Brasil, agora tratava-se de soerguer as atividades econômicas. Pombal acreditava que a Amazônia poderia reconstituir a riqueza de Portugal. Ainda que muito mais tarde (entre 1783 e 1792), o inventário de suas riquezas seria efetivado justamente pelo renomado naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1756/1815), naturalista de nomeada européia. Indique-se, desde logo, que embora esta seja a única possibilidade viável --já que a utilização de sua riqueza requer, simultaneamente, o imperativo de assegurar-se a preservação do extraordinário patrimônio a que corresponde-- o país não se revelou capaz de implementá-la.

Na condição de chefe do primeiro governo de D. João VI no Brasil, caberia a d. Rodrigo de Souza Coutinho a tarefa de lançar as bases do novo ciclo agro-expoortador, que o encontro da cafeicultura iria permitir se efetivasse.

D. Rodrigo criou no país as instituições que iriam permitir o florescimento de novas culturas agrícolas. Tinha expressamente tal objetivo o Jardim Botânico, implantado nas proximidades da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro. Colocou-o ao serviço da produção de mudas de diversas espécies.

A par disto, com a fundação da Real Academia Militar buscou dar nascedouro à formação de comunidade científica.

No plano político-administrativo, propôs-se abertamente erradicar --usando suas próprias palavras-- “o sistema restritivo e colonial que existia”. Ao fazê-lo,

naturalmente não tinha em vista induzir o país a tornar-se independente. Contudo, arraigou o hábito de prescindir-se da mediação de Lisboa, nos assuntos que diziam respeito aos interesses do Brasil. (11)

A demonstração inequívoca do sucesso alcançado no processo de reconstituição do modelo agro-exportador encontra-se na simples transcrição destes dados: em 1850, as exportações equivalem a 8,1 milhões de libras, valor superior em 130% ao alcançado em 1800 (3,5 milhões de libras).

Naquela altura é que a imprescindível substituição de mão de obra ameaçou nitidamente a sua sobrevivência, ameaça que, sem sombra de dúvida, envolvia o próprio futuro do país, agora uma nação independente.

Uma transição bem sucedida

A remanescente cafeicultura existente no vale do Paraíba, na província do Rio de Janeiro, não sobreviveu à abolição da escravatura, tornada lei em 13 de maio de 1888. Quando ocorre a expedição desse decreto, a imigração de europeus já equivalia à média de 70 a 80 mil anuais. A adoção de uma forma inovadora de contratação de mão-de-obra para a cafeicultura, em expansão sobretudo em São Paulo, criou uma nova dinâmica populacional. Ao lado de tipo diferenciado de fazendeiro de café, as zonas produtoras emergentes passavam a dispor de uma classe média de cultivadores (em muitos casos chamados de “colonos”, em que pese a adoção desse termo omita a distinção que preservam em relação aos integrantes das colônias que se estabeleceram sobretudo no Sul), comerciantes, artesãos, etc.

Ao longo do século XIX, a exportação de café registra a seguinte evolução:

(Médias anuais)	
Decênios	mil sacas
1821/1830	300
1831 /1840	1.200
1861/ 1870	3.800
1891/1900	9.800

A produção brasileira, em plena expansão desde de 1825, equivalia a 20% da oferta mundial. Em 1850 alcançava 40% e, em 1895, 57%.

Acirrando-se a disputa no mercado internacional, a qualidade do produto pesaria crescentemente. De um modo geral, os patrocinadores dos empreendimentos começavam buscando mudas selecionadas, tratando de familiarizar-se com as práticas de manejo que abririam o flanco a enfermidades, etc. Na medida em que a cafeicultura paulista passava a ocupar posição de destaque na economia nacional, a tecnificação exige a adoção de providências de outra ordem. Encontra-se nessa linha de atuação, a implantação, em 1887, da Imperial Estação Agronômica de Campinas (atual Instituto Agronômico de Campinas), que prestou inestimáveis serviços à cafeicultura nacional e não só à radicada em São Paulo.

Do ponto de vista da distribuição regional da produção, em 1855, São Paulo registrava 2,1 milhões de sacas contra 3,9 milhões do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em 1890, São Paulo produzia mais que as duas região juntas, alcançando 5 milhões de sacas.

Os exemplos citados comprovam **o parti pris** dos que se mantêm aferrados à satanização da nova modalidade de contratação de mão-de-obra, substitutiva da

escravatura, correspondente à denominada parceria. Assegurou a sobrevivência econômica do país.

A condenação do modelo agro-exportador, que permitiu a ocupação do território, indispensável à manutenção da soberania, não passa, no fundo, de mais uma manifestação da persistência no país de mentalidade contra-reformista, nutrida pelo ódio ao lucro e à riqueza, a mesma mentalidade que permitiu viesse a ser destruído o empreendimento açucareiro, que fez do Brasil um país mais rico que os Estados Unidos, no século XVII.

NOTAS

(1) A nota introdutória, denominada Advertência, deixa claro que a iniciativa se deu sem que se pudesse “conferir com seu autor sobre alguma alteração”. Essa Advertência e uma das notas inseridas no texto acham-se firmadas pelas iniciais A. D., que se referem ao nosso país como sendo sua pátria. O texto viria a ser publicado no Brasil, em 1840 (impresso na Tipografia de J.E.S. Cabral), acrescida de uma Introdução, igualmente sem assinatura.

(2) Os documentos relacionados à Regência Feijó foram tornados públicos por Eugênio Egas.

(3) **História do desenvolvimento econômico do Brasil**; 2ª edição, Rio de Janeiro, Casa do Livro, 1969, p.70.

(4) Publicados na época (**Congresso Agrícola. Coleção de Documentos**. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878), os Anais do evento mereceram reedição facsimilar a cargo da Fundação Casa de Rui Barbosa (Rio de Janeiro, 1978)

(5) Publicada no órgão oficial do Conselho: “Revedo a política econômica do Império”. **Carta Mensal**, Rio de Janeiro, 37 (441): 3-13, dezembro, 1991.

(6) **História do desenvolvimento econômico do Brasil**. ed. cit., pág. 41.

(7) Ver Antonio Paim –**Momentos decisivos da história do Brasil**, São Paulo, Martins Fontes, 2000, págs. 85-126

(8) **Rol dos culpados. Fonte para a História do Brasil --século XVIII**. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1992; e **Inquisição. Prisioneiros do Brasil (séculos XVI a XIX)**. São Paulo, Editora Perspectiva, 2010

(9) Obra citada, pág. 38.

(10) **in Cartas e outras obras seletas do Marquês de Pombal**, 5ª edição, Lisboa, 1861, Vol I, p. 12-13.

(11) O caráter monumental de suas realizações acha-se amplamente documentado na obra de Oliveira Lima **D. João VI no Brasil** (1909), 4ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

Referências bibliográficas

BUESCU, Mircea – **História do desenvolvimento econômico do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: casa do Livro, 1969

----- Revedo a política econômica do Império.**Carta Mensal**. Rio de Janeiro, 37 (441) 3-13. Dezembro, 1991

CONGRESSO AGRÍCOLA (1878). Reedição facsimilar. Rio de Janeiro: Fundação casa de Rui Barbosa, 1978

CARTAS E OUTRAS OBRAS SELETAS DO MARQUÊS DE POMBAL. 5ª ed., Lisboa, 1861, 2 vols.

DAVATZ, Tomás. **Memórias de um colono de café** (1850). Tradução e Prefácio de Sergio Buarque de Holanda. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1980

EGAS, Eugênio. Diogo Feijó (Estudo). São Paulo: Seção de Obras de O Estado de S. Paulo, 1912, 2 vols.

LIMA, Oliveira. **D. João VI no Brasil** (1909). 4ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006

NOVINSKI, Anita. **Rol dos culpados. Fonte para a História do Brasil . Século XVIII.** Rio de Janeiro, Ed. Expressão e Cultura, 1992

-----**Inquisição. Prisioneiros do Brasil (Séculos XVI a XIX).** São Paulo: Editora Perspectiva, 2010

PAIM, Antonio. **Momentos decisivos da história do Brasil.** São Paulo: Martins Fontes, 2000

----- **O relativo atraso brasileiro e sua difícil superação.** São Paulo: Editora SENAC, 2000

SILVA, José Bonifácio de Andrada e **Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura** (1823). Rio de Janeiro: Typ. De J.E.S. Cabral, 1840

V. O RETRATO QUE ESTAMOS ESBOÇANDO DO BRASIL INDUSTRIAL

1. QUESTÕES CONSIDERADAS AS MAIS RELEVANTES DO PERÍODO

A 15 de novembro de 2012, a República brasileira completou 123 anos de existência. Nesse longo período, revelou-se incapaz de compatibilizar o exercício da liberdade com a manutenção da ordem. Tendo inserido na bandeira nacional uma consigna positivista - -Ordem e Progresso--, fez uma clara opção por soluções autoritárias. Comprova-o à sociedade a tentativa de implantar, desde logo, a **ditadura republicana**, projeto que fracassou ainda na década que se seguiu à proclamação do novo regime. Depois de exaurido o ciclo de prática autoritária, na Primeira República, vivenciou experimentos subsequentes de autoritarismos doutrinários. Ao todo, até agora tivemos nada menos que cinco modelos de governo republicano, dispendo das respectivas Constituições. A atual, de 1988, lançou as bases da democracia sem partidos políticos, nada sugerindo que, desta vez, acertamos.

Destes cinco modelos, pode-se considerar que se acham relativamente bem estudados os dois primeiros, a saber: a República Velha e o que a substituiu, tendo desembocado no Estado Novo. Quanto à Primeira República, tivemos oportunidade de indicar, precedentemente, que José Maria Belo proporcionou-nos uma visão acabada e que seria suficiente para dar ao grande público o acesso a uma obra de cunho estritamente acadêmico.

No tocante ao Estado Novo, Simon Schwartzman teve oportunidade de editar um documento precioso: *Estado Novo –um auto-retrato; arquivo Capanema* (Brasília CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983). Embora concebido para exaltá-lo, fornece a base documental imprescindível para compreendermos a natureza da sua contribuição imorredoura: Estado Unitário, imprescindível à sobrevivência de uma nação de características continentais, como a nossa, embora não devesse, obrigatoriamente, ser concebido e estruturado em bases autoritárias, como ocorreu. Devido a seu caráter documental, foge aos objetivos da BRASILIANA BREVE, parecendo-nos contudo que cabia referi-lo, tendo em vista que é a fonte obrigatória na consideração do evento.

O texto que proporciona uma informação completa da doutrina de que se nutriu o Estado Novo, que, por isto mesmo, não poderia deixar de figurar na nossa coletânea, corresponde ao livro que Ricardo Vélez Rodríguez intitulou de *Castilhismo – uma filosofia da República*. Com o mesmo espírito deve ser considerada a obra *Instituições políticas brasileiras*, de Oliveira Viana, texto que, nos parece, poderia ser editado em conjunto com o que escreveu sobre a formação da sociedade brasileira, textos esses considerados na enumeração precedente.

Em relação aos demais modelos não contamos com estudos específicos de caráter meramente histórico posto que em geral relacionados estritamente às Constituições. Contudo, cabe chamar a atenção para os aspectos adiante.

Ao Estado Novo acha-se ligada a figura de Getúlio Vargas (1883/1954), cuja personalidade chegou, num certo período, a dividir radicalmente o país. Presentemente, parece evidente a emergência de certo distanciamento, imprescindível à análise histórica, donde a dificuldade na consideração da contemporaneidade. Expressão desse novo quadro seria a idéia de considerar o período 1930-1985 como tendo correspondido

à ERA VARGAS. De fato temos, neste pouco mais de meio século algo que o unifica. Trata-se do pleno desabrochar do entendimento de que a Revolução brasileira, da qual se começa a falar desde trinta corresponde à Revolução Industrial. É nessa fase que tal entendimento não só amadurece como chega-se a dispor do correspondente projeto, elaborado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que funcionou de julho de 1951 a dezembro de 1953, bem como do instrumento para levá-lo à prática. Temos em vista a criação do então chamado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Tendo optado por fazê-lo sob a égide do Estado e baseado no princípio da substituição de importações, revelou-se esgotado nos fins dos anos oitenta, quando se estabelece certo consenso no imperativo da abertura econômica. É certo que, nas duas décadas, seguintes não se chegou a um modelo substitutivo eficaz e que, ao mesmo tempo, fosse capaz de galvanizar a Nação. Essa circunstância, contudo, não invalida o conceito de ERA VARGAS com o conteúdo que lhe atribuímos.

Não se tem notícia de que essa idéia tenha mobilizado círculos acadêmicos capazes de promover os estudos que merece. Semelhante desinteresse retrata bem a circunstância em que nos encontramos, de empenho de reescrever a nossa história de modo a consolidar uma visão maniqueísta, segundo a qual se trata de, por fim, de plasmar o BEM, simbolizado pelos que se encontram no poder.

Considerados os modelos do governo republicano a que correspondem o interregno democrático de 1945 a 1964; os governos militares e o pós-abertura política de 85, dispomos de alguns estudos de aspetos isolados que mereceriam ser referidos

O fenômeno típico no chamado interregno democrático consiste na expansão, se assim se pode dizer, do confronto entre getulistas e anti-getulistas. Trata-se certamente de fenômeno complexo que não se esgota nos marcos do conceito de **populismo**, como bem o demonstrou Bolívar Lamounier em excelentes análises produzidas ao longo das últimas décadas, em boa hora reunidas no livro *Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira* (São Paulo, Augurium, 2005).

O certo é que acabaria dominando a cena política dos anos cinquenta.

O que seria de fato mobilizador correspondia ao projeto de industrialização, conforme ficou evidenciado no Governo Kubitschek. Contudo, o processo precedente viria a sufocá-lo, conduzindo à Revolução de 64 e à sobrevivência de vinte anos de governos militares. Contudo, cabe assinalar, tão forte era aquela aspiração nacional que a complementação da Revolução Industrial tornar-se-ia o carro-chefe do programa dos militares.

Há um fator de distorção desse quadro para o qual Bolívar Lamounier chama a atenção: “o onipresente veneno da guerra fria”. Tudo leva a crer que o agravamento do quadro político brasileiro, daquela fase histórica, dar-se-á graças à confluência dos dois movimentos: anti-getulismo e anti-comunismo.

No que se refere aos governos militares, estamos longe de dispor no país de um clima que favorecesse a realização de estudos isentos. Notadamente pela presença do Partido dos Trabalhadores (PT), na arena política, inclusive numa posição dominante, dispendo-se, a ferro e fogo, atribuir caráter “democrático” à luta armada de que alguns dos seus líderes participaram e que, na verdade, só serviu para nutrir, nos círculos militares, os grupos contrários à abertura política. Uma tentativa, que esperamos venha a ser bem sucedida do ponto de vista editorial, de empreender uma caracterização isenta sem naturalmente omitir aspectos odiosos --como o recurso à tortura e à eliminação física de opositores-- vem de ser efetivada por Marco Antonio Villa. Seu livro intitulou-o *Ditadura à brasileira. 1964-1985. A democracia golpeada à esquerda e à direita* (São Paulo, Leya, 214, 430 p.)

Dado esse quadro, dois aspectos relevantes do período, dos quais dispomos de caracterização acabada, precisariam ser colocados ao alcance do grande público, figurando assim na **BRASILIANA BREVE**. Seriam, primeiro, o estudo da industrialização brasileira sob a égide do Estado, documentada por Gilberto Paim (1919/2013) no livro *O estoque brasileiro de capital segundo sua origem* (Rio de Janeiro, 1975) e *A Frente Liberal e a democracia no Brasil*, de Arsênio Eduardo Corrêa (2ª edição, São Paulo, Nobel, 2006). Neste livro, o autor seguiu o modelo que Tobias Monteiro utilizou para documentar o golpe de Estado de que resultou a República, ouvindo, dez anos depois da proclamação, os principais personagens do acontecimento. Arsênio Corrêa não só entrevistou igualmente os líderes da abertura política como elaborou uma minuciosa cronologia dos registros da circunstância daquele período, constantes dos jornais da época, convém lembrar, sob o último governo militar livres da censura.

Como introdução geral ao período, vamos inserir na **Brasiliana Breve** o texto da autoria de Antonio Paim, Leonardo Prota e Ricardo Vélez Rodriguez, que os autores chamaram de *Síntese da trajetória institucional da República brasileira*

O período produziu um texto exemplar sobre a forma acadêmica adequada de estudar a presença do negro na cultura brasileira. Temos em vista a obra de Helena Teodoro, a saber: *O negro no espelho*.

Os novos títulos mereceriam caracterização mais circunstanciada, naturalmente sem a pretensão de esgotar-lhes o conteúdo.

2. LIVROS SELECIONADOS PARA CARACTERIZAR O PERÍODO

a) Síntese da trajetória institucional da República brasileira

Breve enunciado dos modelos

CRONOLOGIA

.PRIMEIRO MODELO :

LIBERAL NA FORMA,
ABERTO AO AUTORITARISMO
(1900/1930)

. SEGUNDO MODELO:

DITADURA DO ESTADO NOVO (1937/1945)

TERCEIRO MODELO:

INTERVENCIONISTA E GERADOR DE INSTABILIDADE (1946/1964)

QUARTO MODELO:

SISTEMA AUTORITÁRIO,
AUTO-PROCLAMADO TRANSITÓRIO
(1964/1985)

QUINTO MODELO:

FACHADA DEMOCRÁTICA
NUMA BASE INSTITUCIONAL ERODIDA (a partir de 1988)

Ao longo dos 120 anos, a República brasileira produziu cinco modelos de governo representativo. Cada um deles deu lugar a uma nova Constituição, conhecidas por suas datas: 1911; 1934 --não tendo vingado, inspirou a de 1946; 1937 --por não expressar o pensamento da corrente hegemônica (o castilhismo) não foi aplicada; 1967 --teve sorte idêntica à de 37, sendo que, desta vez, através de Atos Institucionais assumiu feição adequada ao modelo pretendido; e, por fim, a Constituição de 1988. Apesar das emendas, não chega a expressar modelo diverso do original. Cada um dos ciclos apontados na Cronologia contou com os respectivos fundamentos teóricos.

Esquemáticamente, o arremedo de ditadura aplicado pelos dois primeiros governos, ambos chefiados por militares, sofreu influência das versões primárias e grotescas da doutrina positivista. Nem mesmo o seu principal formulador, o general Benjamin Constant, tinha clareza quanto às fontes, conforme foi comprovado por estudos específicos, nos quais não seria apropriado nos determos. A par disto, apesar da repressão, não conseguiram eliminar a presença do elemento liberal que logrou impor a Constituição e dar passos seguros na manutenção da autonomia do Judiciário.

Adiante, contudo, os liberais ver-se-iam isolados. A prática autoritária seria introduzida pelos governos civis subseqüentes. Seus inspiradores não se preocuparam em buscar fundamentos doutrinários. Queriam a todo custo, mesmo recorrendo a procedimentos autoritários, aplicar modelo federativo (norte-americano) que nada tinha a ver com a nossa tradição. Assim, o primeiro modelo republicano só se configura sob Campos Sales, pela alteração referida no texto que deu ao Presidente a prerrogativa de compor à sua moda a representação parlamentar.

O modelo em causa acabou por esgotar-se, dando surgimento à Revolução de 30. Esta simplesmente criou as condições para a transposição, ao plano nacional, de vertente positivista rigorosamente elaborada, além de que experimentada a nível estadual, no Rio Grande do Sul. Tratava-se do castilhismo, fonte inspiradora da ditadura do Estado Novo.

A brutal --e prolongada-- ascensão do autoritarismo não chegou a eliminar a tradição liberal. Contudo, proporcionou resultado inusitado: conseguiu isolá-la dos destinos dessa corrente na Europa e na América do Norte. Para ilustrar a assertiva, basta transcrever uma afirmativa de Milton Campos (1900/1972) destacado prócer liberal, emergente no período posterior ao Estado Novo. É a seguinte: “Em certos países, o liberalismo ficou sendo o suporte das classes dirigentes, insensíveis ou egoisticamente hostis à ascensão humana, inspirada pela filosofia cristã da justiça social e imposta pela civilização industrial”. Revela, em sua inteireza, o completo desconhecimento do papel dos liberais na concepção do denominado Welfare.

O distanciamento da experiência das correntes liberais, existentes no exterior, explica a incapacidade do modelo expresso na Constituição de 1946 de assegurar a sobrevivência do sistema democrático. Em particular o sistema eleitoral, uma singularidade brasileira. Ao invés de aprimorá-la, contribuiu sobretudo para desvirtuar a representação.

Os governos militares aproximaram-se da doutrina que viria a ser denominada de **autoritarismo instrumental**, isto é, uma intervenção cirúrgica, capitaneada pelo Estado, destinada a introduzir alterações capazes de proporcionar a emergência de suportes sociais para as instituições liberais, nos termos em que Oliveira Viana colocava a questão. O diagnóstico que servia de ponto de partida (de sua autoria) caracterizava a sociedade brasileira como clânica e patriarcal.

Por fim, no presente ciclo de abertura, faz-se presente uma corrente inspirada na social democracia européia. Tal ocorreu antes da queda do Muro de Berlim, de modo que a social democracia brasileira iria revelar inúmeros arcaísmos. O mais grave deles seria a suposição de que a democracia poderia ser estruturada, em bases sólidas, na ausência de partidos políticos dignos do nome.

O conceito de autoritarismo instrumental

Partindo da lição de Sílvio Romero, que elaborou o roteiro para levantar-se o quadro de nossa organização social, e tendo presente, graças às advertências de Alberto Torres, que nossa tradição liberal minimizou o papel do Estado devido sobretudo ao desconhecimento das condições reais do país, Oliveira Viana formulou uma proposta inteiramente original e que de certa forma correspondia a uma grande síntese da tradição política nacional, considerados os cinco séculos de sua existência e não apenas o último deles, a partir da Independência, como veio a tornar-se praxe. A modernização do país deve abranger o plano das instituições políticas, como pretenderam nossos liberais desde a Independência. Mas essa modernização institucional, para deixar de ser um simples voto, exige transformação da sociedade que só o Estado pode realizar. Assim, concebeu uma fórmula unitária abrangendo tanto o projeto reformista-autoritário de Pombal e D. Rodrigo de Sousa Coutinho como o projeto liberal-democrático de Rui Barbosa, dando precedência ao primeiro. Para esse conjunto doutrinário, Wanderley Guilherme dos Santos encontraria a feliz denominação de **autoritarismo instrumental**. Vale dizer: o autoritarismo é um instrumento transitório a que cumpre recorrer a fim de instituir no país uma sociedade diferenciada, capaz de dar suporte a instituições liberais autênticas. Dessa forma reconhece-se a verdade do castilhismo sem cair na armadilha da sociedade racional, que acaba por ser seu fundamento último. E, ao mesmo tempo, apresenta de um ângulo novo, como veremos, o significado da mensagem de Rui Barbosa. A grande limitação da proposta de Oliveira Viana residiria na identificação da experiência brasileira do sistema representativo com a verdadeira natureza desse sistema. Contudo, antes de empreender esse tipo de avaliação, compete examinar, mais detidamente, como Wanderley Guilherme desenvolve a idéia de **autoritarismo instrumental**. Eis como o caracteriza no brilhante ensaio **A Praxis Liberal no Brasil - propostas para reflexão e pesquisa** (1974), incluído no livro **Ordem burguesa e liberalismo político** (São Paulo, Duas Cidades, 1978):

“Oliveira Viana expressou pela primeira vez, tão clara e completamente quanto possível, o dilema do liberalismo no Brasil. Não existe um sistema político liberal, dirá ele, sem uma sociedade liberal. O Brasil, continua, não possui uma sociedade liberal, mas, ao contrário, parental, clânica e autoritária. Em conseqüência, um sistema político liberal não apresentará desempenho apropriado, produzindo resultados sempre opostos aos pretendidos pela doutrina. Além do mais, não há caminho natural pelo qual a sociedade brasileira possa progredir do estágio em que se encontra até tornar-se liberal. Assim, concluiria Oliveira Viana, o Brasil precisa de um sistema político autoritário cujo programa econômico e político seja capaz de demolir as condições que impedem o sistema social de se transformar em liberal. Em outras palavras, seria necessário um sistema político autoritário para que se pudesse construir uma sociedade liberal. Este diagnóstico das dificuldades do liberalismo no Brasil, apresentado por Oliveira Viana, fornece um ponto de referência para a reconsideração de duas das mais importantes tradições do pensamento político brasileiro: a tradição do liberalismo doutrinário e a do autoritarismo instrumental.”

Wanderley Guilherme aponta estas particularidades distintivas dessa espécie de autoritarismo: “Em primeiro lugar, os autoritários instrumentais, na designação aqui adotada, crêem que as sociedades não apresentam uma forma natural de desenvolvimento, seguindo antes os caminhos definidos e orientados pelos tomadores de decisão. E desta presunção deriva-se facilmente a inevitável intromissão do Estado nos assuntos da sociedade a fim de assegurar que as metas decididas pelos representantes desta sociedade sejam alcançadas. Nesta medida, é legítimo e adequado que o Estado regule e administre amplamente a vida social -- ponto que, desde logo, os distingue dos liberais. Em segundo lugar, afirmam que o exercício autoritário do poder é a maneira mais rápida de se conseguir edificar uma sociedade liberal, após o que o caráter autoritário do Estado pode ser questionado e abolido. A percepção do autoritarismo, como um formato político transitório, estabelece a linha divisória entre o autoritarismo instrumental e as outras propostas políticas não democráticas.”

Wanderley Guilherme indica que é possível localizar sinais de autoritarismo instrumental desde a Independência. Neste sentido sugere que: “A idéia de que cabia ao Estado fixar as metas pelas quais a sociedade deveria lutar, porque a própria sociedade não seria capaz de fixá-las tendo em vista a maximização do progresso nacional, é a base tanto do credo quanto da ação política da elite do Brasil do século XIX, até mesmo para os próprios ‘liberais’. Ademais, temia-se que interesses paroquiais prevalecessem sobre os objetivos a longo prazo, os quais deveriam ser os únicos a orientar as decisões políticas, se é que se pretendia transformar o País em uma grande nação algum dia. Análise cuidadosa das sessões do Conselho de Estado, a principal forma de decisão no sistema imperial, revelaria tanto as metas perseguidas pelas elites dominantes quanto as diretrizes operacionais que fixaram para alcançá-las. O **output** real, por outro lado, poderia fornecer segura avaliação quanto ao grau em que a ação seguiu as idéias, o quanto tinham sido capazes de seguir na direção pretendida, quais foram os desvios, e por que tiveram que adotar estes desvios.”

A seu ver, contudo, Oliveira Viana é que daria formulação acabada a essa espécie de doutrina. Transcreve-se a seguir a caracterização que empreende deste pensamento: “É na obra de Oliveira Viana, contudo, que o caráter instrumental da política autoritária, da maneira em que ele a concebeu, aparece mais claramente. A colonização brasileira, argumenta, ocorreu sob condições peculiares. O território era vasto demais, em relação a qualquer imaginável população da Europa do século XVI, e sobretudo em relação à população portuguesa da época. Índices extremamente baixos de densidade populacional impuseram uma forma de ocupação territorial onde as únicas limitações para o domínio individual eram as regulamentações coloniais. A rápida expansão de grandes latifúndios, nos primeiros dois séculos da colonização, estabeleceu o padrão que seria seguido desde então --grandes quantidades de terra familiarmente apropriadas, isoladas umas das outras e da vida urbana, que só existia nos limites de dois ou três pólos ao longo da orla litorânea. Os primitivos proprietários de terras deviam contar consigo próprios e depender o mínimo possível do mundo ‘externo’ --isto é, o mundo para além das fronteiras de suas propriedades. O desenvolvimento do complexo rural transformou os latifúndios em pequenos universos econômicos, capazes de produzir quase tudo que precisavam e sem o menor estímulo, estável e previsível, à especialização e divisão do trabalho. As oscilações do mercado exterior os fizeram ainda mais desconfiados quanto aos benefícios da especialização, e os levaram a tentar a maior autonomia possível em relação ao mercado. Este padrão se reproduziu em todo o País e a sociedade colonial brasileira se constituiu como uma multidão de estabelecimentos econômicos ganglionários isolados, quase auto-suficientes --“clã parental”-- sem comunicações entre si, sem interesses comuns e sem ligações através do

mercado.

A vida urbana não poderia desenvolver-se em tal contexto. Esta foi a primeira consequência negativa do modelo de ocupação econômica e territorial. As fazendas eram praticamente autárquicas e constituíam o único mercado de trabalho da área rural. Esta é uma segunda consequência. A população rural não-escrava não tinha alternativa ao trabalho oferecido nos latifúndios. Os trabalhadores rurais ‘livres’ dependiam totalmente do proprietário de terras, que se tornava seu senhor em qualquer questão social, econômica e política. Quando o Brasil se separou de Portugal, portanto, a sociedade nacional apresentava baixíssima integração por meio do mercado. A unidade econômica e social básica era o clã parental, baseado na propriedade e capaz de obter a submissão de toda a mão-de-obra ‘livre’ que vivesse no interior ou na periferia dos domínios. A experiência com a descentralização liberal, realizada nas primeiras décadas pós-Independência, resultou na captura das posições de autoridade pelos membros do clã, agora transformado em clã eleitoral. Todos os ‘cidadãos’ agora habilitados para escolher o prefeito, a autoridade judiciária local e o chefe de polícia pertenciam à força de trabalho não-escrava, em tudo e por tudo dependente dos proprietários da terra. Os latifúndios detinham o monopólio do mercado de trabalho e, conseqüentemente, controlavam as vidas dos que deles dependiam. A oligarquização das estruturas políticas foi, portanto, produzida e legitimada pelos métodos liberais impostos pelo Governo .

Quando os conservadores reagiram e deram início à centralização imperial, os perdedores teriam sido os proprietários de terra e não os ‘cidadãos’. O sistema republicano, continua Oliveira Viana, não alterou o padrão básico das relações sociais e econômicas. A sociedade brasileira ainda era basicamente ofigárquica, familística e autoritária. A intervenção do Estado não representava, portanto, uma ameaça para os “cidadãos”, mas sim sua única esperança, se é que havia alguma, de proteção contra os oligarcas. Qualquer medida de descentralização, enquanto a sociedade continuasse a ser o que era, deixaria o poder cair nas mãos dos oligarcas, e a autoridade seria exercida mais para proteger os interesses privados dos oligarcas do que para promover o bem público. Em consequência, o liberalismo político conduziria, na realidade, a oligarquização do sistema e a utilização de recursos públicos para propósitos privados.

O liberalismo político seria impossível na ausência de uma sociedade liberal e a edificação de uma sociedade liberal requer um Estado suficientemente forte para romper os elos da sociedade familística. O autoritarismo seria assim instrumental para criar as condições sociais que tornariam o liberalismo político viável. Esta análise foi aceita, e seguida, por número relativamente grande de políticos e analistas que, depois da Revolução de 1930, lutaram pelo estabelecimento de um governo forte como forma de destruir as bases da antiga sociedade não liberal.”

Wanderley Guilherme aponta estas lacunas em seu pensamento: “Oliveira Viana deixou, entretanto, muitas perguntas sem resposta. Por exemplo: que agenda de reformas políticas, sociais e econômicas um Estado forte deveria cumprir para fazer da sociedade brasileira uma sociedade liberal? Aparentemente, Oliveira Viana só mencionou uma vez a reforma agrária e, por volta de 1952, quando foi publicada a segunda edição de seu livro **Instituições Políticas Brasileiras**, ainda se referia ao Brasil como basicamente rural, sem apreender integralmente o significado das transformações industriais e urbanas ocorridas desde a época em que visualizou as origens dos males sociais brasileiros. E apesar de haver colaborado na elaboração do código trabalhista e na montagem de estrutura judicial, destinada a administrar os conflitos industriais, parece-me que nunca compreendeu totalmente onde deveria procurar os atores políticos capazes de transformar a sociedade brasileira em uma comunidade liberal. Seu

pensamento estava sempre voltado para uma elite política especial, vinda não se sabe de onde, e que transformaria a cultura política brasileira de tal forma que a sociedade se tornaria liberal mediante maciça conversão cultural.”

E possível verificar que as preocupações de Oliveira Viana seriam retomadas ainda na década de cinquenta, formulando-se como principal tema da agenda a implantação da sociedade industrial. A elite seria de caráter eminentemente técnico, cabendo-lhe ocupar segmentos importantes do aparelho estatal, tal seria a opção que se formula e sedimenta a partir da Comissão Mista Brasil--Estados Unidos. Ainda assim, restariam muitas perguntas, entre estas as seguintes: Em que ponto precisamente a Revolução de 1964 retomaria esse fio condutor? Além do empenho de atuação prática, ocorreria paralelamente elaboração teórica?

Ubiratan Macedo responde afirmativamente à segunda pergunta e indica de modo expresso: “A atual doutrina da Escola Superior de Guerra representa a evolução do nacionalismo de Alberto Torres e do pensamento de Oliveira Viana.”

Dados biográficos de Oliveira Viana

FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA VIANA nasceu em 1883 na cidade de Saquarema, no interior do Estado do Rio de Janeiro, viveu e educou-se na capital fluminense, concluindo o curso de Direito em 1905. Dedicou-se ao jornalismo e ao magistério, ingressando no Corpo Docente da Faculdade de Direito de Niterói em 1916. Seu primeiro livro — **Populações Meridionais do Brasil** — aparece em 1920, quando completa 37 anos. Nesse mesmo ano publica **O idealismo da Constituição**. Ao longo da década de vinte viria a adquirir grande nomeada. Depois da Revolução de 30 torna-se Consultor da Justiça do Trabalho, tendo desempenhado papel muito importante na ordenação do direito do trabalho brasileiro e na concepção dos institutos a que deu surgimento. Em 1940 passou a integrar o Tribunal de Contas da União. As novas funções de certa forma levam-no a interromper o sentido principal de sua obra, que é entretanto retomado após a queda do Estado Novo. Faleceu aos 68 anos de idade, em 1951. Pertenceu à Academia Brasileira de Letras.

Dados biográficos de Wanderley Guilherme dos Santos

Wanderley Guilherme dos Santos nasceu no Rio de Janeiro em 1935. Concluiu o curso de filosofia na década de cinquenta. Ingressou no magistério na então denominada Faculdade Nacional de Filosofia, especializando-se num dos segmentos da História da Filosofia. O agitado período que o país viveu em fins da década e começos da seguinte, levou-o crescentemente a interessar-se pela problemática política, de que resultou tivesse permanecido alguns anos nos Estados Unidos a fim de doutorar-se em Ciência Política na Universidade de Stanford, o que se efetivou em 1979. Nos decênios subsequentes iria publicar uma obra que o credenciaria como um dos mais importantes estudiosos da política no país.

b) Castilhismo: uma filosofia da República

Embora se reconheça a presença da influência positivista no Rio Grande do Sul, a importância da filosofia política, daí resultante, isto é, o castilhismo, ainda não foi compreendida, com a amplitude que seria de desejar pelos estudiosos do pensamento político-social brasileiro. Entretanto sem a referência da teoria e da prática castilhistas

nossa história republicana torna-se campo propício a simplificações de toda ordem, como por exemplo a tentativa de reduzir o Estado Novo a uma projeção do nazi-fascismo. Ainda mais: não se trata tão-somente da ascendência do autoritarismo, para que todos hoje chamam a atenção. O castilhismo não é uma simples defesa do autoritarismo. É uma doutrina de muito maior significação, coerentemente elaborada, que foi defendida e aperfeiçoada no Rio Grande do Sul ao longo dos quatro primeiros decênios da República e, a seguir, transplantada para o plano nacional por Getúlio Vargas (1883/1954).

Tendo adquirido sua formação sob o castilhismo, Vargas iria aperfeiçoar essa doutrina e dar-lhe uma feição que está no cerne do comportamento de facções ponderáveis da contemporânea elite brasileira.

Do que precede, torna-se patente a relevância da obra *Castilhismo--uma filosofia da República*, da autoria de Ricardo Vélez Rodriguez, publicada pelo Senado Federal, como parte das comemorações dos 500 anos (2000), reeditada em 2010.

Ricardo Vélez Rodriguez nasceu em Santa Fé de Bogotá, em 1943, concluindo o curso superior de filosofia em 1963, aos vinte anos. Em fins dos anos setenta e parte da década seguinte, como bolsista da OEA, veio para o Brasil concluir sua formação acadêmica (mestrado e doutorado). Naquela altura, embora tivesse desenvolvido uma brilhante carreira acadêmica, sendo pro-reitor da Universidade de Medellin, esta cidade tornara-se um dos principais centros mundiais do narco-tráfico, sendo uma época de emigração em massa, notadamente de intelectuais. Ricardo Vélez optou por engrossá-la, tendo escolhido o Brasil para radicar-se com a família. Nesse período desenvolveu uma obra notável dedicada ao pensamento político brasileiro e ao estudo e divulgação da obra de autores liberais, em especial Tocqueville. Tendo optado pela nacionalidade brasileira, aposentou-se recentemente da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Tomando a sua obra como referência, vamos chamar atenção, nas breves notas seguintes, para alguns aspectos do castilhismo que muito contribuem para a melhor compreensão da evolução política do país no século XX.

Júlio de Castilhos (1860/1903) assumiu a liderança dos diversos grupos republicanos, no Rio Grande do Sul, após a proclamação da República. Autor da Constituição estadual, exerceu a presidência do Estado até 1898. Foi substituído no governo por Borges de Medeiros (1864/1961) que permaneceu no cargo, com exceção de um único mandato, até 1928. Borges de Medeiros seria substituído por Getúlio Vargas que cumpriu o mandato até outubro de 1930, quando assumiu a Presidência da República, como Chefe do Governo Provisório, saído da Revolução.

A caracterização oficial do regime imperante no Rio Grande do Sul é apresentada do seguinte modo no folheto justificativo do monumento a Júlio de Castilhos:

“A Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul, código político promulgado a 14 de julho de 1891, em nome da Família, da Pátria e da Humanidade, estabelece a separação dos dois poderes, temporal e espiritual, de acordo com o princípio capital da política moderna, isto é, da política fundada na ciência. Como consequência disso, a liberdade religiosa, a liberdade de profissão e a liberdade de indústria, acham-se nele plenamente asseguradas.

Não há parlamento: o governo reúne à função administrativa a chamada legislativa, decretando as leis, porém após exposição pública dos respectivos projetos, nos quais podem assim colaborar todos os cidadãos.

A Assembléia é simplesmente orçamentária, para a votação dos créditos financeiros e exame da aplicação das rendas públicas.

O governo acha-se, em virtude de tais disposições, investido de uma grande soma de poderes, de acordo com o regime republicano, de plena confiança e inteira responsabilidade, o que permite-lhe realizar a conciliação da força com a liberdade e a ordem, conforme as aspirações e os exemplos dos Danton, dos Hobbes e dos Fredericos.”

Ao longo da República Velha, o castilhismo foi combatido com veemência e deu mesmo lugar a uma guerra civil, em 1923, forçando a intervenção federal, de que aliás resultou a interrupção da praxe das reeleições sucessivas de Borges de Medeiros. A paixão dessa crítica impedia que se visualizasse as questões efetivamente relevantes, do ponto de vista doutrinário, razão pela qual a melhor fonte para apreendê-las ainda é a defesa veiculada pelo próprio castilhismo. Todo esse material, resultante das mensagens dos governantes rio-grandenses e outros textos oficiais, discursos parlamentares e artigos de jornal, foi reunido no livro *Constituição Política do Rio Grande do Sul. Comentário* (Porto Alegre, 1991), da autoria de Joaquim Luís Osório. Outros aspectos suscitados pela prática castilhista seriam posteriormente considerados por Monte Arraes em *O Rio Grande do Sul e suas instituições governamentais* (Rio de Janeiro, 1925).

A questão central que então se discutia resume-se em saber se o regime rio-grandense poderia ser enquadrado dentro do sistema representativo. Os castilhistas, com grande sucesso, iriam evitar qualquer discussão da idéia mesma de *representação* buscando travá-la em torno do que seria a essência do regime, se a eleição dos mandatários ou a elaboração das leis pelo Parlamento. Joaquim Luís Osório transcreve este pronunciamento de parlamentar castilhista na Assembléia Estadual que é bem expressivo do modo de encarar o assunto:

“Afirmou-se que a lei fundamental em discussão não adotara o governo representativo. Não parece que a objeção deva ser levada em consideração. Se nós consideramos governo representativo aquele em que os diferentes órgãos da autoridade pública se acham investidos do poder, em virtude dos sufrágios populares, devemos dizer que o projeto, tal qual foi concebido, consagra o governo representativo. Com efeito, o chefe do Estado é investido das funções que lhe dá a Constituição, em virtude dos votos que lhe dá o povo; a Câmara dos Representantes, que tem intervenção direta na governação pública, pela confecção da lei das leis, da lei orçamentária, também é organizada por meio da eleição e os intendentes, bem como os conselhos municipais, se acham colocados na posição de gestores dos negócios dos municípios em virtude dos sufrágios que receberam dos eleitores dos municípios outorgantes do mandato. Se, entretanto, consideramos o governo representativo, não como aquele em que somente pelo sufrágio popular é a autoridade investida do exercício das funções governativas, mas como o governo parlamentar, governo que se funda no princípio da divisão dos poderes, em que se dá o poder legislativo a uma Assembléia de Representantes, que faz a lei, com a sanção do poder executivo, dirá que o Projeto da Constituição não estabeleceu esse sistema de governo, e nem também nós o queremos.”

Semelhante entendimento da questão chegou a receber o apoio de Campos Sales, em discurso no Senado, em 1895, a propósito da tentativa de regulamentação do artigo 6º da Constituição de 1891, que estabelecia os casos em que a União poderia intervir nos Estados. Campos Sales entende que o dispositivo é suficientemente explícito e dispensa interpretação. Nesse discurso, transcrito por Luís Osório, manifestar-se-ia acerca da discussão das circunstâncias rio-grandenses, não apenas

aceitando as premissas castilhistas como igualmente se solidarizando com a argumentação. Eis o trecho:

“O Sr. Campos Sales: Senhores, estou enunciando uma doutrina que é exposta por espíritos superiores, e por ela se demonstra que a maior ou menor amplitude dada às funções de cada um dos três poderes políticos não afeta a questão da forma de governo. Na Constituição do Rio Grande do Sul (este é o nosso modo de ver) eu vejo perfeitamente representado o pensamento, o princípio fundamental da forma republicana federativa. Quanto às funções legislativas, estão elas caracterizadas pela votação dos impostos e das leis de meios em geral, o que constitui e caracteriza o regime representativo.

Não discuto se a Constituição do Rio Grande do Sul possui ou não defeitos, mesmo porque todas as constituições estaduais os têm mais ou menos graves. O meu ponto de vista é mais geral: é demonstrar que isso que se alega não se constitui de modo algum ofensa à forma republicana federativa, não autoriza, portanto, a intervenção da autoridade federal, que em tal caso seria criminosa.”

Os grandes teóricos do liberalismo que inspirou as instituições imperiais, notadamente Silvestre Pinheiro Ferreira (1769/1846), tinham presente que a representação era de interesses. A diversidade dos mandatos, diria Silvestre Pinheiro Ferreira, não pode provir senão da diversidade dos interesses que o mandatário é chamado a representar. As instituições que a prática consolidou tinham o propósito expresso de conciliar tais interesses através da negociação, ao invés da luta armada, a exemplo do que ocorrera no ciclo anterior.

Augusto Comte, em contrapartida, ensinara que o governo havia-se tornado uma questão de competência. Escrevera no *Sistema de Política Positiva* (1851/1854) que

“é perfeitamente inútil discutir sobre o direito divino num mundo em que Deus não desempenha nenhum papel; nem muito menos sobre a soberania do povo numa época em que a política é uma ciência e torna-se, por conseguinte, como a astronomia ou a química, questão de competência”.

Na doutrina clássica, aceita universalmente na Idade Média, a origem do poder provinha de Deus. Mais tarde, graças sobretudo a John Locke, passa-se a entender que o poder origina-se da representação. Comte avança uma nova doutrina: o poder vem do saber.

O saber de que se trata é o do estado positivo, último estágio a ser atingido pela humanidade. Aceitando semelhantes pressupostos, e considerando-se não só competente mas possuído de intenções absolutamente puras, Castilhos supõe que o governo está agora a serviço do aprimoramento moral da sociedade. Como bem o assinalou Ricardo Vélez Rodríguez, para os castilhistas a República correspondia ao regime da virtude, ou, para dizê-lo com as palavras do historiador Arthur Ferreira Filho:

“(Para Júlio de Castilhos) a República era o reino da virtude. Somente os puros, os desambiciosos, os impregnados de espírito público deveriam exercer funções de governo. No seu conceito, a política jamais poderia constituir uma profissão ou um meio de vida, mas um meio de prestar serviços à coletividade, mesmo com prejuízo dos interesses individuais. Aquele que se servisse da política para seu bem-estar pessoal, ou para aumentar sua fortuna, seria desde logo indigno de exercê-la. Em igual culpa, no conceito castilhista incorreria o político que usasse das posições como se usasse de um bem de família (...) Como governante, Júlio de Castilhos imprimiu na administração

rio-grandense um traço tão fundo de austeridade que, apesar de tudo, ainda não desapareceu”.

Essa suposição de que a eliminação do interesse material era não apenas desejável mas sobretudo possível informa em seus mínimos detalhes a atuação política de Júlio de Castilhos, como se pode ver pela argumentação em favor da abolição do voto secreto, adiante transcrita por Luís Osório:

“É assim que o escrutínio secreto fica suprimido, como antagônico e incompatível com a nova ordem fundada a 15 de novembro, da qual surge, como dever que a todos incumbe, a necessidade de assumir a cada um a plena responsabilidade das próprias ações, tanto o representante da autoridade como qualquer cidadão.

Seria visivelmente iníquo exigir do governo a inteira publicidade dos seus atos, permitindo aos particulares (no exercício de uma função política) eximirem-se dela, quando aquele arrisca ficar sujeito a severas penas, e estes incorrem somente na pública censura. O voto a descoberto é o único remédio legislativo capaz de reabilitar o processo eleitoral, dignificando-o, fazendo compreender ao cidadão a responsabilidade que assume ao intervir uma composição do poder público e no estabelecimento das leis. O segredo em tais casos presta-se a menos decentes maquinações e degrada sobremodo ao eleitor. Quantas vezes, contando com o sigilo da urna, deixa-se ela corromper e concede o seu voto a um candidato, quando tem compromissos públicos e solenes com outro – debilidade moral que tanto coopera para o extremo relaxamento dos costumes políticos (Exposição de motivos encaminhando a Lei Eleitoral).”

O interesse material, por si mesmo, nada tem de imoral. Muito ao contrário, os interesses em geral, entre os quais avultam os pecuniários, como é o caso do ciclo histórico, em que vivemos, desde o advento do protestantismo, em que a riqueza passa a ser enaltecida, esses interesses, tenha-se presente, é que movem os homens. De modo que tentar eliminar os interesses equivale à tentativa de eliminação do próprio homem, o que aliás corresponde à principal característica do positivismo, já que sua ambição é constituir uma *física social*, isto é, uma ciência que condicione integralmente os homens e os reduza a uma única bitola mediante sucessivas alterações nas condições sociais.

A peculiaridade do castilhismo consiste na admissão de que a posse do poder político constitui a condição essencial e suficiente para educar a sociedade na busca do *bem comum*. O *bem comum* deixa de ser uma barganha entre interesses, sustentados por grupos sociais diversificados, e passa a ser considerado como objeto de saber, de ciência. Em Comte, o tema não deixa de assumir maior complexidade porquanto o estado positivo, no final de contas, repousava na proeminência do poder espiritual, a exemplo da Idade Média; na exaltação dos sentimentos altruísticos mediante o culto da mulher; na colocação da ciência numa situação subalterna, em relação à arte e outras atividades desinteressadas; na prática da religião da humanidade, etc.

Ascendendo ao poder, Castilhos iria simplificar esse esquema. Conforme Velez Rodríguez:

“O bem público confundia-se, para ele, com a imposição, por parte do governante esclarecido, dum governo moralizante, que fortalecesse o Estado em detrimento dos egoístas interesses individuais e que velasse pela educação cívica dos cidadãos, origem de toda moral social. O texto que citaremos à continuação expressa admiravelmente todos os aspectos que implica o conceito castilhista de ‘bem público’. (...) A completa reorganização política e administrativa do Estado, moldada de

harmonia com o *bem público*, e subordinada à fecunda divisa de: *CONSERVAR MELHORANDO*; a sua prosperidade material atestada pelas inúmeras obras postas em execução e por outros tantos fatos auspiciosos; o crescente desenvolvimento das indústrias (...); a estabilidade do seu crédito (...); a considerável amortização de sua dívida (...); o numerário acumulado no seu Tesouro; a sua progressiva educação cívica, em que se fortalece o ininterrupto aperfeiçoamento moral deste povo glorioso; tudo isso resume a brilhante atualidade do Rio Grande do Sul (maiúsculas de Castilhos; o grifo é nosso).

Deve-se reconhecer que os castilhistas lograram amplo sucesso no propósito de escamotear a discussão do essencial. O que caracteriza o sistema representativo é a eletividade do mandatário e não as funções do Poder Legislativo – tal a hipótese em torno da qual girou o debate. Não se avançou a tese – a rigor, intuitiva, porquanto tautológica – de que o sistema é representativo porque se apóia na representação, o que teria levado à identificação da natureza da representação, ao reconhecimento da diversidade dos interesses em toda sociedade, etc. Para evidenciar que a problemática da representação desapareceu de todo da perspectiva da nova elite em formação, basta dizer – e para não mencionar a chamada política dos governadores introduzida sob Campos Sales, antes caracterizada – que Assis Brasil, contrapondo-se a Castilhos, diria que a eleição tem lugar para averiguar a média das opiniões. O interesse perdeu os direitos de cidadania e foi expulso para o limbo da imoralidade.

A partir dessa plataforma que é o essencial do castilhismo, seus seguidores iriam detratar o sistema parlamentar (batizado de *para lamentar*); a tripartição e a independência dos poderes, aceitos apenas pelos que “permanecem embalados ao ritmo da Marselhesa” e pretendem entregar os governos “aos azares da opinião flutuante”; e sobretudo o voto. O próprio Castilhos teria oportunidade de escrever: “Nós pensamos e temos sempre ponderado que é vão e inepto o empenho daqueles que através da expressão numérica das urnas pretendem conhecer as correntes que sulcam profundamente o espírito nacional... O voto não é nem pode ser o verdadeiro instrumento capaz de determinar precisamente o profundo trabalho de formação das opiniões, operado fora da preocupação eleitoral, que se desliza nas correntes superficiais”.

Tal é, em síntese, o castilhismo. O mérito de Vélez consiste em haver documentado amplamente não só a obra de Castilhos como a plena configuração assumida pela república positivista do Rio Grande. Sua caracterização da doutrina castilhista é verdadeiramente magistral.

A par disto, o livro resume o essencial da crítica liberal ao castilhismo e em que consistiria sua herança.

c) Estatização da economia

Considero que o fenômeno da estatização da economia é uma questão mal discutida no país. A privatização efetivada no governo FHC, embora relevante e expressiva dos benefícios que o país poderia auferir, ampliando-a, veio a ser satanizada pelo PT. A par disto, não libertou das mãos do Estado setores fundamentais (geração de energia elétrica; infra-estrutura e sistemas de transporte essenciais; parte substancial do sistema financeiro). A oução encontrada para tornar a Petrobras competitiva, passando para a União a prerrogativa do monopólio, tornando possível a competição nesse setor vital, foi igualmente anulada pelo PT.

Neste quadro preserva integral atualidade a pesquisa empreendida por Gilberto Paim (1919/2013), publicada sob a denominação de *O estoque brasileiro de capital segundo sua origem* (1975). Esse trabalho comprova que o fenômeno da industrialização e da modernização econômica se fez acompanhar de uma brutal estatização da economia. Apurou que o Estado detinha 45,8% do patrimônio líquido do mundo empresarial brasileiro (5.275 maiores empresas não-agrícolas). Eis os resultados registrados por essa pesquisa:

Estoque Brasileiro de Capital
Segundo a Origem

Setores	Patrimônio		Nº de Empresas	% do Total
	líquido (1973) CR\$ Milhões	% do Total		
Privado Nacional	126.362,10	39,30	4.280,00	81,40
Público	147.275,60	45,80	316,00	6,00
Estrangeiro	46.421,40	14,40	618,00	11,80
Capital nacional Gerido por empresas Estrangeiras	1.742,10	0,50	43,00	0,80
Total	321.801,20	100,00	5.257,00	100,00

No período subsequente a estatização seguiu seu curso. No setor de aço, por exemplo, o patrimônio líquido das empresas governamentais somava US\$ 7,6 bilhões contra US\$ 3,3 bilhões dos grupos privados. Nos anos posteriores criaram-se duas novas usinas siderúrgicas sob hegemonia estatal (Cia. Siderúrgica de Tubarão e Açominas).

Nos começos da década de oitenta o Governo criou a Secretaria de Controle das Empresas Estatais – SEST, que produziu alguns balanços adiante resumidos.

De acordo com o Cadastro das Empresas Estatais, elaborado pela SEST esse universo achava-se distribuído do seguinte modo, em setembro de 1984:

Discriminação	Nº de Empresas
Setor produtivo estatal	234
Entidades típicas de Governo	142
Previdência Social	6
Bancos oficiais federais	14
Concessionárias de serviços públicos	26
Total	422

As denominadas entidades típicas de governo correspondem a simples eufemismo, nada justificando o seu estatuto empresarial, pois não geram recursos

próprios. Seus dispêndios, em 1984, foram fixados em Cr\$ 5,4 trilhões (esse valor poderia exprimir uma ordem de valor de US\$ 3 bilhões).

As empresas do setor produtivo estatal tinham, em 1983, um imobilizado equivalente a Cr\$ 71,5 trilhões (em US\$ uma ordem de grande de 40 bilhões) assim distribuídos: setor hidrelétrico 38,1%; setor siderúrgico-metalúrgico 23,2%; transportes 14,8%; extração e beneficiamento de minerais 10,7%; comunicações 8,4%; demais setores 4,7%.

De acordo com a SEST, as empresas estatais registraram, em conjunto, prejuízo operacional de CR\$ 410 bilhões (cerca de 2,4 bilhões de dólares), em 1982; no ano seguinte, o prejuízo passou a Cr\$ 1,5 trilhão (mais ou menos 2,5 bilhões de dólares). Esse prejuízo correspondeu, em 1982, a 5,6% das receitas operacionais e, em 1983, a 8,3% das mesmas. De um ano para outro, o déficit ficou muito acima do anterior em termos reais. Em 1982, as receitas operacionais alcançaram a cifra de Cr\$ 7,25 trilhões (com o emprego de uma taxa cambial de Cr\$ 173 por dólar, esse valor corresponderia a cerca de 42 bilhões de dólares). Em 1983, as receitas cresceram para Cr\$ 18,1 trilhões (ou 34,7 bilhões, à taxa de Cr\$ 521, que produz valor inferior ao de 1982). O valor em moeda nacional foi também menor. Não acompanhou a taxa inflacionária de 211,0%.

Em 1983, as empresas estatais empregavam 1.349.840 pessoas, número que configura uma enormidade, em termos de desperdício de recursos financeiros e de subemprego da força de trabalho. Considere-se, a propósito, que, em sua maioria, essas empresas são modernas ou modernizadas, o que significa que o seu coeficiente de capital implica o emprego de pouca mão-de-obra. Tomando-se o setor elétrico como exemplo, é fácil identificar a forma pela qual as estatais fomentam o empreguismo. As usinas geradoras de eletricidade implantadas no País são unidades modernas de grande porte. Para serem operadas com eficiência requerem apenas pequenos contingentes de mão-de-obra especializada. Não eram necessárias, por conseguinte, as trinta e oito empresas estatais organizadas para administrar esse conjunto. Desse modo, verifica-se que a natureza e as características de tais empreendimentos foram dissociadas das estruturas administrativas que lhes correspondem. A função de tais estruturas consiste em multiplicar os cargos de diretores e em aumentar os contingentes de funcionários subordinados para justificar uma safra tão prodigiosa de diretorias.

Não se dispõe de nenhuma avaliação conclusiva acerca dos níveis alcançados pela estatização da economia brasileira. Contudo, o prof. Mário Henrique Simonsen calculou a participação do Estado no conjunto dos investimentos, ao longo dos anos setenta e em parte da década seguinte, em 64%. Tenha-se presente que este resultado superpunha-se à estatização de quase 50% da economia, observada por Gilberto Paim nos começos do decênio de setenta. De sorte que não se deve considerar nenhum exagero a suposição de que os níveis de estatização da economia brasileira tenham chegado a 70%.

Muitos analistas têm insistido em que o fenômeno observado no Brasil teve lugar também na Europa, tratando-se na verdade de um resultado do keynesianismo, ainda que presumivelmente indesejado. Vale a pena determo-nos nesse tipo de ressalva.

Creio que não há nenhuma evidência, na obra de Keynes, de que admitiria a intervenção direta na economia, isto é, a produção pelo Estado de bens e serviços como parte de sua política anticíclica. O fato de que, na Europa do pós-guerra, se hajam disseminado as chamadas nacionalizações obedece a outras causas.

Maurice Duverger, no livro *Les oranges du lac Balaton* (Paris, Seuil, 1980) aponta algumas determinantes.

A nacionalização (estatização) da indústria automobilística na França correspondeu a uma represália ao comportamento de seus proprietários durante a ocupação alemã. Na expressão de Duverger: “Em Paris, a Renault foi confiscada a um colaboracionista”.

Na Áustria, temendo que os russos desmontassem as fábricas que trabalharam para Hitler e as levassem embora, procedeu-se à sua encampação.

Na Itália, muitas empresas foram absorvidas pelo Estado devido à pressão dos sindicatos e dos comunistas para salvar estabelecimentos mal geridos e à beira da falência.

A Inglaterra é certamente um caso à parte, desde que a chegada dos trabalhistas ao poder, logo no início do pós-guerra, criou uma situação nova. Cumpre observar que vinham procurando mostrar que o keynesianismo representava uma espécie de capitulação diante do socialismo. Na obra antes mencionada, Duverger refere este pronunciamento do líder trabalhista Bowe, nos anos trinta: “*A Teoria Geral* acha-se perfeitamente em harmonia com a política do trabalhismo e, o que é mais importante, exprime na forma de teoria econômica o que sempre esteve implícito na atitude do movimento trabalhista”.

O certo é que o Partido Trabalhista promoveu ampla estatização da economia, a começar pelo Banco da Inglaterra.

Ainda assim, os níveis alcançados pela presença do Estado na economia nada têm a ver com o que ocorreu no Brasil. Estima-se que os mais elevados se tenham verificado na Áustria, oscilando entre 30 a 35%. Na Inglaterra, como em outros países, a estatização nunca superou 30%.

d) A Frente Liberal e a democracia no Brasil

Frente Liberal seria o nome que a dissidência do PDS adotou para cindir o partido do governo e contribuir para o encaminhamento da abertura política de forma contrária ao que aspiravam os militares ainda no poder.

O último governo militar, presidido pelo General João Figueiredo foi despojado da prerrogativa de cassar mandatos, eliminou a censura à imprensa e realizou eleições diretas para escolha dos governadores. Expressivas figuras da oposição chegaram ao poder em estados importantes, como seriam os casos de São Paulo (Franco Montoro) e Rio de Janeiro (Leonel Brizola). O General Figueiredo conviveu bem com todas essas transformações. Mas alguns postos-chave continuavam em mãos de militares que não se dispunham a abdicar da diretriz, adotada para a (longa) abertura gradual que haviam programado, segundo a qual o poder seria transferido a um civil de sua confiança. “A priori” excluía-se qualquer outra solução. Em nome dessa diretriz rígida mobilizaram todas as forças de que dispunham no Parlamento para obstar a aprovação da emenda constitucional que determinava, em 1985, a reintrodução do princípio da eleição direta do Presidente da República.

Confirmada a hipótese da eleição indireta para Presidente, no Colégio Eleitoral (esperava-se) vigoraria o princípio da “fidelidade partidária” (introduzido pelos militares), que obrigava a votar nos nomes aprovados em convenção partidária.

Assim, na agremiação governamental (PDS), o preparo da convenção passou a mobilizar todas as atenções. Os nomes mais expressivos da agremiação negociaram com o Gal. Figueiredo que haveria uma escolha prévia desse nome, com a participação da militância e ampla liberdade de discussão. Contudo, o Presidente não teve condições (ou não quis) cumprir a promessa. Supunha-se que, dessa escolha livre, muito provavelmente sairia o nome do político mineiro Aureliano Chaves que, no exercício da vice-presidência, neste último governo militar, tivera um comportamento independente.

O desfecho seria a formação de uma dissidência que se dispôs a apoiar o candidato da oposição à Presidência, na eleição indireta, Tancredo Neves. Essa decisão criaria uma grande tensão porquanto os integrantes da dissidência (a denominada *Frente Liberal*) achavam-se ameaçados de perda de direitos políticos, punição que decorria do aludido princípio de fidelidade partidária. Entrementes, o STF aceitou a premissa de que não vigorava no Colégio Eleitoral, incumbido da eleição indireta, porquanto a representação das Assembléias Estaduais não tinha caráter partidário.

O resto da história é conhecido: Tancredo Neves foi eleito mas veio a falecer antes de assumir o mandato. Como o vice provinha da *Frente Liberal* (José Sarney), que fora presidente do PDS, os agrupamentos radicais que militavam na oposição iriam criar grandes dificuldades ao seu governo.

Sem favor, a abertura política é o acontecimento mais relevante da história do Brasil nas últimas décadas do século XX. Deste modo, mereceria lugar de destaque na historiografia nacional. A pessoa que se dispôs a empreender esse passo --o prof. Arsênio Eduardo Corrêa-- cômico de sua responsabilidade, adotou como modelo a pesquisa que Tobias Monteiro idealizou para registrar os fatos segundo os quais transcorreu a proclamação da República.

Esse modelo consistia em ouvir e registrar o depoimento das principais pessoas envolvidas nos acontecimentos. A semelhante iniciativa, Arsênio Corrêa adicionou a recuperação do que ocorreu segundo o registro dos principais órgãos de imprensa (tenha-se presente que estavam livres da censura que vigorou nos governos militares precedentes).

Temos assim que o livro que denominou *A Frente Liberal e a democracia no Brasil* (2ª edição, São Paulo, Nobel, 2006) passou a constituir uma peça-chave em nossa historiografia. Levando em conta a circunstância, não poderia deixar de figurar na BRASILIANA BREVE.

Arsênio Corrêa soube combinar seu trabalho como advogado --granjeando, nessa condição, amplo reconhecimento em São Paulo--, com atividade acadêmica dissociada do ensino jurídico, como é mais comum. Desenvolve-a no Instituto de Humanidades, no qual integra o Conselho Acadêmico. A par disto, é autor de expressiva obra dedicada ao pensamento político brasileiro.

e) O negro no espelho

Helena Theodoro é professora e pesquisadora de cultura negra e relações internacionais com mais de 40 anos de experiência. Sua formação acadêmica inclui, além do doutorado em filosofia na Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro (1985), mestrado em educação na UFRJ (1978); pós-graduação em tecnologia educacional na Alemanha (Fundação Konrad Adenauer, 1973); e cursos de graduação em pedagogia (UFRJ, 1970), e em ciências jurídicas e sociais (UFRJ, 1967).

Livros publicados: *Mito e espiritualidade: mulheres negras* (Ed. Pallas, 1996); *Cultura brasileira* (Cadernos CEAP, 2007); *Os Ibejis e o carnaval* (Ed. Pallas, 2009); e *Iansã, rainha dos ventos e tempestades* (Ed. Pallas, 2010).

Durante cerca de três décadas atuou como jurada do Estandarte de Ouro, do jornal O Globo, tendo por essa atuação recebido várias homenagens.

Presentemente, integra o Corpo Docente da Universidade Veiga de Almeida, do Rio de Janeiro.

Sua tese de doutorado, defendida na Universidade Gama Filho, em 1985, teve como orientador ao prof. Ricardo Vélez Rodriguez.

O texto que então produziu constitui uma importante contribuição ao estudo da presença africana na cultura brasileira. Focaliza um de seus aspectos essenciais: a religião, que registra presença marcante em vários estados brasileiros. Do ângulo estritamente acadêmico, destaca que essa presença estrutura, de maneira singular, pluralismo religioso, condição que – a julgar pela experiência ocidental, em geral – tem se revelado essencial na constituição de moral social consensual, uma das dimensões da modernidade, suporte das instituições correspondentes.

O título que escolheu é bem expressivo do significado de seu conteúdo: *O negro no espelho – Implicações para a moral social brasileira do ideal de pessoa humana na cultura negra*.

Para a efetivação desse trabalho, Helena Teodoro mobilizou uma ampla bibliografia.